PROJECTO DA 1.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRECTOR DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU (2020-2040)

DOCUMENTO DE CONSULTA



CONSULTA PÚBLICA

PERÍODO DE CONSULTA

29 DE JUNHO
A
27 DE AGOSTO
DE 2026

Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana



Índice

Prefácio 1-2

Enquadramento 3-4

Procedimento legal 5-6

Parte I Projecto da 1.ª alteração ao Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau (2020-2040) - Principais considerações e pontos-chave

1 Projectos de grandes empreendimentos públicos

1.1 Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau 9-10

1.2 Parque Ciên-Tec de Macau 11-12

1.3 *Hub* (Porto) de Transporte Aéreo Internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas 13-14

2 Outras actualizações

2.1 Posicionamento de desenvolvimento e projecções da população 15

2.2 Área de intervenção e zonamento 16

2.3 Salvaguarda da cultura e sistema de transportes 17-18

3 Planta de estrutura física urbana 19-20

4 Planta de finalidade dos solos 21-22

Parte II Projecto da 1.ª alteração ao Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau (2020-2040) - Regulamento do plano e plantas 23-52

Parte III Projecto da 1.ª alteração ao Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau (2020-2040) - Relatório técnico 53-111

Prefácio

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) publicou, em 14 de Fevereiro de 2022, o Regulamento Administrativo n.º 7/2022, que aprovou o Plano Director da RAEM (2020–2040) (doravante designado por "Plano Director"), sendo efectivamente o primeiro plano director de Macau dotado de eficácia jurídica.

O Plano Director de Macau visa, em alinhamento com as estratégias de desenvolvimento nacional, concretizar os objectivos de desenvolvimento de Macau enquanto "Centro Mundial de Turismo e Lazer", "Plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa", "Base para intercâmbios e cooperação, nos quais a cultura chinesa é dominante e o multiculturalismo coexiste", e "Pólo de agregação de quadros qualificados internacionais de elevada qualidade", promovendo proactivamente o desenvolvimento diversificado das indústrias, incentivando a cooperação regional entre a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e construindo uma cidade de elevada qualidade de vida dotada de boas condições para viver, trabalhar e visitar. O Plano Director define ainda o ordenamento do espaço físico de todo o território da RAEM e as condições de uso e aproveitamento dos solos, assegurando simultaneamente uma organização racional das infra-estruturas públicas e dos equipamentos de utilização colectiva. O Governo da RAEM tem vindo, desde sempre, a aproveitar activamente as oportunidades decorrentes do desenvolvimento nacional na nova era, acelerando diversos projectos de construção urbana. Desde a entrada em vigor do Plano Director, têm vindo a ser gradualmente elaborados os planos de pormenor e promovidos os trabalhos relacionados com outros instrumentos de planeamento urbanístico, assegurando-se, deste modo, a sua implementação ordenada e efectiva, contribuindo para a integração aprofundada e serviço de Macau à conjuntura do desenvolvimento nacional.

Em Dezembro de 2024, o Secretário-Geral do Comité Central do Partido Comunista da China, Presidente da República Popular da China e Presidente da Comissão Militar Central da República Popular da China, Xi Jinping, deslocou-se a Macau, onde participou nas cerimónias da celebração do 25.º Aniversário do Retorno de Macau à Pátria e da tomada de posse do VI Governo da RAEM. Durante a sua visita a Macau, o Senhor Presidente Xi Jinping proferiu uma série de importantes discursos de visão elevada, profunda e esclarecedora, sendo que estes discursos forneceram orientações fundamentais para o futuro desenvolvimento e construção da RAEM. O Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, salientou que o espírito dos discursos importantes do Presidente deve servir de orientação de acção para o futuro desenvolvimento e construção da RAEM, bem como para implementar as linhas de acção governativa do VI Governo. Paralelamente, o novo Governo propôs, no Relatório das Linhas de Acção Governativa, o alinhamento com as estratégias de desenvolvimento nacional, valorizando plenamente as funções inerentes ao estatuto especial de Macau e as suas vantagens singulares, bem como promovendo, partindo de uma perspectiva global e de longo prazo, o planeamento e o lançamento de um conjunto de projectos de obras emblemáticas e estruturantes, com efeitos impulsionadores.



Sendo o "Plano Director" um importante instrumento estruturante de planeamento urbanístico, torna-se necessário que o mesmo se adapte activamente a novos planeamentos, novas missões e novos desenvolvimentos, razão pela qual se procede, neste momento, à sua revisão e alteração de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, não apenas como resposta estratégica à futura afectação de recursos espaciais de Macau, mas também como a concretização das orientações de acção constantes dos importantes discursos do Presidente Xi Jinping.

O Governo da RAEM determinou, em 24 de Julho de 2025, o início dos procedimentos de revisão do "Plano Director", nos termos do disposto na alínea 2) do n.º 2 do art. 23.º da Lei do Planeamento Urbanístico. Concluídos os respectivos procedimentos de revisão nos termos do disposto nos art.os 16.º e 17.º da Regulamentação da Lei do Planeamento Urbanístico, o Governo da RAEM determinou, através do Despacho do Chefe do Executivo n.º 43/2026, publicado no Boletim Oficial da RAEM n.º 8, II Série, de 25 de Fevereiro de 2026, a alteração do Plano Director.

O Projecto da 1.ª alteração ao Plano Director (doravante designado por "projecto de alteração do Plano Director") divide-se em duas partes: I. alterações introduzidas em articulação com a prossecução dos projectos de grandes empreendimentos públicos, designadamente a Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau, o Parque Ciên-Tec de Macau e o *Hub* (Porto) de Transporte Aéreo Internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas; II. alterações decorrentes de outras actualizações, designadamente os planos de nível superior, as legislações e diplomas legais, os avisos e despachos do Chefe do Executivo, bem como os projectos e estudos, publicados nos últimos anos, procedendo-se ainda, em função das situações concretas, à optimização e a ajustamentos pontuais à redacção do texto e às plantas. No entanto, os restantes conteúdos que não envolvam alterações, mantêm-se em conformidade com as disposições do "Plano Director" já aprovado.

O Governo da RAEM, nos termos da Lei do planeamento urbanístico, está a proceder à consulta pública sobre o "projecto de alteração do Plano Director", convidando os residentes a apresentarem as suas opiniões com vista à ampla auscultação das opiniões dos diversos sectores da sociedade. O presente documento de consulta é composto por três partes: I. Principais considerações e pontos-chave do "projecto de alteração do Plano Director"; II. "projecto de alteração do Plano Director", incluindo o regulamento do plano e as plantas, correspondente ao texto preliminar de alteração das disposições dos respectivos regulamentos administrativos; III. relatório técnico do "projecto de alteração do Plano Director", que se destina a fundamentar tecnicamente o projecto, ou seja, que consubstancia a fundamentação técnica da segunda parte.

Por último, o Governo da RAEM manifesta o seu sincero agradecimento a todos os residentes que dedicaram o seu tempo à leitura do presente documento de consulta, bem como às diversas individualidades e entidades que apresentaram contributos e sugestões.



Enquadramento



Em 20 de Dezembro de 2024, o Secretário-Geral do Comité Central do Partido Comunista da China, Presidente da República Popular da China e Presidente da Comissão Militar Central da República Popular da China, Xi Jinping, proferiu importantes discursos nas cerimónias da celebração do 25.º Aniversário do Retorno de Macau à Pátria e da tomada de posse do VI Governo da RAEM, tendo apresentado "quatro esperanças", isto é, quatro orientações fundamentais: primeira, empenhar-se na promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia; segunda, empenhar-se na elevação da eficiência da governação da RAEM; terceira, empenhar-se na construção de uma plataforma de abertura ao exterior de nível mais elevado; quarta, empenhar-se na defesa da paz e estabilidade sociais. O Presidente destacou ainda que a RAEM deve empenhar-se na promoção de um conjunto de empreendimentos e projectos de obras emblemáticas e estruturantes com efeitos impulsionadores.

Posteriormente, o Director do Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau do Comité Central do Partido Comunista da China e Director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, Xia Baolong, no seminário temático realizado em 9 de Janeiro de 2025 sobre "Estudar e implementar o espírito consagrado nos discursos importantes do Presidente Xi Jinping no âmbito das cerimónias da celebração do 25.º Aniversário do Retorno de Macau à Pátria e da tomada de posse do VI Governo da Região Administrativa Especial de Macau", adiantou que o Presidente Xi Jinping explicitou claramente duas orientações estratégicas, as chamadas "duas implementações", isto é, o "estabelecimento de uma plataforma relevante para a abertura de alto nível do país ao exterior" e a "criação de uma janela importante para o intercâmbio e aprendizagem mútua entre as civilizações sino-ocidentais"; foi igualmente enfatizada a necessidade de tirar pleno partido das vantagens institucionais de "Um País, Dois Sistemas", com base no posicionamento estratégico de desenvolvimento de "Um Centro, Uma Plataforma e Uma Base", expandindo a visão internacional, alargando o "círculo de amizades" internacional, e atraindo mais recursos internacionais para Macau, em especial mediante o reforço das ligações com os países de língua portuguesa, promovendo um modelo de cooperação abrangente, aprofundado, multissectorial e mutuamente vantajoso.



As "Linhas Gerais do 15.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Económico e Social da República Popular da China" (adiante designado por "15.º Plano Quinquenal") propõe apoiar a promoção do desenvolvimento económico e social de Hong Kong e Macau e aproveitamento das vantagens singulares e do papel fundamental e estratégico de Hong Kong e Macau que se traduzem nos apoios da pátria e de ligação ao mundo exterior, O referido Plano apoia ainda o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, aprofundando a construção do "Centro Mundial de Turismo e Lazer", da "Plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa" e da "Base para intercâmbios e cooperação, nos quais a cultura chinesa é dominante e o multiculturalismo coexiste ", elevando a competitividade da indústria de big health de medicina tradicional chinesa, da indústria financeira com características próprias, da indústria de tecnologia de ponta e da indústria de convenções, exposições e comércio. Paralelamente, apoia Hong Kong e Macau na transformação de um pólo de agregação de quadros qualificados internacionais de elevada qualidade, defendendo uma integração aprofundada e serviço de Hong Kong e Macau à conjuntura do desenvolvimento nacional.

O documento de consulta do "3.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2026 - 2030)"indica claramente que: Para impulsionar o desenvolvimento socioeconómico da RAEM durante o período do 3.º Plano Quinquenal, é essencial persistir, de forma integral, precisa e inabalável na política de "um país, dois sistemas", implementar aprofundadamente o espírito consagrado nos importantes discursos e instruções do Senhor Presidente Xi Jinping, bem como articular activa e estreitamente as directrizes estabelecidas no 15.º Plano Quinquenal do País. Através do reforço do planeamento estratégico de alto nível, da intensificação da coordenação e integração, do aprofundamento da visão prospectiva e científica, e, centrando-se nos objectivos de longo prazo e nas missões estratégicas da RAEM, iremos avançar de forma sólida os trabalhos das diversas áreas mediante a dinamização de tarefas prioritárias e projectos de grande envergadura. Por outro lado, a execução dos trabalhos do "projecto de alteração do Plano Director" poderá fornecer um suporte de planeamento urbanístico e garantia da reserva do solo para os projectos de grandes empreendimentos.

No Relatório das Linhas de Acção Governativa, o Governo da RAEM propôs, no âmbito da cooperação regional, a construção de um novo padrão do desenvolvimento integrado entre Macau e Hengqin, promovendo de forma progressiva a conexão das infra-estruturas, o aprofundamento contínuo da articulação das regras e mecanismos, bem como a promoção do desenvolvimento sinergético das indústrias de Macau e Hengqin e o empenho sinergético conjunto em estabelecer um destino de alto nível de cultura, turismo, convenções e exposições, e comércio. Simultaneamente, o Governo tem vindo a impulsionar proactivamente a construção dos quatro grandes projectos relevantes, designadamente, a Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin, a Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau, o *Hub* (Porto) de Transporte Aéreo Internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas e o Parque Ciên-Tec de Macau. Entre os quais, a Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin e o terminal de carga "Upstream" proposto no âmbito do *Hub* (Porto) de Transporte Aéreo Internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas serão implantados na Zona de Cooperação em Hengqin, enquanto que para os restantes projectos de grande envergadura exigem a reserva de terrenos de dimensão adequada em Macau para o seu desenvolvimento.

Tendo em consideração, de forma integrada, o espírito orientador dos importantes discursos supramencionados, o alinhamento com as estratégias de desenvolvimento nacional e as acções governativas do novo governo da RAEM, deve-se assegurar a satisfação das necessidades de terrenos decorrentes dos empreendimentos de construção estruturantes enunciados no Relatório das Linhas de Acção Governativa. Ao mesmo tempo, tendo em conta a legislação e demais diplomas legais aplicáveis, bem como a publicação de avisos e despachos do Chefe do Executivo e a evolução mais recente da situação, a DSSCU procedeu à revisão do Plano Director nos termos da Lei do planeamento urbanístico, tendo os respectivos trabalhos sido concluídos em 2026. O presente "projecto de alteração do Plano Director" visa dar resposta activa a essas orientações, procedendo à optimização e ajustamentos em termos de finalidades dos solos e de disposição do planeamento geral, contribuindo para a reserva de terrenos de forma a assegurar o apoio o seu desenvolvimento futuro.

Procedimento legal

À luz do disposto no art.º 24.º da Lei do planeamento urbanístico, a alteração do Plano Director deve proceder-se em conformidade com os art.ºs 17.º a 22.º da mesma lei. A DSSCU procede à divulgação, exposição e consulta pública do "projecto de alteração do Plano Director", com o objectivo de proporcionar um melhor esclarecimento sobre o seu conteúdo junto do público e de auscultar as opiniões e sugestões da população. Após a análise das opiniões e sugestões, esta Direcção de Serviços procede à elaboração e divulgação do relatório final de consulta pública. Subsequentemente, após a audição do Conselho do Planeamento Urbanístico, a DSSCU elabora o relatório final, o qual é submetido à consideração do Chefe do Executivo, para efeitos de decisão sobre a alteração ou a conclusão da elaboração do "projecto de alteração do Plano Director". Após a conclusão da elaboração, o Plano Director alterado é aprovado por regulamento administrativo complementar.

Nos termos dos art.ºs 5.º a 7.º da Regulamentação da Lei do planeamento urbanístico, a Comissão Interdepartamental procede à coordenação e ao acompanhamento da revisão do Plano Director e das alterações, mantendo, ao longo de todo o processo, um diálogo e discussão permanentes com os serviços públicos competentes, de modo a assegurar a promoção e concretização das linhas de acção governativa da RAEM.

Comissão Interdepartamental

- Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana (Coordenador)
- Instituto Cultural
- Instituto para os Assuntos Municipais
- Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego
- Direcção dos Serviços de Obras Públicas
- Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental
- Instituto de Habitação
- Direcção dos Serviços de Turismo

+

Outros serviços públicos envolvidos em empreendimentos e projectos estruturantes



Elaboração do projecto de alteração ao Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau (2020–2040)



Consulta pública

Elaboração do relatório final da consulta

Audição do Conselho do Planeamento Urbanístico

Elaboração do relatório final



Decisão de alterar o projecto



Decisão de concluir a elaboração do projecto

Alterações significativas ao projecto

Alteração do projecto



Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau (2020–2040), na sequência da sua alteração, será aprovado por regulamento administrativo complementar



Parte I

Projecto da 1.ª alteração ao Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau (2020-2040) - Principais considerações e pontos-chave

Em articulação com as necessidades de terrenos decorrentes dos projectos de grandes empreendimentos, o "projecto de alteração do Plano Director" propõe as alterações correspondentes tendo em consideração a evolução mais recente dos planos de nível superior, das legislações e demais diplomas legais aplicáveis, bem como dos avisos e despachos do Chefe do Executivo e dos projectos de estudo, os documentos relevantes envolvidos nas alterações incluem o regulamento do plano, o relatório técnico e as treze plantas. Relativamente aos restantes conteúdos que não impliquem alterações, mantêm-se em vigor as disposições do "Plano Director" já aprovado.



Imagem prospectiva do panorama de Macau

1 Projectos de grandes empreendimentos públicos

Em articulação com o início dos projectos de grandes empreendimentos públicos e atendendo às necessidades de desenvolvimento diversificado das indústrias"1 + 4"e à garantia de disponibilização de terrenos necessários, o "projecto de alteração ao Plano Director" propõe introduzir as correspondentes alterações.

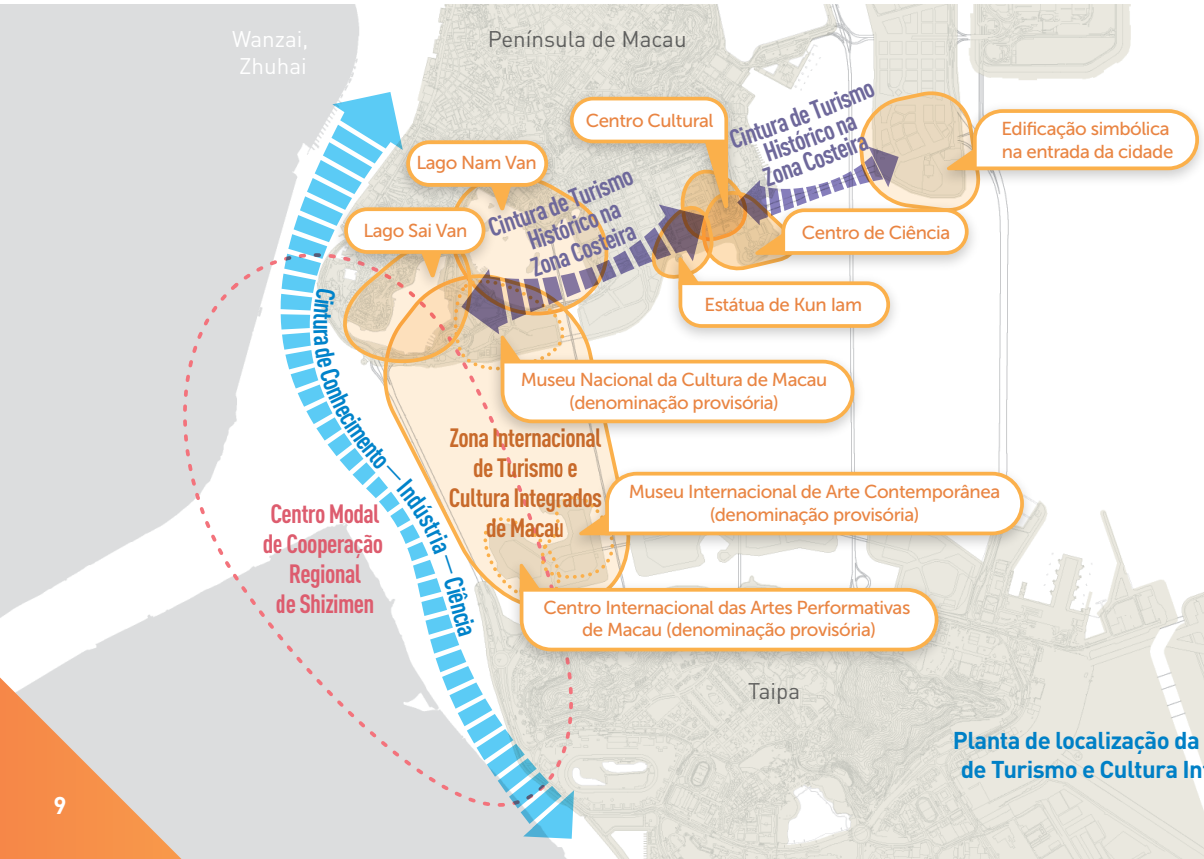
1.1 Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau

> *"Serão construídas instalações culturais de grande escala, com influência internacional, carácter icónico e padrões elevados, o que proporcionará não só os meios materiais importantes e essenciais para a construção de "Uma Base", isto é, "Base para intercâmbios e cooperação, nos quais a cultura chinesa é dominante e o multiculturalismo coexiste" , bem como uma maior margem de desenvolvimento, acelerando assim a diversificação adequada da economia e o desenvolvimento sustentável de alta qualidade em Macau."*
>
> ***《 Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2025 》***

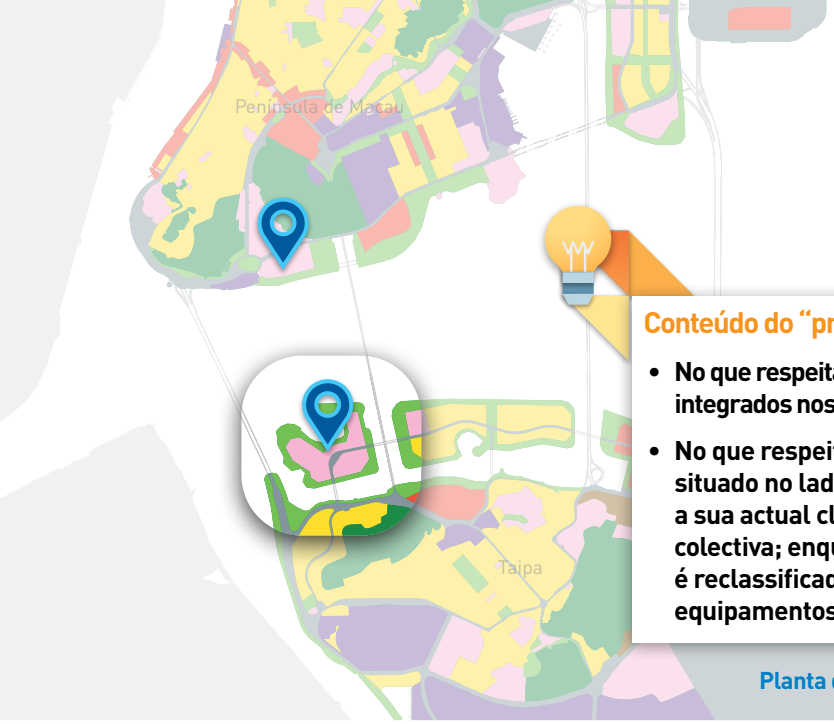
Prevê-se prioritariamente a construção de três instalações de grande dimensão na Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau, sendo que para o efeito, o "projecto de alteração do Plano Director" procede à reserva estratégica de terrenos afectos às respectivas indústrias de modo a apoiar a sua construção, contribuindo para constituição de uma plataforma essencial para promover um desenvolvimento integrado de indústrias diversificadas, tais como o turismo, a cultura e o comércio.

Considerações sobre a localização:

Considerando que o terreno localizado no lado oeste da Zona B dos Novos Aterros Urbanos interage de forma complementar com as infra-estruturas culturais existentes, nomeadamente o Centro de Ciência de Macau, o Centro Cultural de Macau, a Estátua de Kun Iam, o Lago Nam Van e o Lago Sai Van, bem como com os recursos culturais e recreativos da Torre de Macau, circunstância essa que é favorável à diversificação de indústrias e ao reforço da atractividade global da zona. Por outro lado, o terreno no lado oeste da Zona B e o terreno na Zona C dos Novos Aterros Urbanos situam-se no Canal do Shizimen, em margens opostas do canal marítimo, circunstância que permite reforçar e valorizar as características paisagísticas e o perfil da linha do horizonte urbano de ambas as margens. Os dois terrenos apresentam ainda potencial para promover a cooperação entre Macau e Zhuhai, possibilitando a consolidação do posicionamento funcional do "Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens", apoiando o desenvolvimento da economia portuária, do intercâmbio cultural e do turismo transfronteiriço, bem como assegurar a disponibilização de espaços destinados à construção de um ambiente urbano com boas condições para viver, trabalhar e visitar em Macau. Por conseguinte, propõe-se a reserva do terreno no lado oeste da Zona B e do terreno na Zona C para os referidos fins.



Planta de localização da Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau



Conteúdo do "projecto de alteração do Plano Director"

- **No que respeita à estrutura física urbana, os respectivos lotes serão integrados nos núcleos de desenvolvimento das indústrias diversificadas.**
- **No que respeita ao planeamento de finalidades dos solos, o terreno situado no lado oeste da Zona B dos Novos Aterros Urbanos, mantém a sua actual classificação como zona de equipamentos de utilização colectiva; enquanto o terreno na Zona C dos Novos Aterros Urbanos é reclassificado de zona habitacional e zona comercial para zona de equipamentos de utilização colectiva.**

Planta das propostas de alteração de finalidades dos solos



Imagem prospectiva da Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau
(terreno situado no lado oeste da Zona B dos Novos Aterros Urbanos)



Imagem prospectiva da Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau
(terreno situado na Zona C dos Novos Aterros Urbanos)

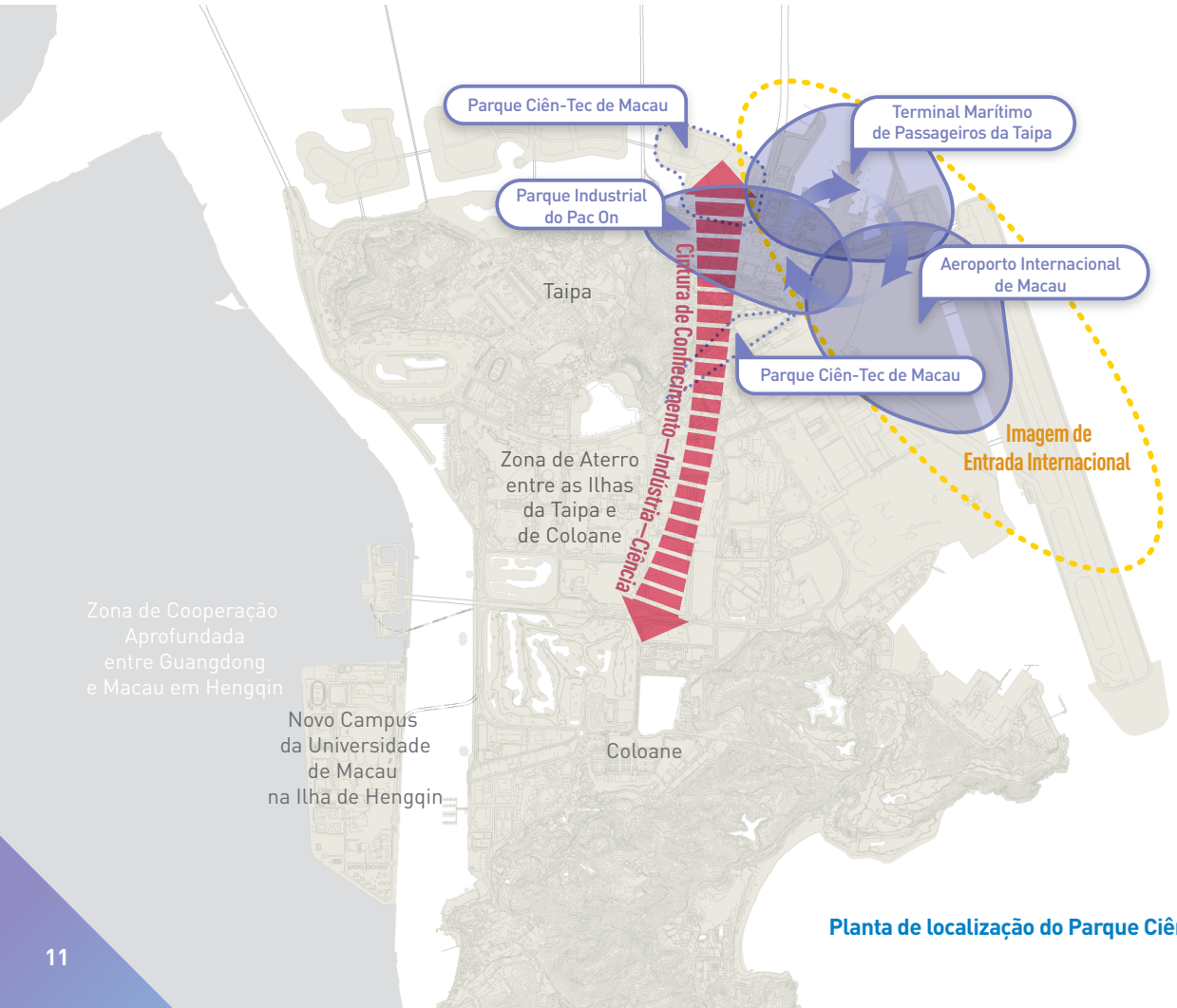
1.2 Parque Ciên-Tec de Macau

> *O Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau será um espaço para albergar e atrair os principais actores de inovação de nível internacional, proporcionando condições e instalações complementares adequadas para o desenvolvimento da indústria das ciências e tecnologia.*
>
> ***《 Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2025 》***

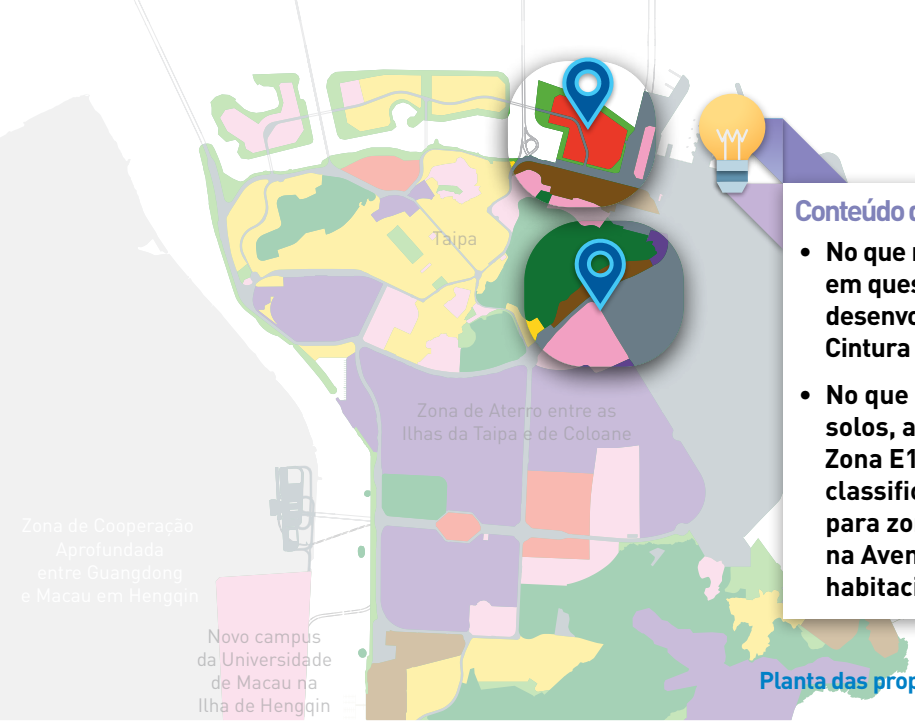
O Parque Ciên-Tec de Macau será estruturado em duas zonas principais, sendo que o "projecto de alteração do Plano Director" procede à reserva estratégica de terrenos afectos às respectivas indústrias de modo a apoiar a sua construção. Trata-se de um empreendimento de relevância estratégica, destinado a impulsionar o desenvolvimento das indústrias científicas e tecnológicas e a contribuir para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

Considerações sobre a localização:

O terreno situado no lado oeste da Zona E1 dos Novos Aterros Urbanos e o terreno situado na Avenida Wai Long ficam nas imediações do Aeroporto Internacional de Macau e do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, dispõe de condições privilegiadas de acesso aos transportes para o exterior, favorecendo a circulação eficiente de pessoas, tecnologias e mercadorias, reforçando simultaneamente a ligação de Macau com as redes regionais e internacionais de inovação. Por outro lado, a proximidade do local ao Parque Industrial do Pac On permitirá gerar sinergias industriais caso o novo Parque Ciên-Tec de Macau se alinhe com o processo de modernização e reconversão daquela área, contribuindo para reforçar a imagem e o posicionamento funcional da UOPG Pac On como entrada internacional de Macau, aumentando a competitividade industrial e apoiando o desenvolvimento orientado pela inovação e sustentabilidade. Paralelamente, tal localização permitirá ainda reforçar o transporte intermodal marítimo-aéreo, apoiar as actividades de investigação e desenvolvimento de tecnologias de ponta, bem como o comércio transfronteiriço e eventos de convenções e exposições, alargando assim a capacidade de ligação e o âmbito de serviços de Macau na Grande Baía e nos mercados internacionais. Por conseguinte, propõe-se a reserva do terreno no lado oeste da Zona E1 e do terreno na Avenida Wai Long para os referidos fins.



Planta de localização do Parque Ciên-Tec de Macau



Planta das propostas de alteração de finalidades dos solos

Conteúdo do "projecto de alteração do Plano Director"

- **No que respeita à estrutura física urbana, os lotes em questão serão incorporados nos núcleos de desenvolvimento das indústrias diversificadas e na Cintura de Conhecimento – Indústria – Ciência.**
- **No que respeita ao planeamento de finalidades dos solos, a parcela do terreno situado no lado oeste da Zona E1 dos Novos Aterros Urbanos anteriormente classificada como zona habitacional é reclassificada para zona comercial; enquanto o terreno situado na Avenida Wai Long é reclassificado de zona habitacional para zona industrial.**



Imagem prospectiva do Parque Ciên-Tec de Macau
(terreno situado no lado oeste da Zona E1 dos Novos Aterros Urbanos)



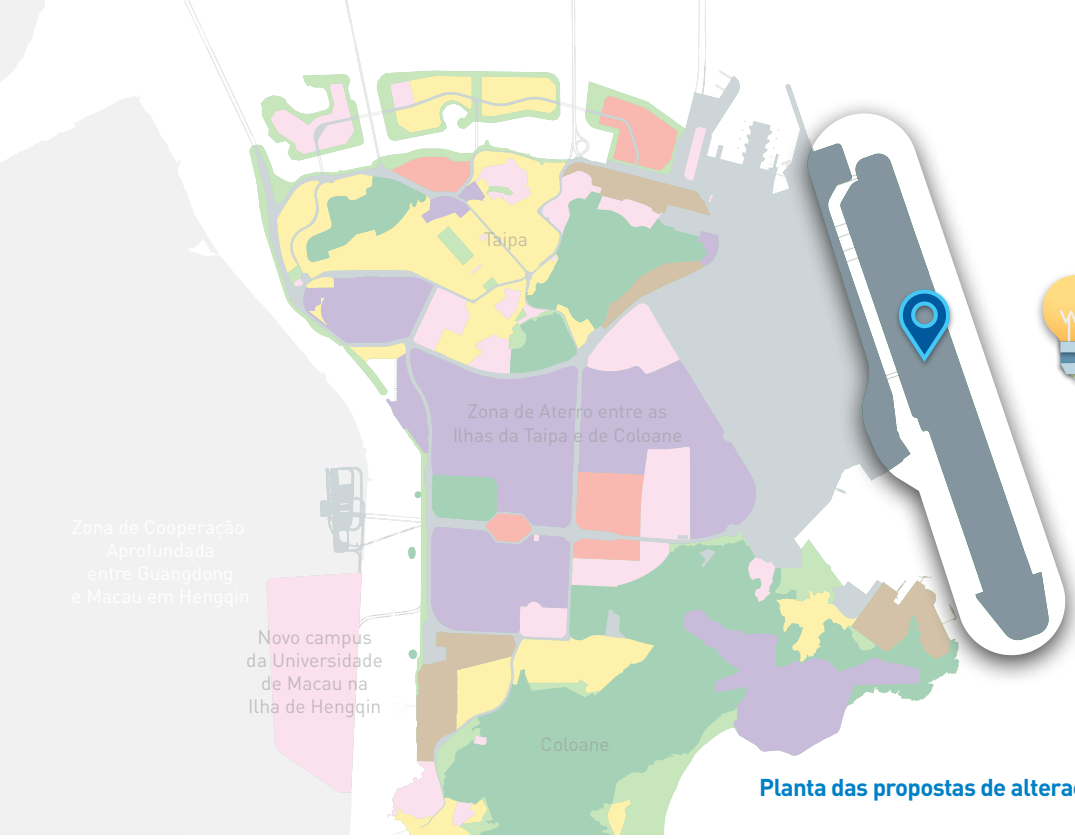
Imagem prospectiva do Parque Ciên-Tec de Macau
(terreno situado na Avenida Wai Long)

1.3 *Hub* (Porto) de Transporte Aéreo Internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas

> *"Será construído um Hub (Porto) de Transporte Aéreo Internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas, o qual poderá contribuir para aumentar a dimensão, a capacidade e a competitividade em termos de transporte de carga aérea do Aeroporto Internacional de Macau, potenciando um melhor desempenho do seu papel relevante no âmbito da abertura do País ao exterior, e prestar um maior contributo para a criação de um novo corredor especial para a abertura do País ao exterior na nova era."*
>
> ***《 Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2025 》***

Embora o Plano Director já aprovado contemplasse o plano de expansão do Aeroporto Internacional de Macau, em resposta ao mais recente âmbito de expansão, o "projecto de alteração do Plano Director" procede ao ajustamento das áreas correspondentes, de modo a reforçar o papel do Aeroporto Internacional de Macau enquanto porto aéreo e a aperfeiçoar ainda mais as instalações existentes. Por outro lado, o terminal de carga "Upstream" do Aeroporto Internacional de Macau em Hengqin foi expressamente previsto para ser implantado na Zona de Cooperação em Hengqin, com vista a intensificar o desenvolvimento sinérgico no domínio da logística aérea entre Macau e Hengqin, não estando, por isso, abrangido pela área de intervenção do "projecto de alteração do Plano Director".





Planta das propostas de alteração de finalidades dos solos

Conteúdo do "projecto de alteração do Plano Director"

- **Procede-se ao ajustamento das áreas relevantes do Aeroporto Internacional de Macau.**



Imagem prospectiva do *Hub* (Porto) de Transporte Aéreo Internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas

2 Outras actualizações

Para além da articulação com os projectos de grandes empreendimentos públicos acima referidos, o "projecto de alteração do Plano Director" propõe as alterações correspondentes tendo em consideração a evolução mais recente dos planos de nível superior, das legislações e demais diplomas legais aplicáveis, bem como dos avisos e despachos do Chefe do Executivo e dos projectos de estudo.

2.1 Posicionamento de desenvolvimento e projecções da população

Posicionamento de desenvolvimento

Em articulação com o 15.º Plano Quinquenal que propõe destacar continuamente o papel de Macau como "um centro, uma plataforma e uma base", promovendo o desenvolvimento adequado e diversificado da economia de Macau e, simultaneamente, apoiando a construção, em Macau, de pólo de agregação de quadros qualificados internacionais de elevada qualidade. O "projecto de alteração do Plano Director" propõe a inclusão de "pólo de agregação de quadros qualificados internacionais de elevada qualidade"no posicionamento de desenvolvimento.

Conteúdo do "projecto de alteração do Plano Director"

- **Inclusão de "pólo de agregação de quadros qualificados internacionais de elevada qualidade" no posicionamento de desenvolvimento.**

- Centro Mundial de Turismo e Lazer
- Plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa
- Base para intercâmbios e cooperação, nos quais a cultura chinesa é dominante e o multiculturalismo coexiste
- **Pólo de agregação de quadros qualificados internacionais de elevada qualidade**
- Cidade central e um dos três extremos da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau
- Ponto de suporte importante do corredor para a inovação da ciência e tecnologia da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau
- Belo Lar para os residentes da RAEM

Projecções de população

De acordo com as Projecções da População de Macau 2022–2041, publicadas em 2023, a população prevista para o ano 2040 é de aproximadamente 783 000 habitantes. O "projecto de alteração do Plano Director" procede à alteração dos respectivos conteúdos.

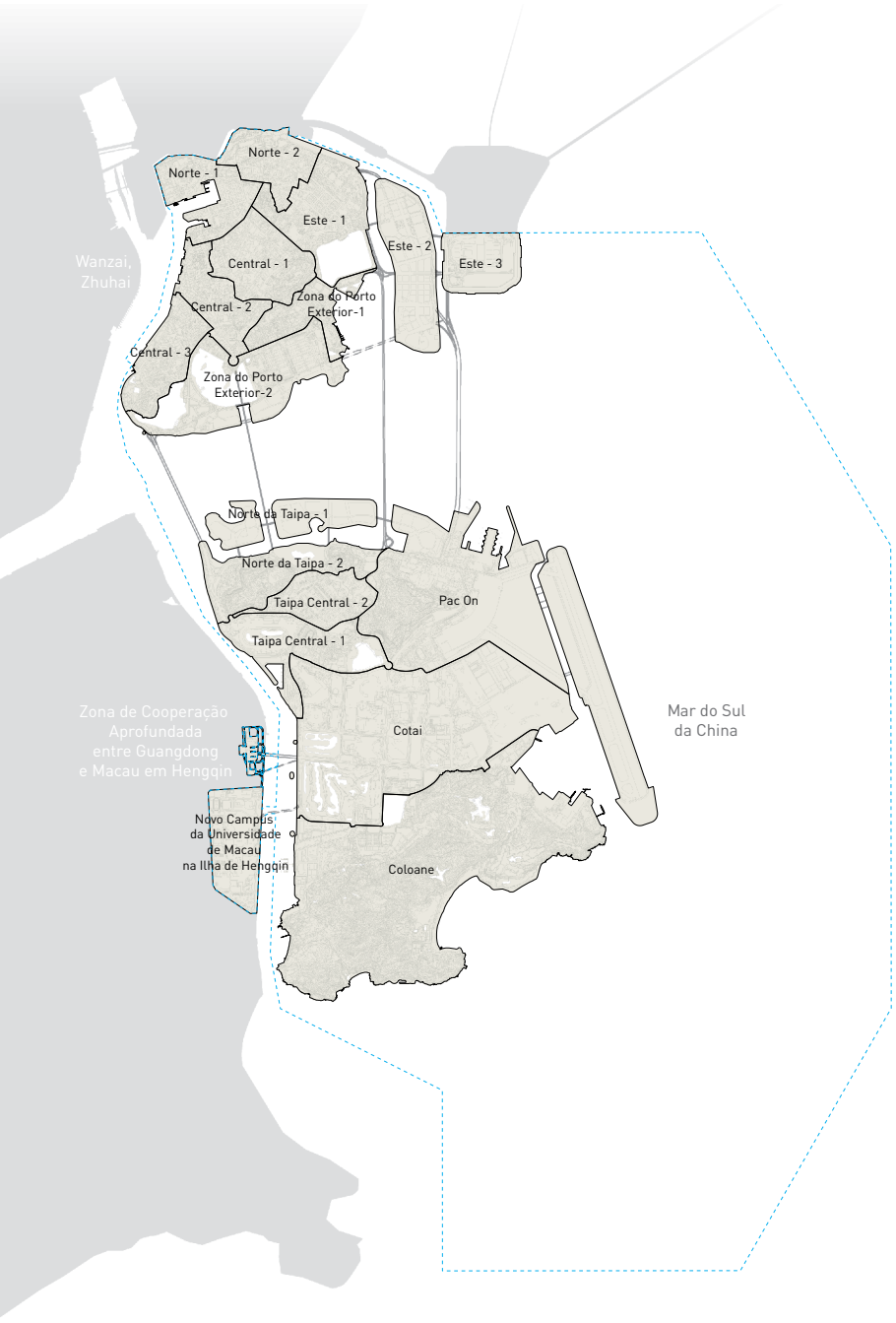
Conteúdo do "projecto de alteração do Plano Director"

- **Alteração dos conteúdos relativos à população.**



Imagem prospectiva do panorama de Macau

2.2 Área de intervenção e zonamento



Planta de área de intervenção e de zonamento

Área de intervenção

Tendo em conta as áreas incluídas na Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço Hengqin e nas suas zonas contíguas, publicadas pelos Avisos do Chefe do Executivo n.º 11/2023 e n.º 35/2024, e as áreas terrestre e marítima relevantes do lado sudeste do Posto Fronteiriço de Gongbei da Cidade de Zhuhai da Província de Guangdong, publicadas pelo Aviso do Chefe do Executivo n.º 19/2024 , o "projecto de alteração do Plano Director" integra as áreas acima referidas na área de intervenção e procede à actualização das respectivas plantas de base.

Conteúdo do "projecto de alteração do Plano Director"

- **Ajustamento da área de intervenção.**

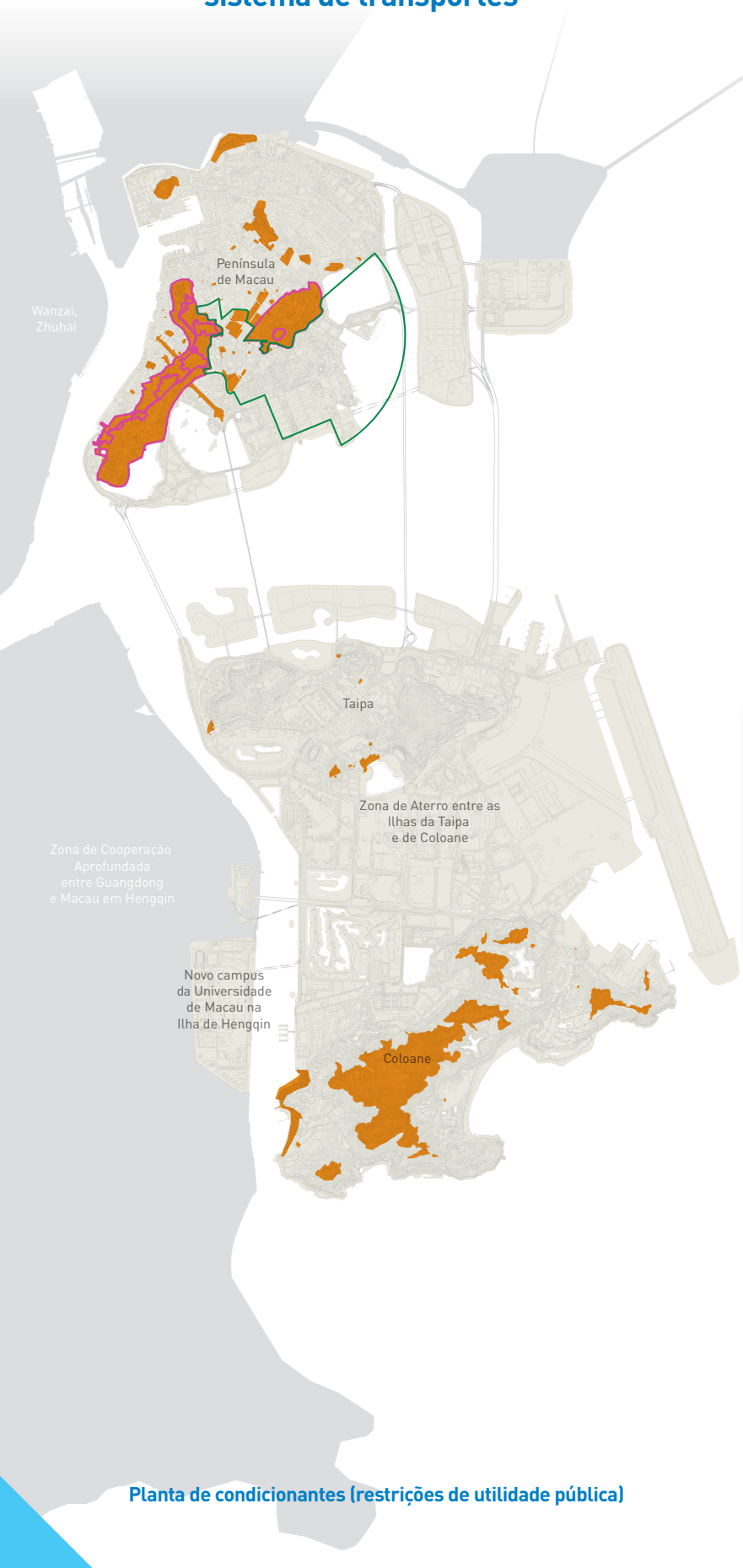
Zonamento

Em articulação com os ajustamentos da área de expansão do Aeroporto Internacional de Macau e da área de intervenção acima referidos, bem como a orla costeira da RAEM delimitada pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 209/2025, e tendo em conta a manutenção da finalidade do canal entre a Península de Macau e a Zona A dos Novos Aterros Urbanos de acordo com a situação mais recente e em conjugação com as optimizações efectuadas em função das situações concretas, o "projecto de alteração do Plano Director" procede ao ajustamento das respectivas áreas dos solos e dos limites das UOPG e à actualização das respectivas plantas de base.

Conteúdo do "projecto de alteração do Plano Director"

- **Ajustamento dos limites das UOPG.**

2.3 Salvaguarda da cultura e sistema de transportes



Planta de condicionantes (restrições de utilidade pública)

Salvaguarda da cultura

Na sequência da publicação do Regulamento Administrativo n.º 4/2024 (Plano de salvaguarda e gestão do «Centro Histórico de Macau»), do Regulamento Administrativo n.º 6/2024 (Classificação do 4.º Grupo de Bens Imóveis), e da Lista de Salvaguarda de Árvores Antigas e de Reconhecido Valor, aprovada pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 279/2025, o "projecto de alteração do Plano Director" propõe a inclusão da classificação do 4.º grupo de bens imóveis e , simultaneamente, procede à simplificação dos elementos gráficos. Paralelamente, nos princípios orientadores da salvaguarda do património cultural, procede-se à alteração da redacção referente ao Plano de salvaguarda e gestão do "Centro Histórico de Macau" e ao aditamento de conteúdos relativos à salvaguarda de árvores antigas e de reconhecido valor.

Conteúdo do "projecto de alteração do Plano Director"

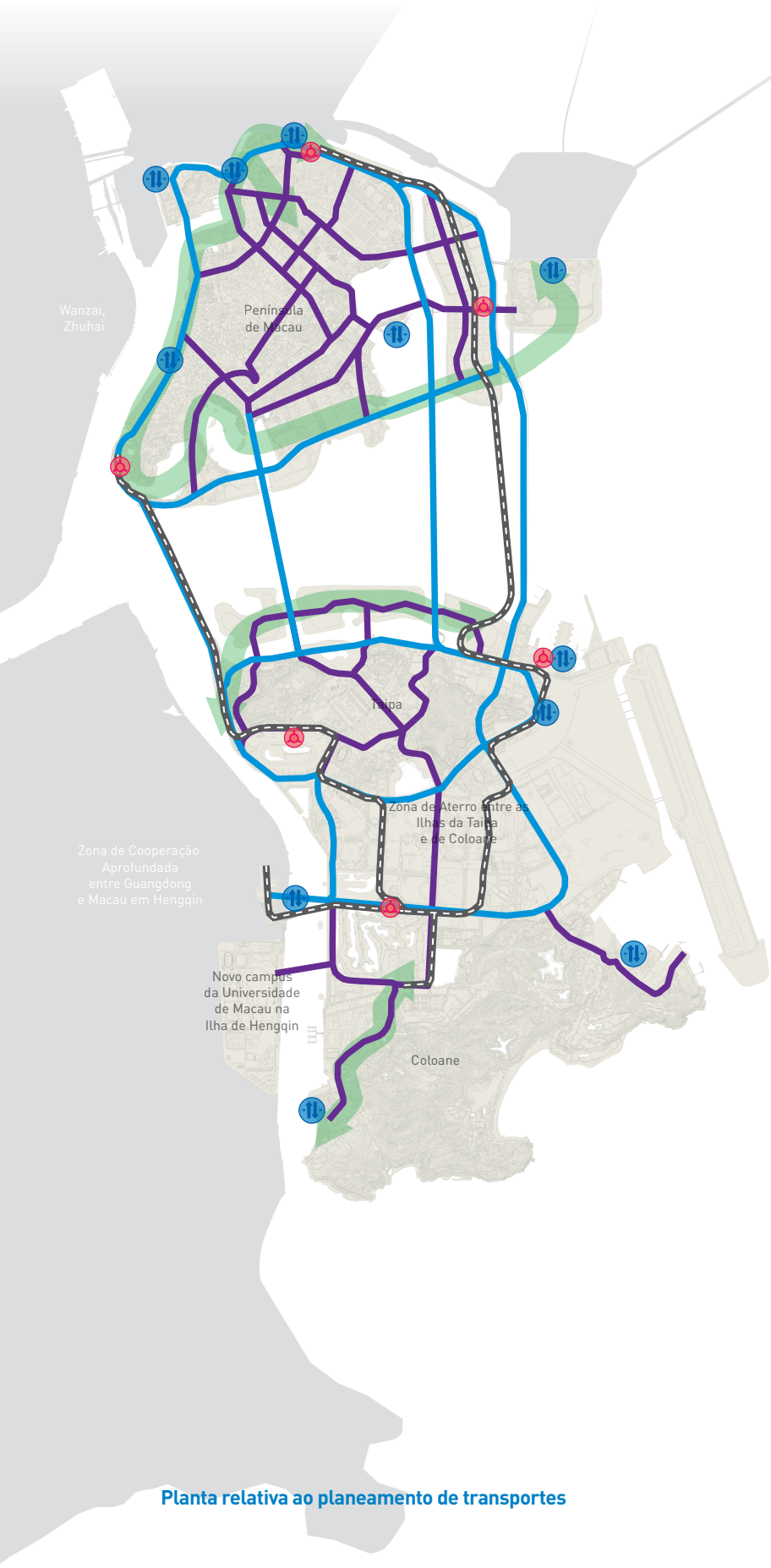
- **Actualização da planta de condicionantes (restrições de utilidade pública).**
- **Alteração dos conteúdos relativos à salvaguarda do património cultural.**

Sistema de transportes

Com o intuito de aprofundar a construção da interligação e interconexão entre Macau e Hengqin, reforçar a conexão das infra-estruturas, de forma a promover conjuntamente o desenvolvimento integrado das duas regiões e assegurar uma integração aprofundada e serviço à conjuntura do desenvolvimento nacional, e considerando a optimização contínua do sistema global de transportes de Macau, em especial no que respeita ao Metro Ligeiro e à rede rodoviária, contribuindo para o aumento da acessibilidade e a conectividade dos postos fronteiriços, aeroporto e terminais marítimos, entre outros centros modais de transportes relevantes; e ainda em articulação com as necessidades de mobilidade decorrentes do desenvolvimento urbano e com os estudos de planeamento relativos à expansão das linhas do Metro Ligeiro, o "projecto de alteração do Plano Director" propõe a inclusão dos traçados do Metro Ligeiro em fase de concepção, procedendo ainda à alteração dos respectivos conteúdos nos princípios orientadores do sistema de transportes.

Conteúdo do "projecto de alteração do Plano Director"

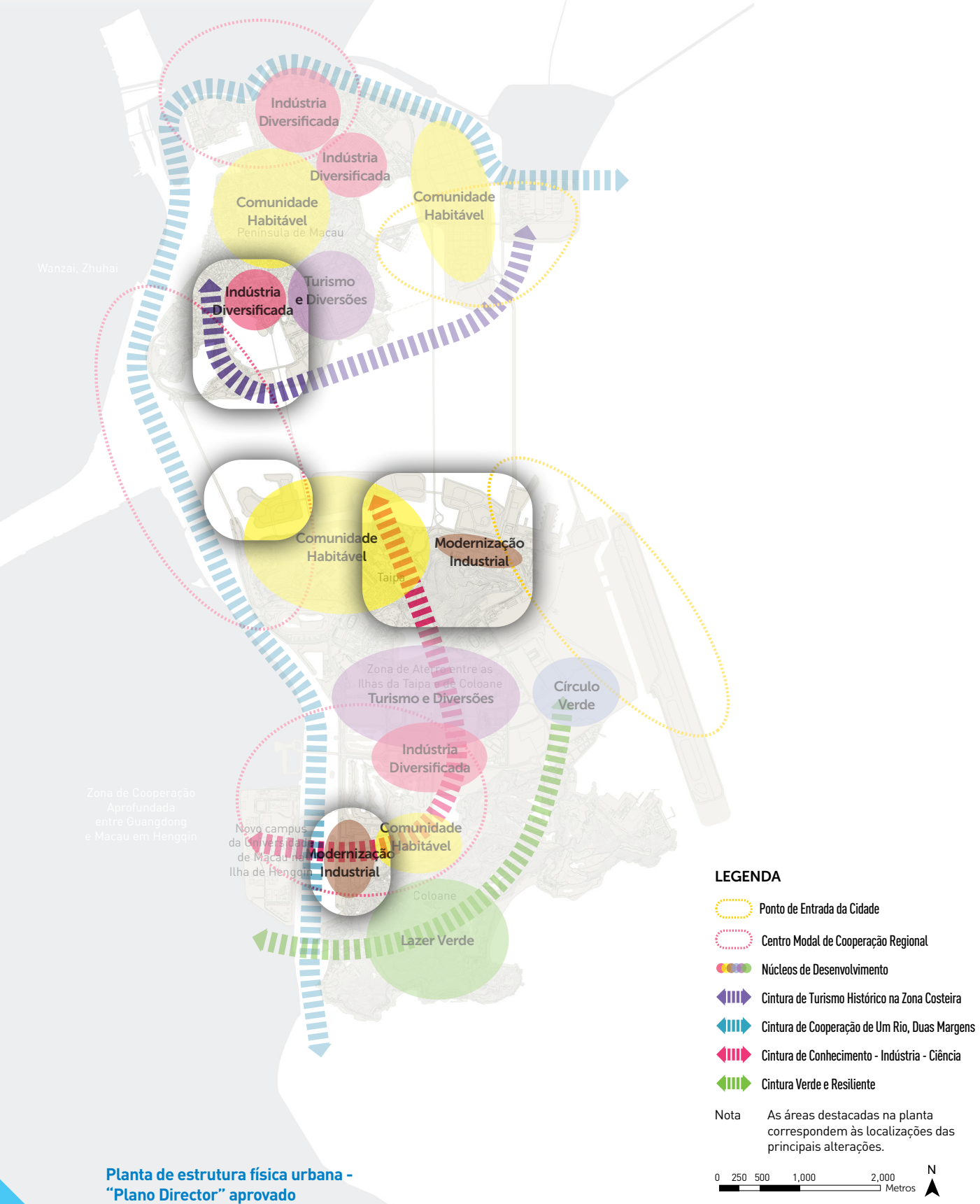
- **Actualização da planta relativa ao planeamento de transportes.**
- **Alteração dos conteúdos relativos ao sistema de transportes.**



Planta relativa ao planeamento de transportes

3 Planta de estrutura física urbana

Analisadas as referidas alterações referentes aos projectos de grandes empreendimentos públicos propostas no "projecto de alteração do Plano Director", procede-se à alteração da estrutura física urbana e à análise comparativa das plantas:



LEGENDA

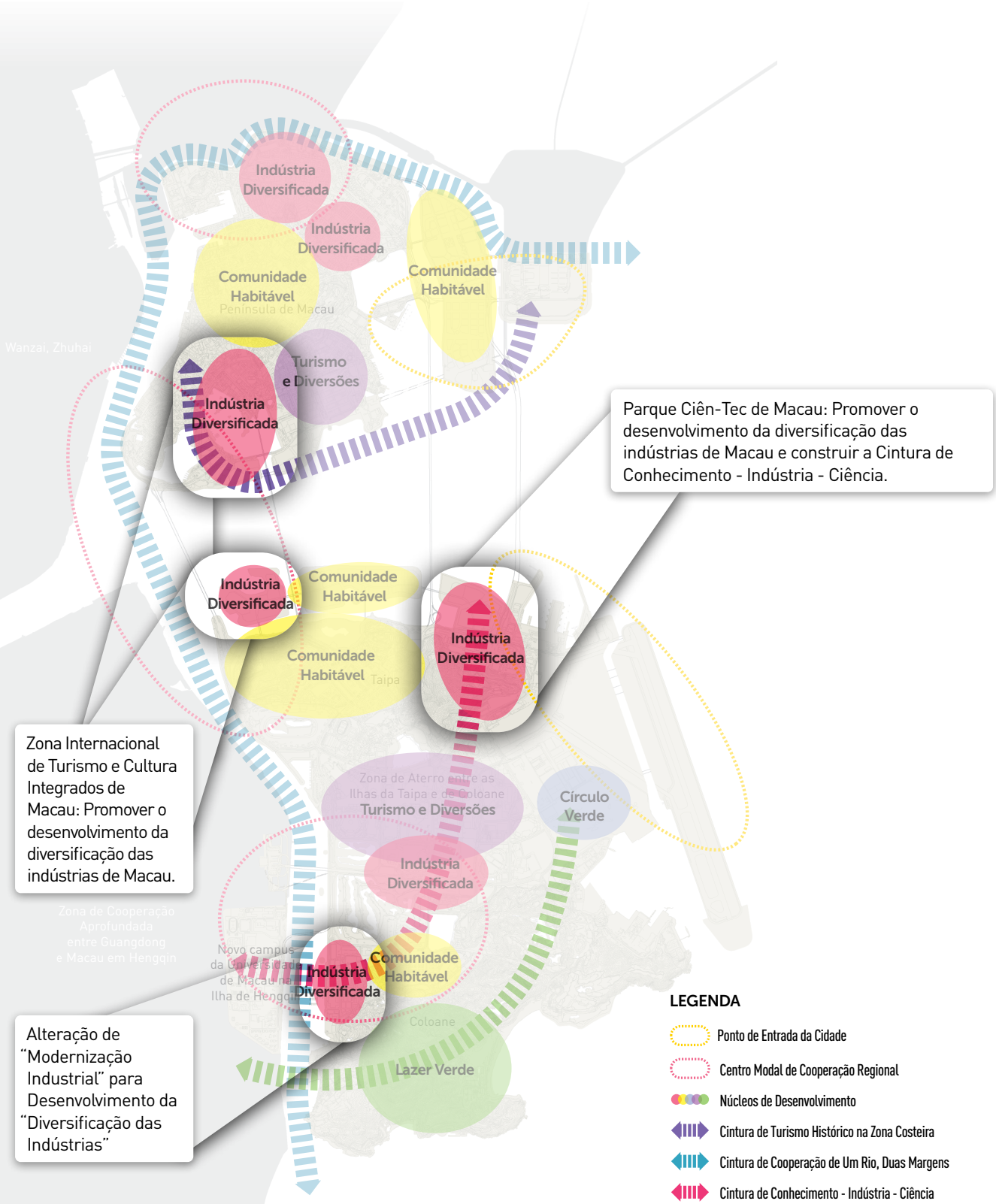
- Ponto de Entrada da Cidade
- Centro Modal de Cooperação Regional
- Núcleos de Desenvolvimento
- Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira
- Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens
- Cintura de Conhecimento - Indústria - Ciência
- Cintura Verde e Resiliente

Nota: As áreas destacadas na planta correspondem às localizações das principais alterações.

0 250 500 1,000 2,000 Metros

N

Planta de estrutura física urbana - "Plano Director" aprovado



Planta de estrutura física urbana - "projecto de alteração do Plano Director"

4 Planta de finalidade dos solos

Considerando os projectos de grandes empreendimentos públicos acima referidos, bem como outras actualizações, tais como o ajustamento da área de intervenção e de zonamento, e tendo em consideração as optimizações efectuadas em função da situação real, procede-se à alteração do planeamento de finalidades dos solos e à análise comparativa das plantas:

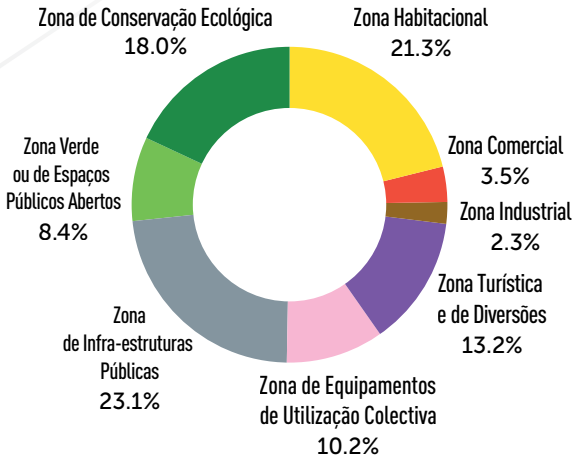
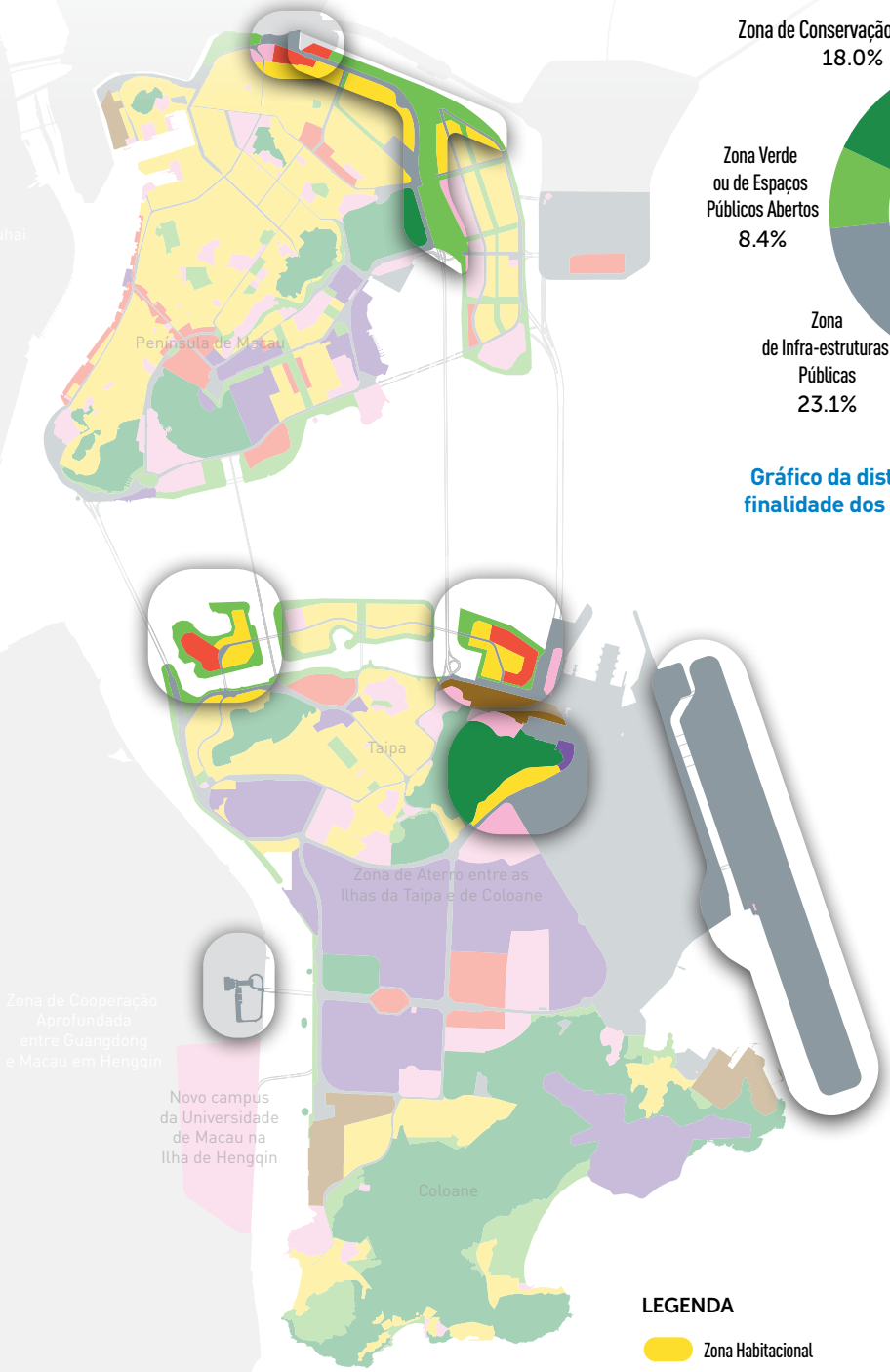


Gráfico da distribuição percentual das áreas de finalidade dos solos - "Plano Director" aprovado



Planta de finalidade dos solos - "Plano Director"aprovado [1, 2]

LEGENDA

- Zona Habitacional
- Zona Comercial
- Zona Industrial
- Zona Turística e de Diversões
- Zona de Equipamentos de Utilização Colectiva
- Zona de Conservação Ecológica
- Zona Verde ou de Espaços Públicos Abertos
- Zona de Infra-estruturas Públicas

Nota 1 As áreas destacadas na planta correspondem às localizações das principais alterações.

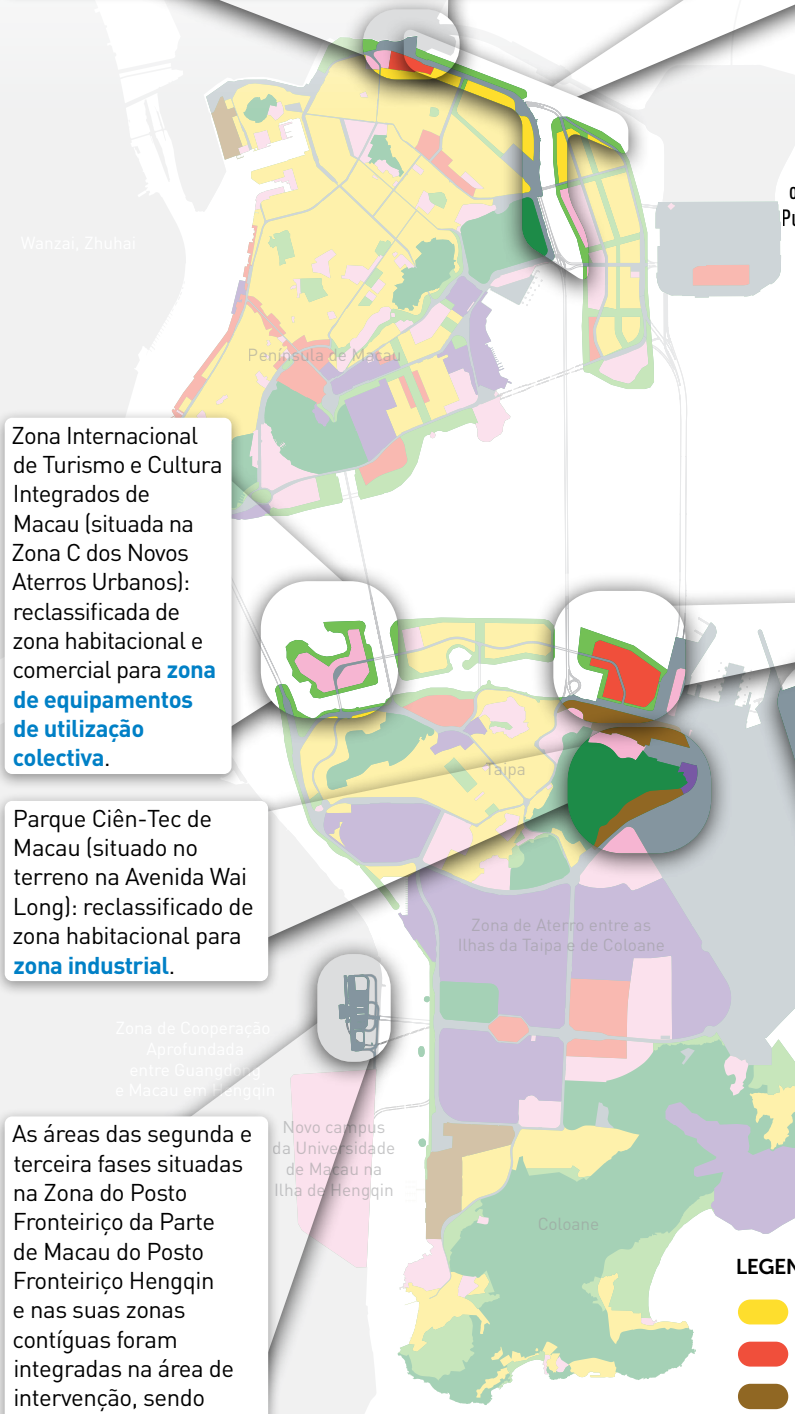
Nota 2 A presente planta indica as finalidades principais dos solos, podendo ser compatíveis com finalidades dos solos de outras subcategorias.

0 250 500 1,000 2,000 Metros

N

As áreas terrestre e marítima relevantes do lado sudeste do Posto Fronteiriço de Gongbei da Cidade de Zhuhai da Província de Guangdong foram integradas na área de intervenção e serão classificadas como **zonas verdes ou de espaços públicos abertos**, sendo os terrenos adjacentes reclassificados de zonas comerciais para **zonas verdes ou de espaços públicos abertos**.

Com base na situação mais recente do canal, **mantém-se a respectiva finalidade**.



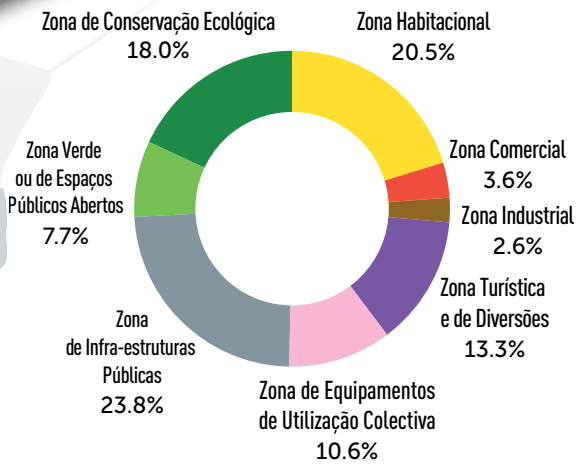


Gráfico da distribuição percentual das áreas de finalidade dos solos - "projecto de alteração do Plano Director" [3]

Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau (situada na Zona C dos Novos Aterros Urbanos): reclassificada de zona habitacional e comercial para **zona de equipamentos de utilização colectiva**.

Parque Ciên-Tec de Macau (situado no terreno no lado oeste da Zona E1 dos Novos Aterros Urbanos): a parcela anteriormente classificada como zona habitacional será reclassificada para **zona comercial**.

Parque Ciên-Tec de Macau (situado no terreno na Avenida Wai Long): reclassificado de zona habitacional para **zona industrial**.

Hub (Porto) de Transporte Aéreo Internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas: Ajustado de acordo com o plano de expansão do aeroporto e classificado como **zona de infra-estruturas públicas**.

As áreas das segunda e terceira fases situadas na Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço Hengqin e nas suas zonas contíguas foram integradas na área de intervenção, sendo classificadas como **zonas de infra-estruturas públicas**.

LEGENDA

- Zona Habitacional
- Zona Comercial
- Zona Industrial
- Zona Turística e de Diversões
- Zona de Equipamentos de Utilização Colectiva
- Zona de Conservação Ecológica
- Zona Verde ou de Espaços Públicos Abertos
- Zona de Infra-estruturas Públicas

Nota 1 As áreas destacadas na planta correspondem às localizações das principais alterações.

Nota 2 A presente planta indica as finalidades principais dos solos, podendo ser compatíveis com finalidades dos solos de outras subcategorias.

Nota 3 Devido ao arredondamento, a soma dos valores pode apresentar uma ligeira diferença em relação a 100%, o que constitui um fenómeno estatístico normal.

0 250 500 1,000 2,000 Metros

N

Planta de finalidade dos solos - "projecto de alteração do Plano Director" [1, 2]

Parte II

Projecto da 1.ª alteração ao Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau (2020-2040) - Regulamento do plano e plantas

O Projecto da 1.ª alteração ao Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau (2020–2040) é constituído pelos Anexos I (Regulamento do Plano), II (Plantas de Ordenamento) e III (Plantas de Condicionantes).





Imagem prospectiva da Frente Sul da Península de Macau

ANEXO I

Regulamento do Plano

CAPÍTULO I
Disposições gerais

Artigo 1.º
Objecto

1. O presente regulamento constitui o acto normativo da 1.ª alteração ao Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau (2020-2040), doravante designado por Plano Director, elaborado ao abrigo da Lei n.º 12/2013 (Lei do plano urbanístico) e do Regulamento Administrativo n.º 5/2014 (Regulamentação da Lei do planeamento urbanístico). *

2. O Plano Director estabelece o ordenamento do espaço físico de todo o território da Região Administrativa Especial de Macau, doravante designada por RAEM, as condições de uso e aproveitamento dos solos, bem como prevê, globalmente, a organização racional das infra-estruturas públicas e dos equipamentos de utilização colectiva.

Artigo 2.º
Âmbito de aplicação e vinculação

1. O presente regulamento aplica-se a todas as acções com incidência no ordenamento do espaço físico e no uso e aproveitamento dos solos, designadamente as obras de construção civil, as obras de desenvolvimento urbano e a utilização dos solos ou dos edifícios, cuja execução ou exercício estejam ou venham a estar condicionadas ou submetidas, pela lei geral, à intervenção da RAEM, no contexto urbanístico e da construção.

2. A todas as acções abrangidas pelo presente regulamento, as suas disposições são aplicadas cumulativamente com as de todos os diplomas legais e regulamentares de carácter geral em vigor, sem prejuízo de eventual prevalência destes últimos.

3. O Plano Director vincula as entidades públicas e os particulares.

Artigo 3.º
Composição do Plano Director

O Plano Director é composto pelos seguintes elementos:

1) Regulamento do plano;

2) Planta de ordenamento, desdobrada nas seguintes plantas:

(1) Planta 1 - Delimitação da área de intervenção; *

(2) Planta 2 - Estrutura física urbana; *

(3) Planta 3 - Zonamento; *

(4) Planta 4 - Classificação dos solos; *

(5) Planta 5 - Finalidade dos solos; *

3) Planta de condicionantes, desdobrada nas seguintes plantas:

(1) Planta 1 - Servidões administrativas; *

(2) Planta 2 - Restrições de utilidade pública. *

Artigo 4.º

Objectivos do Plano Director

O Plano Director, com duração de 2020 até 2040, visa criar uma cidade feliz, inteligente, sustentável e resiliente, em conformidade com os objectivos referidos no artigo 6.º da Lei n.º 12/2013 e no n.º 2 do Despacho do Chefe do Executivo n.º 234/2018.

Artigo 5.º

Área de intervenção do Plano Director

A área de intervenção do Plano Director, delimitada na planta 1 constante do Anexo II, compreende os seguintes espaços: *

1) O novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, publicado pelo Aviso do Chefe do Executivo n.º 43/2012;
2) A divisão administrativa da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, publicada pelo Aviso do Chefe do Executivo n.º 128/2015;
3) As áreas incluídas na Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço Hengqin e nas suas zonas contíguas, publicadas pelos Avisos do Chefe do Executivo n.º 6/2020, n.º 11/2023 e n.º 35/2024. *
4) As áreas terrestre e marítima relevantes do lado sudeste do Posto Fronteiriço de Gongbei da Cidade de Zhuhai da Província de Guangdong, publicadas pelo Aviso do Chefe do Executivo n.º 19/2024. *

CAPÍTULO II
Posicionamento e estratégias do desenvolvimento urbano

Artigo 6.º

Posicionamento do desenvolvimento

O Plano Director é elaborado de acordo com os posicionamentos do desenvolvimento da RAEM, designadamente:

1) Impulsionar a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer;
2) Consolidar a plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa;
3) Criar uma base para intercâmbios e cooperação, nos quais a cultura chinesa é dominante e o multiculturalismo coexiste;
4) Criar um pólo de agregação de quadros qualificados internacionais de elevada qualidade; *
5) Afirmar a RAEM como cidade central e um dos três extremos da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau;
6) Servir como ponto de suporte importante do corredor para a inovação da ciência e tecnologia da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau;
7) Construir um Belo Lar para os residentes da RAEM.

Artigo 7.º
Orientações estratégicas

Conforme os objectivos do Plano Director referidos no artigo 4.º e os posicionamentos do desenvolvimento referidos no artigo anterior, são estabelecidas as seguintes orientações estratégicas em matéria de planeamento urbanístico:

1) Articular o projecto da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, reflectindo o posicionamento da RAEM como cidade central da Grande Baía, reforçando a sua importância a nível internacional e regional e aprofundando as suas funções espaciais; fortalecendo a interligação com a Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin e promovendo o desenvolvimento através da integração, bem como abrindo espaço para o desenvolvimento a longo prazo da RAEM;*
2) Reforçar o desenvolvimento urbano multinuclear e criar áreas de desenvolvimento diversificado, incrementando o equilíbrio entre as funções profissional e residencial e promovendo a diversificação adequada da economia e o desenvolvimento sustentável da economia marítima;
3) Aumentar a coordenação e compatibilização entre o desenvolvimento urbano e o meio ambiente, a cultura e a utilização das áreas marítimas;
4) Estabelecer Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, doravante designadas por UOPG, e as condições de usos dos solos conforme a capacidade urbana, aplicando uma organização racional das infra-estruturas públicas e dos equipamentos de utilização colectiva e um aproveitamento apropriado dos solos, criando uma estrutura espacial coordenada;

5) Delimitar zonas não urbanizáveis e respectivos usos dos solos, estabelecendo restrições para os espaços com recursos naturais e valores paisagísticos, arqueológicos, históricos ou culturais que não possam ser desenvolvidos em circunstâncias normais;
6) Utilizar eficazmente os recursos marítimos, expandindo o espaço tridimensional e optimizando os espaços existentes para acomodar mudanças demográficas e socioeconómicas e, simultaneamente, apoiar o desenvolvimento regional;
7) Implementar e promover a política de transportes ecológicos orientados para as pessoas, conjugada com a estratégia de desenvolvimento de prioridade de transportes públicos e dos elementos de transportes públicos, tais como os sistemas de mobilidade suave, o metro ligeiro e os autocarros;
8) Optimizar a capacidade de acolhimento turístico, aprofundando o desenvolvimento coordenado do sector turístico e de outros sectores, apoiando o seu desenvolvimento diversificado;
9) Salvaguardar o património cultural e manter a atmosfera histórica e humana, bem como as características paisagísticas;
10) Planear de forma racional a paisagem e os espaços públicos abertos, integrados no ambiente natural e ecológico;
11) Integrar as orientações de prevenção e redução de desastres no planeamento, dotando as construções de soluções flexíveis com elementos de prevenção destes;
12) Promover a criação de uma sociedade de baixo carbono, encorajando o desenvolvimento de energias diversificadas e com baixas emissões de carbono, bem como reforçando a valorização de resíduos e o tratamento de águas residuais, através da reserva de terrenos adequados para a construção de infra-estruturas; *
13) Melhorar a implementação e distribuição das infra-estruturas públicas e equipamentos de utilização colectiva e activar o efeito de complementaridade, integrando as demais funções múltiplas e expandindo a cobertura de serviços dos equipamentos de utilização colectiva.

CAPÍTULO III
Estrutura física urbana global

Artigo 8.º
Estrutura física urbana

A estrutura física urbana, delimitada na planta 2 constante do Anexo II, compreende o seguinte: *

1) Melhorar as ligações ao exterior e aperfeiçoar as instalações existentes, criando pontos de entrada da cidade a nível regional e internacional;

2) Criar os seguintes centros modais de cooperação regional:
   (1) Centro Modal de Cooperação Regional do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e do Posto Fronteiriço Qingmao;
   (2) Centro Modal de Cooperação Regional de Shizimen;
   (3) Centro Modal de Cooperação Regional do Cotai e da Ilha de Hengqin;
3) Criar uma estrutura espacial com funções diversificadas e multinucleares, equilibrando o desenvolvimento das funções dos espaços e promovendo o equilíbrio entre as funções profissional e residencial;
4) Criar vários eixos funcionais no sentido de ligar e reforçar as configurações funcionais, designadamente:
   (1) Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens;
   (2) Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira;
   (3) Cintura de Conhecimento – Indústria – Ciência;
   (4) Cintura Verde e Resiliente.

Artigo 9.º
UOPG

1. A área de intervenção do Plano Director é dividida em 18 UOPG, de acordo com a planta 3 constante do Anexo II. *

2. Devem ser elaborados planos de pormenor para as diversas UOPG, podendo cada plano de pormenor abranger mais do que uma UOPG.

CAPÍTULO IV
Condicionantes

Artigo 10.º
Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

1. Na área de intervenção do Plano Director devem ser observadas todas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública que podem impor limitações ou impedimentos ao uso e aproveitamento dos solos, constantes da legislação em vigor e assinaladas nas plantas de condicionantes constantes do Anexo III. *

2. As servidões administrativas, assinaladas na planta 1 constante do Anexo III referido no número anterior, são as seguintes: *

1) Servidão radioeléctrica na zona dos Estúdios e do Centro de Radiodifusão da Guia, constituída pelo Decreto-Lei n.º 53/87/M, de 13 de Julho (Constituição de Servidão Radioeléctrica);
2) Servidão cartográfica constituída pela Portaria n.º 226/92/M, de 28 de Outubro;
3) Servidão aeronáutica constituída pela Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto.

3. As restrições de utilidade pública, designadamente as relativas à salvaguarda do património cultural, são assinaladas na planta 2 constante do Anexo III referido no n.º 1, nos termos dos seguintes diplomas legais: *

1) A Lei n.º 11/2013 (Lei de Salvaguarda do Património Cultural) ;
2) O Regulamento Administrativo n.º 1/2017 (Classificação de monumentos e edifícios de interesse arquitectónico e criação de uma zona de protecção);
3) O Regulamento Administrativo n.º 31/2018 (Lista e delimitação gráfica dos bens imóveis classificados e das respectivas zonas de protecção);
4) O Regulamento Administrativo n.º 33/2018 (Classificação dos Estaleiros Navais de Lai Chi Vun como sítio e fixação da respectiva zona de protecção);
5) O Regulamento Administrativo n.º 31/2019 (Classificação de 2.º Grupo de Bens Imóveis);
6) O Regulamento Administrativo n.º 37/2021 (Classificação do 3.º Grupo de Bens Imóveis);
7) O Regulamento Administrativo n.º 4/2024 (Plano de salvaguarda e gestão do «Centro Histórico de Macau»); *
8) O Regulamento Administrativo n.º 6/2024 (Classificação do 4.º Grupo de Bens Imóveis); *
9) O Despacho do Chefe do Executivo n.º 83/2008, que fixa as cotas altimétricas máximas permitidas para a construção de edifícios nas zonas de imediações do Farol da Guia.

CAPÍTULO V
Condições de uso e aproveitamento dos solos

Artigo 11.º
Classificação dos solos

1. Na área de intervenção do Plano Director, a classificação dos solos, nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 12/2013, assenta na distinção entre zona urbana e zona não urbanizável, de acordo com a planta 4 constante do Anexo II. *

2. A zona classificada no Plano Director como zona urbana compreende as zonas urbanizadas e as zonas urbanizáveis, nos termos do disposto nos artigos 2.º e 29.º da Lei n.º 12/2013.

3. A zona classificada no Plano Director como zona não urbanizável visa proteger, designadamente, as colinas, as águas e as zonas húmidas.

Artigo 12.º
Finalidade dos solos

1. A finalidade dos solos, nos termos do disposto nos artigos 31.º e 32.º da Lei n.º 12/2013, é definida através da sua integração em várias categorias em função da utilização dominante, encontrando-se identificadas no Plano Director as seguintes categorias de usos dos solos:

1) Zona habitacional;
2) Zona comercial;
3) Zona industrial;
4) Zona turística e de diversões;
5) Zona de equipamentos de utilização colectiva;
6) Zona de conservação ecológica;
7) Zona verde ou de espaços públicos abertos;
8) Zona de infra-estruturas públicas.

2. A definição da finalidade dos solos deve obedecer aos seguintes princípios:

1) Respeito pela situação actual do uso dos solos e pelos direitos adquiridos: assegurar que as categorias de usos dos solos previstas no Plano Director são implementadas e não afectam as situações jurídicas dos terrenos e os direitos legalmente adquiridos pelos interessados;
2) Utilização mista: aumentar a eficiência do uso dos solos através da integração de várias finalidades dos solos compatíveis, do aproveitamento múltiplo e do desenvolvimento de espaços subterrâneos;
3) Equilíbrio entre as funções profissional e residencial: incentivar o emprego dos residentes nas zonas onde habitam, mediante uma distribuição racional de cada categoria de uso dos solos.

3. As categorias de usos dos solos, identificadas na planta 5 constante do Anexo II, correspondem aos usos principais dos solos para cada zona. *

Artigo 13.º
Zona habitacional

1. As zonas habitacionais destinam-se essencialmente ao uso residencial e visam oferecer instalações de necessidades básicas diárias e instalações de lazer e articular a distribuição das demais finalidades dos solos, criando condições para os residentes trabalharem nas zonas onde habitam, em ordem a atingir a visão de uma comunidade com boas condições de habitabilidade.

2. O Plano Director visa:

1) Manter o actual uso residencial, designadamente nas UOPG Norte – 2, UOPG Este – 1, UOPG Central – 1, UOPG Central – 2, UOPG Central – 3 e UOPG Norte da Taipa – 2, integrando-o na zona habitacional;
2) Criar zonas habitacionais nas UOPG Norte – 1, UOPG Este – 2, UOPG Norte da Taipa – 1, UOPG Taipa Central – 2 e UOPG Coloane. *

3. Nas zonas habitacionais não é permitido destinar solos para uso industrial.

Artigo 14.º
Zona comercial

1. As zonas comerciais destinam-se essencialmente ao acolhimento de actividades de comércio e serviços e visam criar condições para a diversificação adequada da economia, oferecer condições e um ambiente para a criação de indústrias emergentes e de ponta e articular a criação das zonas habitacionais, de modo a melhorar as condições para os residentes trabalharem nas zonas onde habitam.

2. O Plano Director visa:

1) Manter o actual uso para actividades de comércio e serviços, designadamente nas UOPG Central – 2, UOPG Central – 3 e UOPG Zona do Porto Exterior – 2, integrando-o na zona comercial;
2) Criar zonas comerciais nas UOPG Norte – 2, UOPG Este – 1, UOPG Este – 2, UOPG Este – 3, UOPG Central – 2, UOPG Central – 3, UOPG Zona do Porto Exterior – 2, UOPG Norte da Taipa – 2, UOPG Pac On e UOPG Cotai. *

3. Nas zonas comerciais não é permitido destinar solos para uso industrial.

Artigo 15.º
Zona industrial

1. As zonas industriais destinam-se essencialmente ao acolhimento e desenvolvimento de actividades industriais e visam incentivar a modernização industrial e promover o desenvolvimento das indústrias emergentes e de ponta.

2. O Plano Director visa:

1) Manter e reforçar o actual uso industrial, designadamente nas UOPG Norte – 1, UOPG Pac On e UOPG Coloane, integrando-o na zona industrial;
2) Integrar ou transferir gradualmente as actividades industriais que se encontram dispersas e com baixa eficiência quanto ao uso dos solos para as zonas industriais referidas na alínea anterior, bem como criar zonas industriais na UOPG Pac On. *

3. Nas zonas industriais não é permitido destinar solos para uso habitacional.

Artigo 16.º
Zona turística e de diversões

1. As zonas turísticas e de diversões destinam-se essencialmente à instalação de empreendimentos turísticos e serviços complementares e visam articular a distribuição dos demais usos dos solos, de modo a atingir um desenvolvimento conjunto, oferecendo aos turistas uma experiência de viagem abrangente, bem como optimizar a capacidade das instalações turísticas e de diversões.

2. O Plano Director visa manter o actual uso para empreendimentos turísticos e serviços complementares, designadamente nas UOPG Cotai, UOPG Zona do Porto Exterior – 1, UOPG Zona do Porto Exterior – 2, UOPG Taipa Central – 1 e UOPG Coloane, integrando-o na zona turística e de diversões.

3. Nas zonas turísticas e de diversões não é permitido destinar solos para uso industrial.

Artigo 17.º
Zona de equipamentos de utilização colectiva

1. As zonas de equipamentos de utilização colectiva destinam-se essencialmente à implantação e disponibilização de equipamentos de utilização colectiva, designadamente no âmbito dos órgãos governamentais, da cultura, da religião, da educação, dos serviços sociais, da recreação e desporto, da saúde e dos serviços municipais e visam, através do aproveitamento múltiplo, melhorar a acessibilidade aos equipamentos de utilização colectiva e as respectivas ligações às zonas habitacionais, com vista a expandir a cobertura dos serviços.

2. O Plano Director visa:

1) Manter o actual uso para equipamentos de utilização colectiva, designadamente nas UOPG Taipa Central – 1, UOPG Pac On, UOPG Cotai e UOPG Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, integrando-o na zona de equipamentos de utilização colectiva;
2) Criar zonas de equipamentos de utilização colectiva nas UOPG Norte – 1, UOPG Este – 2, UOPG Zona do Porto Exterior – 2, UOPG Norte da Taipa – 1 e UOPG Coloane.

3. Nas zonas de equipamentos de utilização colectiva não é permitido destinar solos para uso industrial.

Artigo 18.º
Zona de conservação ecológica

1. As zonas de conservação ecológica destinam-se essencialmente à protecção das áreas com valor ecológico e visam contribuir para a maior protecção dos recursos naturais com valor ecológico.

2. O Plano Director visa proteger os recursos naturais, designadamente colinas, águas e zonas húmidas, localizados nas UOPG Norte – 1, UOPG Este – 1, UOPG Central – 1, UOPG Central – 3, UOPG Zona do Porto Exterior – 2, UOPG Norte da Taipa – 2, UOPG Taipa Central – 1, UOPG Pac On, UOPG Cotai e UOPG Coloane.

3. Nas zonas de conservação ecológica não é permitido destinar solos para usos habitacional, comercial, industrial e turístico e de diversões.

Artigo 19.º
Zona verde ou de espaços públicos abertos

1. As zonas verdes ou de espaços públicos abertos destinam-se essencialmente à instalação de actividades ao ar livre com funções de lazer, recreativas, desportivas e culturais e visam melhorar o ambiente e paisagem urbanos e, através da criação de mais espaços verdes e de lazer, reforçar as suas acessibilidades e ligações às zonas habitacionais, optimizando a distribuição global dos espaços com vista à melhoria da qualidade de vida da população.

2. O Plano Director visa:

1) Manter o actual uso para espaços verdes e actividades ao ar livre, designadamente na UOPG Coloane, integrando-o na zona verde ou de espaços públicos abertos;

2) Criar zonas verdes ou de espaços públicos abertos nas UOPG Norte – 2, UOPG Este – 2, UOPG Zona do Porto Exterior – 2 e UOPG Norte da Taipa – 1.

3. Nas zonas verdes ou de espaços públicos abertos não é permitido destinar solos para usos industrial e turístico e de diversões.

Artigo 20.º
Zona de infra-estruturas públicas

1. As zonas de infra-estruturas públicas destinam-se essencialmente à instalação de infra-estruturas urbanas, designadamente nos domínios do abastecimento de águas, de drenagem, de electricidade, de gás natural, do tratamento de águas residuais, do tratamento dos resíduos, das telecomunicações, das principais instalações dos transportes e da rede rodoviária de estradas principais, e visam assegurar o normal funcionamento das infra-estruturas públicas e criar condições para o efeito de complementaridade.

2. O Plano Director visa:

1) Manter o actual uso para infra-estruturas urbanas, designadamente nas UOPG Este – 3 e UOPG Pac On, integrando-o na zona de infra-estruturas públicas;
2) Concentrar preferencialmente o planeamento das infra-estruturas públicas na zona este da RAEM.

3. É permitido destinar solos para outros usos nas zonas de infra-estruturas públicas, desde que não coloque em causa a finalidade principal das mesmas nem o normal funcionamento das infra-estruturas públicas.

CAPÍTULO VI
Princípios orientadores

Artigo 21.º
Prevenção de desastres urbanos

O Plano Director visa concretizar os objectivos de prevenção de desastres urbanos, designadamente:

1) Responder designadamente aos fenómenos meteorológicos extremos, desastres de emergência e incidentes súbitos de natureza pública, disponibilizar um sistema mais aperfeiçoado de acolhimento e de salvamento em situações de emergência e aumentar a capacidade global de prevenção, redução e salvamento em caso de ocorrência de desastres;

2) Reforçar os elementos de prevenção, redução e salvamento em caso de ocorrência de desastres e estabelecer um sistema de prevenção de desastres através da construção de infra-estruturas e do planeamento;
3) Através do planeamento de infra-estruturas, aumentar a capacidade de prevenção de inundações causadas pelas chuvas fortes e marés e a capacidade de drenagem e de armazenamento de inundações, bem como incentivar a incorporação de elementos de prevenção de desastres na concepção de infra-estruturas importantes, designadamente no âmbito de abastecimento de água, electricidade, telecomunicações e gás, com vista a elevar a sua capacidade de resposta;
4) Através do planeamento de instalações de salvamento e de acolhimento de emergência, reforçar a disposição global das instalações, designadamente dos centros de acolhimento, dos postos operacionais dos bombeiros, das instalações policiais e das instalações de assistência médica, bem como planear os caminhos de salvamento e de evacuação no sentido de ligar os pontos relevantes de operações de salvamento e acolhimento.

Artigo 22.º
Salvaguarda do património cultural

O Plano Director visa salvaguardar o património cultural, designadamente:

1) Salvaguardar o Centro Histórico de Macau e as respectivas zonas de protecção, os bens imóveis classificados e outros bens que constituem o património cultural, de modo a promover as características assentes na combinação entre as culturas chinesa e ocidental e criar uma cidade de destino turístico com uma grande riqueza da herança cultural e um charme singular;
2) Proceder a um planeamento racional em articulação com os trabalhos do Plano de salvaguarda e gestão do «Centro Histórico de Macau», nos termos do Regulamento Administrativo n.º 4/2024, no sentido de assegurar a sua compatibilidade; *
3) Optimizar o planeamento das instalações complementares do Centro Histórico de Macau e das áreas adjacentes e controlar adequadamente a escala de desenvolvimento das zonas adjacentes, a fim de evitar a excessiva densidade populacional nas respectivas zonas;
4) Reduzir os impactos no património cultural provocados pelo desenvolvimento nas proximidades, através do estabelecimento de limitações e restrições à edificação junto aos bens que constituem o património cultural, optimizando a capacidade de acolhimento do Centro Histórico de Macau e das áreas adjacentes;
5) Em articulação com à Lista de Salvaguarda de Árvores Antigas e de Reconhecido Valor, promove-se a conservação das árvores antigas e reconhecidas. *

Artigo 23.º
Renovação urbana

O Plano Director visa promover a renovação urbana, designadamente:

1) Promover a reabilitação dos bairros antigos e, simultaneamente, incrementar o desenvolvimento do sistema de mobilidade suave e de transportes p respectivas zonas; com o planeamento de elementos de prevenção, redução e salvamento em caso de ocorrência de desastres para promover o desenvolvimento urbano de modo diversificado, harmonioso e sustentável;
2) Melhorar o ambiente urbano e a qualidade habitacional, de modo a beneficiar a sociedade, o ambiente e a economia como um todo;
3) Promover a compatibilidade entre os projectos de renovação urbana e o ambiente envolvente, tendo em conta as características dos bairros comunitários e os actuais usos dos solos;
4) Com vista à protecção da paisagem e da fisionomia dos arruamentos com valor histórico e cultural, envidar esforços no sentido de preservar o tecido urbano tradicional e distinto, a fisionomia dos arruamentos e o estilo arquitectónico original;
5) Dar prioridade à renovação urbana nas zonas que foram desenvolvidas há mais tempo e onde existem edificações mais antigas e com sobrelotação habitacional.

Artigo 24.º
Protecção ambiental

O Plano Director visa promover a protecção ambiental, designadamente:

1) Promover um desenvolvimento urbano ecológico, de baixo carbono e sustentável;
2) Conjugar as colinas, águas, zonas húmidas e zonas verdes ou de espaços públicos abertos, ligando os recursos verdes e hídricos em rede verde, formando um sistema de rede verde e azul organicamente interligado;
3) Delimitar as zonas de conservação ecológica e as zonas verdes ou de espaços públicos abertos, proteger os solos com valor ecológico, manter a biodiversidade e assegurar a integridade dos recursos naturais;
4) Planear de modo racional as infra-estruturas públicas, visando criar o efeito de complementaridade e construir bairros comunitários de baixo carbono, a fim de promover um estilo de vida mais amigo do ambiente.

Artigo 25.º
Sistema de vistas

O Plano Director visa proteger as paisagens urbanas, designadamente:

1) Reforçar as paisagens urbanas singulares, moldando novos pontos de entrada e horizontes da cidade, criar paisagens urbanas harmoniosas, assentes na relação «montanha, mar e cidade», a fim de atingir um equilíbrio entre a protecção e o desenvolvimento e promover a sustentabilidade do desenvolvimento urbano;
2) Proteger as vistas e corredores visuais relevantes sobre a paisagem através da delimitação das vistas principais e dos pontos de vistas públicos, vistas de direcções específicas e corredores de vistas panorâmicas da cidade;
3) Estabelecer directivas de concepção urbana para o equilíbrio entre o sistema de vistas e o desenvolvimento urbano e construir, em localização adequada, edificações simbólicas com a capacidade de aumentar o nível da qualidade da cidade.

Artigo 26.º
Sistema de transportes

O Plano Director visa optimizar os transportes urbanos, designadamente:

1) Implementar e promover a política de transportes ecológicos orientados para as pessoas, construir um sistema de transportes globais conjugando os meios de transporte público, tais como o sistema de mobilidade suave, a rede rodoviária, o metro ligeiro e os autocarros públicos, no sentido de incentivar a redução do uso de veículos particulares nas deslocações, bem como aperfeiçoar a rede de transportes para melhorar a mobilidade; *
2) Oferecer interfaces de transportes suficientes nos pontos de ligação ao exterior, tais como postos fronteiriços terrestres, terminais marítimos e aeroporto e assegurar uma ligação total entre transportes urbanos internos e externos;
3) Através do metro ligeiro e da rede rodoviária, ligar todas as áreas da RAEM e interligar as estradas principais através de um anel circular como enquadramento, promover o desvio do tráfego nos pontos de maior pressão, bem como implementar o sistema de hierarquização de estradas para melhorar a eficiência da rede rodoviária; *
4) Estudar o aproveitamento das principais instalações de transporte e incentivar o desenvolvimento orientado para os transportes públicos;
5) Melhorar as instalações e o planeamento do sistema de mobilidade suave, procedendo ao planeamento e desenvolvimento integrado em conjunto com o sistema de transportes públicos, tais como os transportes sobre carris e os autocarros públicos;

6) Adoptar, no domínio das instalações de estacionamento, medidas multifacetadas para melhorar os recursos de estacionamento nas zonas onde há grandes carências destes.

Artigo 27.º
Utilização das áreas marítimas

O Plano Director visa a utilização racional dos recursos marítimos, designadamente:

1) Assegurar, de acordo com a Lei n.º 7/2018 (Lei de bases de gestão das áreas marítimas), a utilização efectiva dos recursos marítimos, expandindo e optimizando os espaços existentes para acomodar o crescimento demográfico e mudanças socioeconómicas, bem como assistir na promoção da economia marítima da RAEM e da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau;
2) Sob o pressuposto de proteger o ambiente marítimo e sem comprometer a integridade das zonas húmidas, expandir o espaço dos solos e aperfeiçoar o aproveitamento da linha costeira através do seu ordenamento e de aterros na zona costeira, criando espaço à beira-mar com alta acessibilidade, pondo em prática a ideia de prevenção, redução e salvamento em caso de ocorrência de desastres e melhorando o ambiente marítimo costeiro, a fim de aumentar a capacidade de resiliência urbana;
3) Considerar, a longo prazo, o aumento da reserva de terrenos, mediante planeamento de aterros na zona costeira e na área marítima, de modo a responder às necessidades de desenvolvimento urbano.

CAPÍTULO VII
Directivas para as UOPG

Artigo 28.º
UOPG Norte – 1

1. A UOPG Norte – 1 destina-se, em articulação com o Posto Fronteiriço do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau, a promover o desenvolvimento contínuo do Parque Industrial Transfronteiriço e, simultaneamente, proteger a colina da Ilha Verde, estimular o desenvolvimento das zonas habitacionais da Ilha Verde, bem como criar a Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens.

2. O uso predominante dos solos na UOPG Norte – 1 é zona habitacional.

Artigo 29.º

UOPG Norte – 2

1. A UOPG Norte – 2 destina-se, em articulação com o Posto Fronteiriço Qingmao, a reforçar a ligação entre a RAEM e Zhuhai e, com a conclusão do metro ligeiro, a criar um novo centro de comércio, a construir o Centro Modal de Cooperação Regional do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e do Posto Fronteiriço Qingmao, bem como a criar a Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens, através de renovação urbana e de um modelo de desenvolvimento orientado para os transportes públicos. *

2. O uso predominante dos solos na UOPG Norte – 2 é zona habitacional.

Artigo 30.º
UOPG Este – 1

1. A UOPG Este – 1 destina-se, em articulação com o planeamento e desenvolvimento urbano da UOPG Este – 2, a configurar uma combinação entre elementos urbanos novos e antigos e, em simultâneo, transformar a zona situada na Avenida de Venceslau de Morais, originalmente destinada à indústria, em zona comercial, através de renovação urbana, bem como a reforçar as ligações entre o Reservatório e os bairros comunitários para facilitar o uso por residentes.

2. Os usos predominantes dos solos na UOPG Este – 1 são zona habitacional e zona de conservação ecológica.

Artigo 31.º
UOPG Este – 2

1. A UOPG Este – 2 destina-se, a médio e longo prazo, à criação de um bairro habitacional e a servir como um novo ponto de entrada costeiro da cidade, dotado de equipamentos aperfeiçoados destinados ao bem-estar da população e ao apoio ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas, e à criação de zona verde ou de espaços públicos abertos, à melhoria do sistema de transportes, bem como à criação da Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira.*

2. Os usos predominantes dos solos na UOPG Este – 2 são zona habitacional e zona verde ou de espaços públicos abertos. *

Artigo 32.º
UOPG Este – 3

1. A UOPG Este – 3 destina-se a servir como ponto de entrada este da RAEM para a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, com a construção de infra-estruturas públicas de apoio ao desenvolvimento urbano e de instalações para convenções e exibições fronteiriças, no sentido de melhorar a imagem de entrada oriental e criar a Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira.

2. O uso predominante dos solos na UOPG Este – 3 é zona de infra-estruturas públicas.

Artigo 33.º
UOPG Central – 1, UOPG Central – 2 e UOPG Central – 3

1. As UOPG Central – 1, UOPG Central – 2 e UOPG Central – 3, abrangem essencialmente o Centro Histórico de Macau e destinam-se a:

1) Desenvolver e cumprir o Plano de salvaguarda e gestão do «Centro Histórico de Macau», definido pelo Regulamento Administrativo n.º 4/2024; *
2) Preservar o tecido urbano tradicional e distinto e a fisionomia dos arruamentos dos bairros antigos;
3) Equilibrar a cultura histórica e o desenvolvimento dos bairros comunitários;
4) Criar, a longo prazo, uma rua de comércio costeira e um parque costeiro dinâmicos que integrem elementos de prevenção, redução e salvamento em caso de ocorrência de desastres, no sentido de melhorar a capacidade de resiliência do Porto Interior, e criar a Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens e a Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira;
5) Aperfeiçoar a rede de transportes para melhorar a mobilidade;
6) Promover a diversificação adequada da economia através da cooperação regional.

2. O uso predominante dos solos nas UOPG Central – 1, UOPG Central – 2 e UOPG Central – 3 é zona habitacional.

Artigo 34.º
UOPG Zona do Porto Exterior – 1

1. A UOPG Zona do Porto Exterior – 1 destina-se à criação de uma zona de desenvolvimento misto com diversos usos, designadamente industrial e habitacional e com instalações de transportes para o exterior, bem como à criação da Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira.

2. Os usos predominantes dos solos na UOPG Zona do Porto Exterior – 1 são zona turística e de diversões e zona de infra-estruturas públicas.

Artigo 35.º
UOPG Zona do Porto Exterior – 2

1. A UOPG Zona do Porto Exterior – 2 destina-se a:

1) Construir, no extremo sul, o corredor verde da península de Macau para ligar os diversos tipos de instalações, de modo a criar a Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira e, simultaneamente, aperfeiçoar a paisagem urbana global, através da integração harmoniosa do Lago Nam Van, Lago Sai Van e outros recursos paisagísticos da zona;
2) Construir equipamentos de utilização colectiva e a Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau a oeste do Lago Nam Van, assim como criar uma nova zona comercial a este da Ponte Governador Nobre de Carvalho, a fim de promover um desenvolvimento diversificado. *

2. Os usos predominantes dos solos na UOPG Zona do Porto Exterior – 2 são zona de conservação ecológica, zona verde ou de espaços públicos abertos e zona de equipamentos de utilização colectiva.

Artigo 36.º
UOPG Norte da Taipa – 1

1. A UOPG Norte da Taipa – 1 destina-se, em articulação com o desenvolvimento de Shizimen de Zhuhai, a criar um bairro comunitário verde e de baixo carbono para habitação, bem como a construir a Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau. Visa ainda formar uma estrutura de interligação entre «montanha, mar e cidade» em conjunto com a Taipa Pequena e a zona costeira, bem como a criar o Centro Modal de Cooperação Regional de Shizimen e a Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens. *

2. Os usos predominantes dos solos na UOPG Norte da Taipa – 1 são zona verde ou de espaços públicos abertos e zona habitacional. *

Artigo 37.º
UOPG Norte da Taipa – 2

1. A UOPG Norte da Taipa – 2 é planeada como bairro comunitário em combinação com a Taipa Pequena e outras paisagens naturais, pretendendo-se criar uma nova zona comercial no lado norte para promover o equilíbrio entre as funções profissional e residencial na zona, bem como impulsionar a construção de redes de ciclovias destinadas a lazer a fim de melhorar as funções de lazer da orla costeira. *

2. Os usos predominantes dos solos na UOPG Norte da Taipa – 2 são zona habitacional e zona de conservação ecológica.

Artigo 38.º
UOPG Pac On

1. A UOPG Pac On destina-se, em articulação com o Aeroporto Internacional de Macau e o Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, a construir infra-estruturas públicas de transportes para o exterior, a impulsionar a reconversão e valorização do Parque Industrial do Pac On para desenvolver indústrias diversificadas e a criar o Parque Ciên-Tec de Macau, promovendo a imagem de entrada internacional desta UOPG, bem como a criar a Cintura de Conhecimento – Indústria – Ciência. *

2. O uso predominante dos solos na UOPG Pac On é zona de infra-estruturas públicas.

Artigo 39.º
UOPG Taipa Central – 1

1. A UOPG Taipa Central – 1 destina-se a:
   1) Manter a característica urbana do bairro antigo da Taipa que integra uma arquitectura de estilo chinês e português; *
   2) Melhorar o sistema de mobilidade suave da zona, planear o ponto de ligação das actividades comunitárias e reforçar o papel do Centro Desportivo Olímpico como uma relevante instalação recreativa e desportiva.

2. Os usos predominantes dos solos na UOPG Taipa Central – 1 são zona turística e de diversões e zona habitacional. *

Artigo 40.º
UOPG Taipa Central – 2

1. A UOPG Taipa Central – 2 destina-se, em articulação com o desenvolvimento das zonas habitacionais da Taipa, a melhorar as instalações complementares de utilização colectiva da zona e construir um bairro comunitário com boas condições de habitabilidade.

2. O uso predominante dos solos na UOPG Taipa Central – 2 é zona habitacional.

Artigo 41.º
UOPG Cotai

1. A UOPG Cotai destina-se a:

1) Concentrar as instalações turísticas e de diversões de grande dimensão e os novos complexos comerciais e, simultaneamente, preservar a zona de conservação ecológica do Cotai, a fim de assegurar a harmonia entre a cidade e o ambiente natural, sublinhando a diversidade da cidade e promovendo o desenvolvimento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer;
2) Planear, mediante um modelo de desenvolvimento orientado para os transportes públicos, o local original do Posto Fronteiriço do Cotai e os terrenos adjacentes como complexos comerciais, com a construção do Centro Modal de Cooperação Regional do Cotai e da Ilha de Hengqin, bem como da Cintura de Conhecimento – Indústria – Ciência e da Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens;
3) Planear a zona este como zona de exposição de círculo verde, destinando-se, preferencialmente, à concentração de infra-estruturas públicas que sirvam toda a população da RAEM e criar a Cintura Verde e Resiliente.

2. Os usos predominantes dos solos na UOPG Cotai são zona turística e de diversões e zona de infra-estruturas públicas.

Artigo 42.º
UOPG Coloane

1. A UOPG Coloane destina-se a:

1) Promover o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo cultural, com a criação de uma zona de passeios pela natureza e da Cintura Verde e Resiliente, com base na conjugação dos recursos naturais, designadamente colinas, mar e linhas costeiras;
2) Manter as zonas verdes das colinas e as instalações de lazer ao ar livre existentes nas zonas turísticas e de diversões;
3) Conservar e optimizar as zonas industriais existentes, construir a Cintura de Conhecimento – Indústria – Ciência e a Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens e, simultaneamente, planear de forma racional as zonas habitacionais em localização adequada, de acordo com o princípio do equilíbrio entre as funções profissional e residencial.

2. O uso predominante dos solos na UOPG Coloane é zona de conservação ecológica.

Artigo 43.º
UOPG Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin

1. A UOPG Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin destina-se ao desenvolvimento do ensino superior, estudos académicos e cooperação tecnológica da Grande Baía, contribuindo para fortalecer a cooperação regional entre Hengqin e a UOPG Cotai, sendo ainda dotada da Cintura de Conhecimento – Indústria – Ciência.

2. O uso dos solos na UOPG Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin é zona de equipamentos de utilização colectiva para fins educativos.

*Optimização da redacção ou actualização de conteúdo.

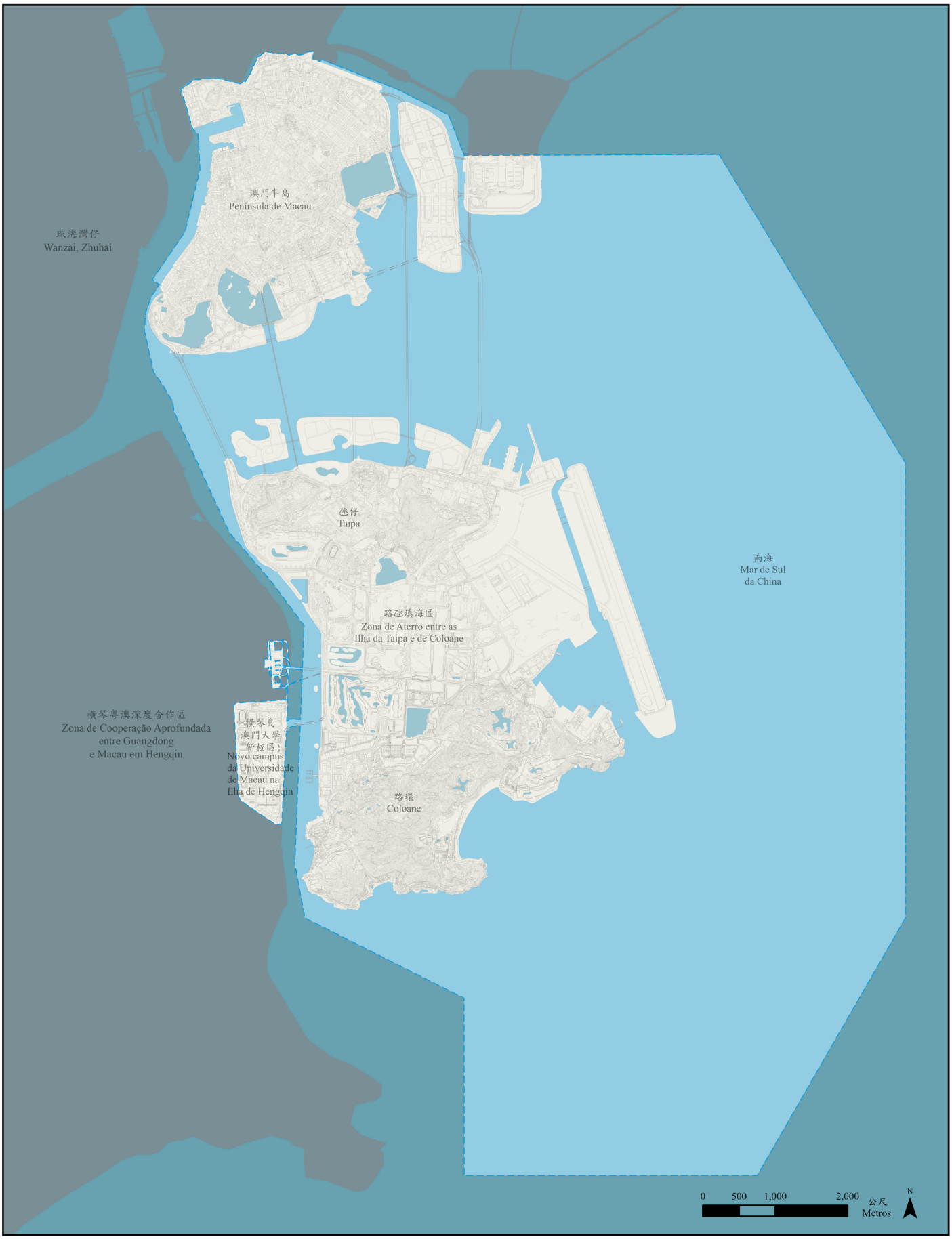
附件二　（第三條所指者）　整治規劃圖

ANEXO II (a que se refere o artigo 3.º) Planta de ordenamento

圖一——規劃範圍

Planta 1 - Delimitação da área de intervenção

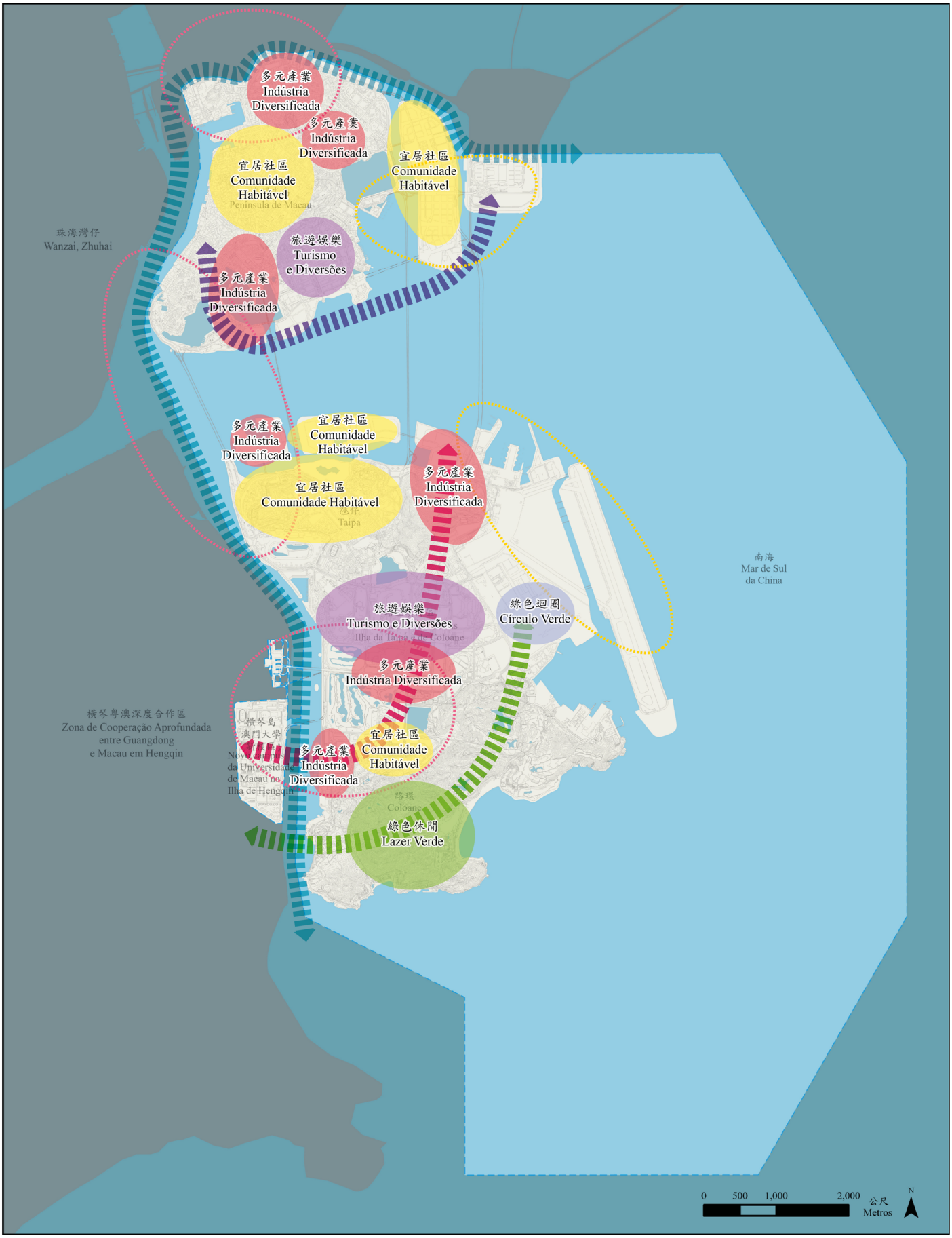
2026年修訂
Revisão de 2026



圖例
Legenda

規劃範圍界線
Limite da Área de Intervenção

圖二—城市結構佈局
Planta 2 - Estrutura física urbana

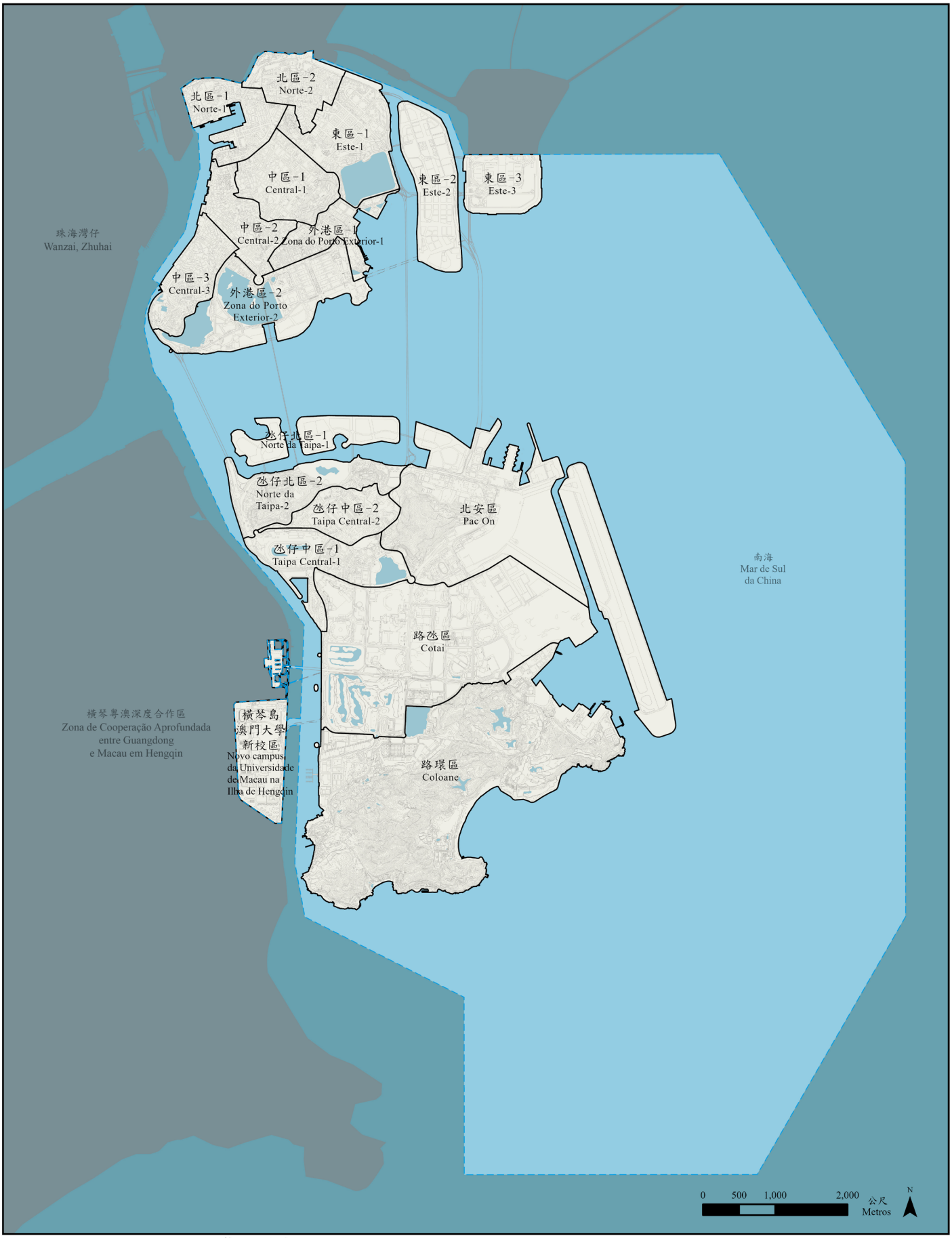


圖例
Legenda

- 規劃範圍界線 / Limite da Área de Intervenção
- 區域合作樞紐 / Centro Modal de Cooperação Regional
- 城市門戶 / Ponto de Entrada da Cidade
- 發展核心 / Núcleos de Desenvolvimento
- 知識產業科技軸帶 / Cintura de Conhecimento - Indústria - Ciência
- 濱水歷史旅遊軸帶 / Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira
- 一河兩岸合作軸帶 / Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens
- 綠色韌性軸帶 / Cintura Verde e Resiliente

圖三—規劃分區
Planta 3 - Zonamento

2026年修訂
Revisão de 2026



圖例
Legenda

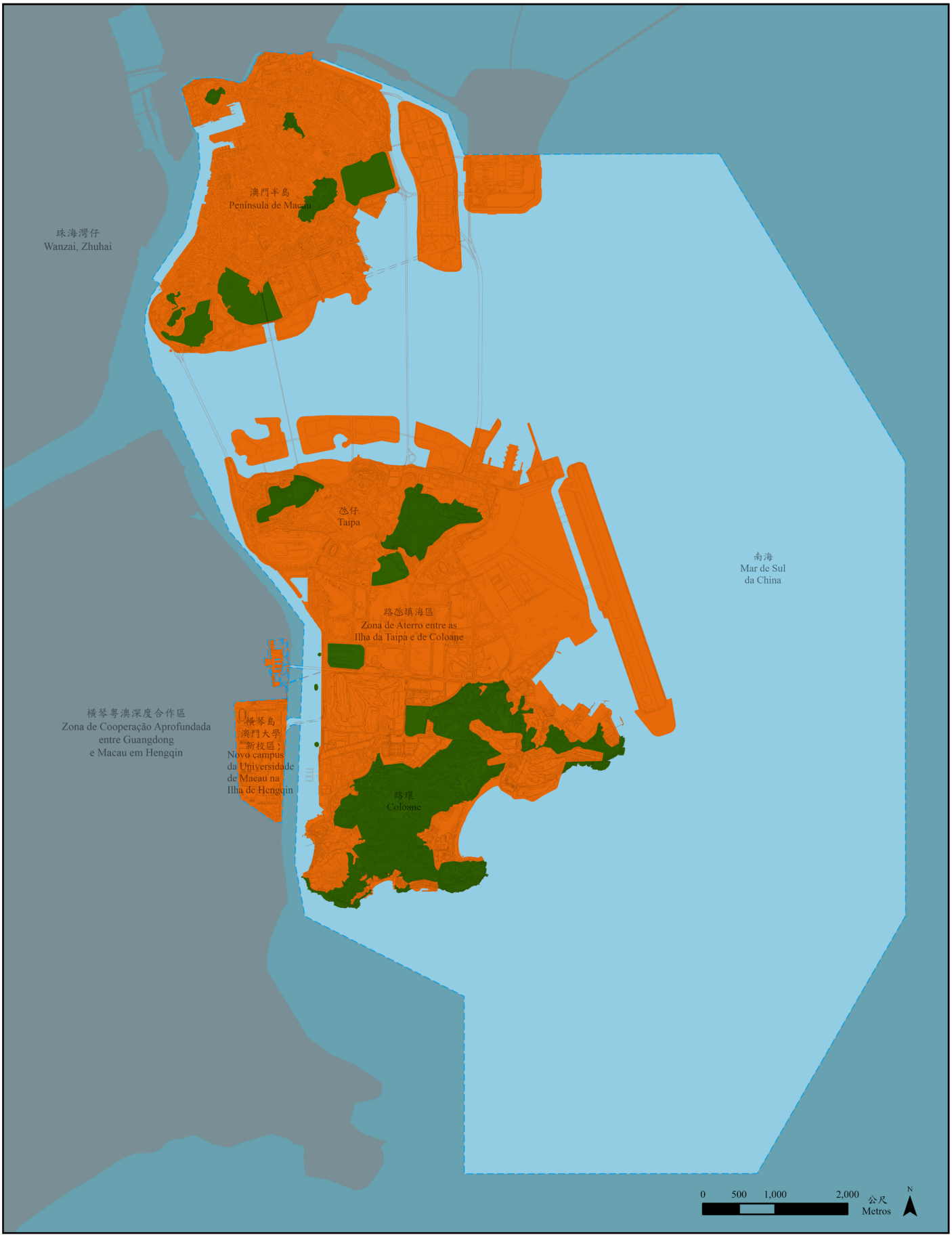
註1：鑑於本圖的圖面比例，在編製詳細規劃時可能對界線作出微調。
Nota 1: Atendendo à escala gráfica da presente planta, as delimitações poderão ser objecto de pequenos ajustamentos aquando da elaboração dos planos de pormenor.

規劃範圍界線
Limite da Área de Intervenção

規劃分區界線
Limite das UOPG

圖四—土地分類
Planta 4 - Classificação dos solos

2026年修訂
Revisão de 2026



圖例
Legenda

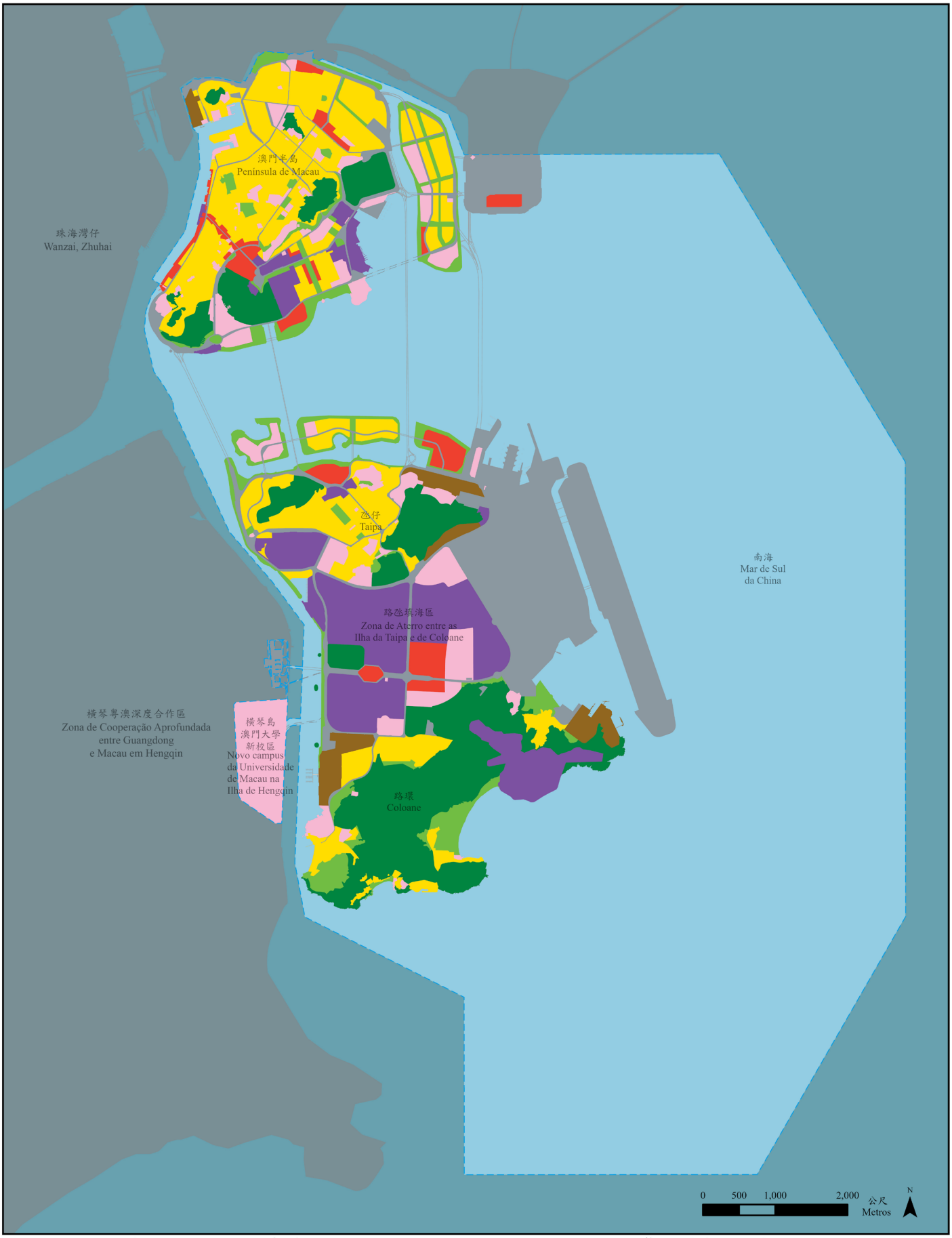
規劃範圍界線
Limite da Área de Intervenção

都市性地區
Zona Urbana

不可都市化地區
Zona Não Urbanizável

圖五—土地用途
Planta 5 - Finalidade dos solos

2026年修訂
Revisão de 2026



圖例
Legenda

註1：本圖所示為主要的土地用途，亦允許兼容其他次類別的土地用途。
Nota 1: A presente planta indica as finalidades principais dos solos, podendo ser compatíveis com finalidades dos solos de outras subcategorias.

註2：鑑於本圖的圖面比例，在編製詳細規劃時可能對界線作出微調。
Nota 2: Atendendo à escala gráfica da presente planta, as delimitações poderão ser objecto de pequenos ajustamentos aquando da elaboração dos planos de pormenor.

- 規劃範圍界線 Limite da Área de Intervenção
- 居住區 Zona Habitacional
- 商業區 Zona Comercial
- 工業區 Zona Industrial
- 旅遊娛樂區 Zona Turística e de Diversões
- 公用設施區 Zona de Equipamentos de Utilização Colectiva
- 生態保護區 Zona de Conservação Ecológica
- 綠地或公共開放空間區 Zona Verde ou de Espaços Públicos Abertos
- 公共基礎設施區 Zona de Infra-estruturas Públicas

附件三　（第三條所指者）　發展條件圖

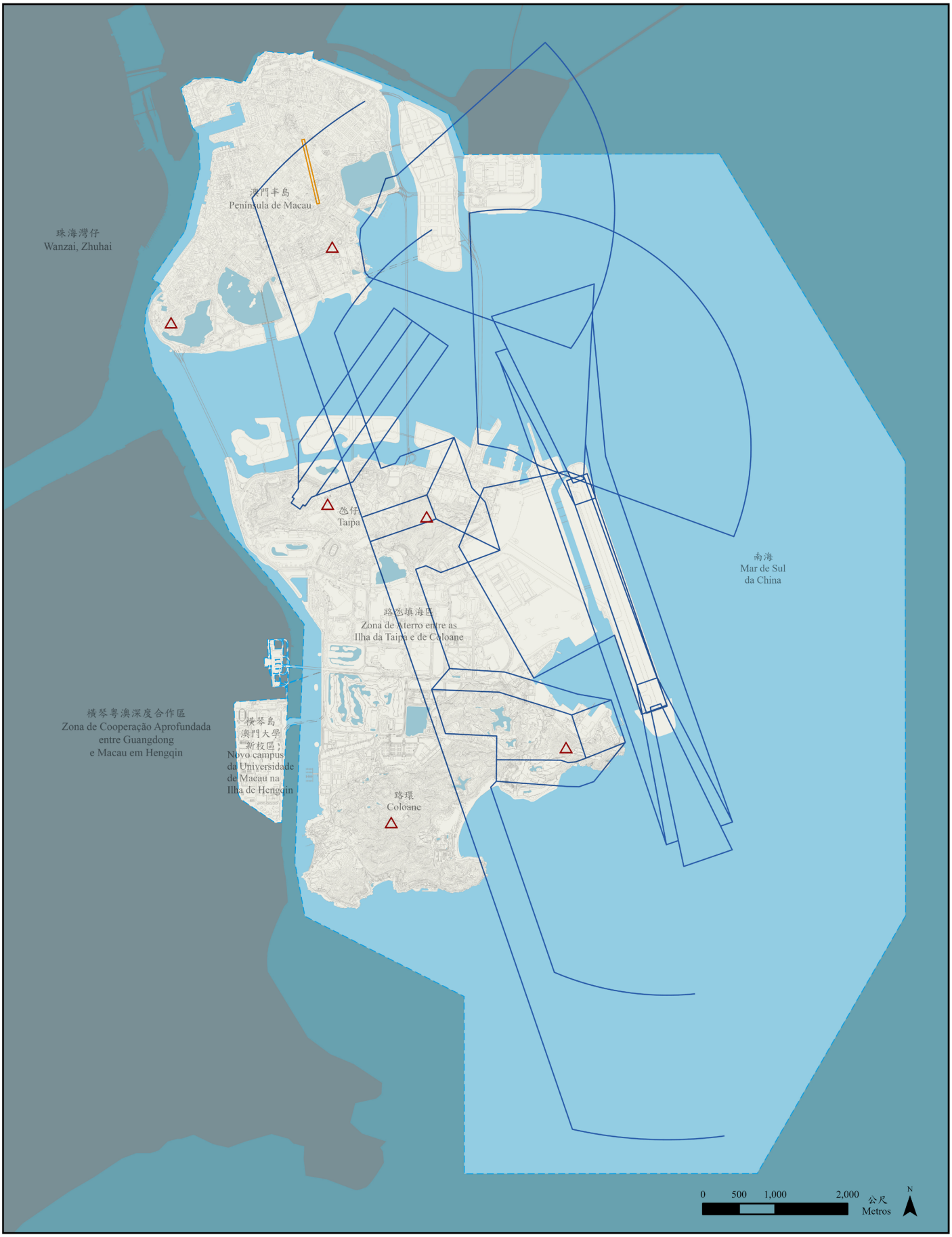
ANEXO III (a que se refere o artigo 3.º) Planta de condicionantes

圖一——行政地役權

Planta 1 - Servidões administrativas

2026年修訂

Revisão de 2026



圖例

Legenda

規劃範圍界線
Limite da Área de Intervenção

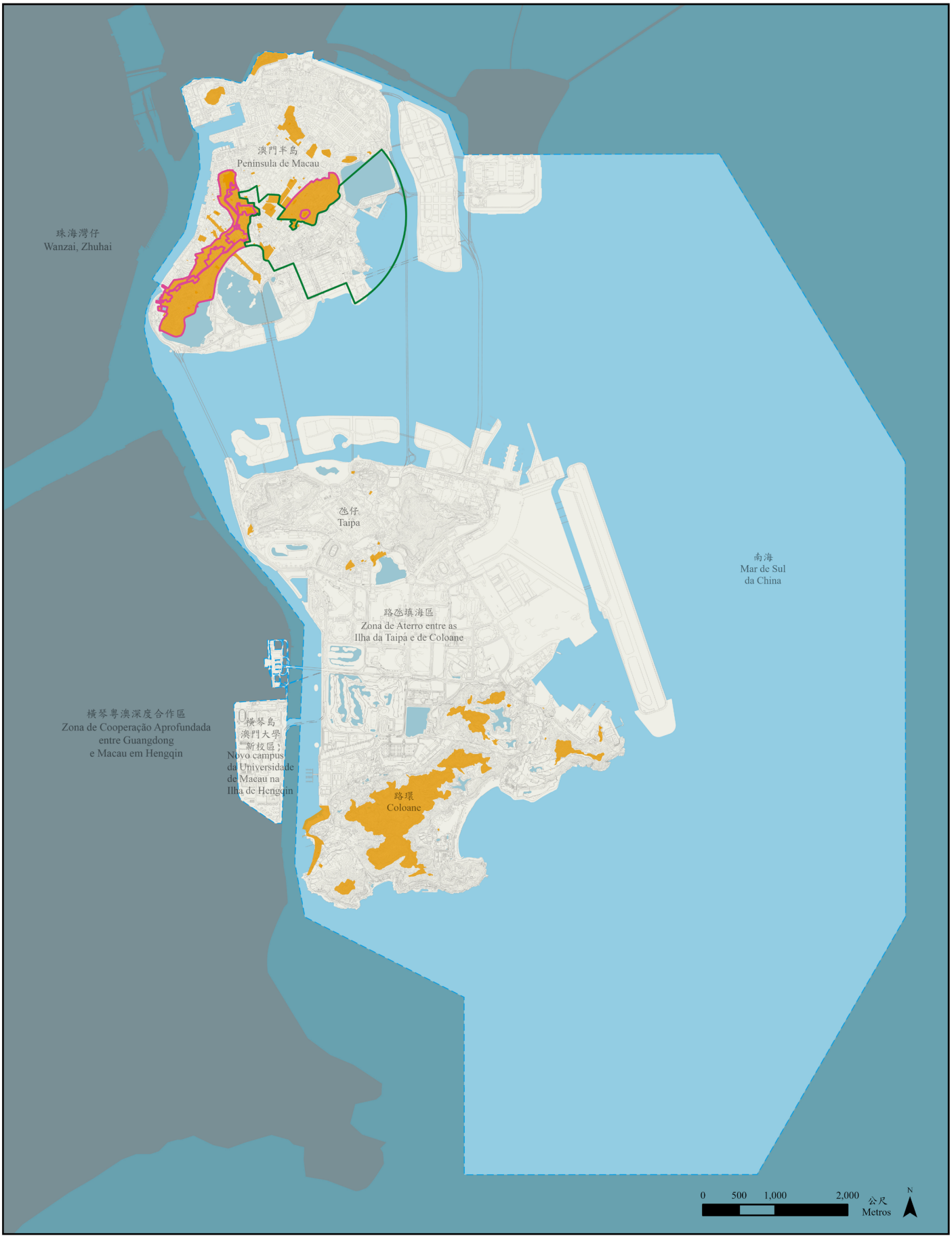
第226/92/M號訓令設定的製圖役權
Servidão cartográfica constituída pela Portaria n.º 226/92/M

第233/95/M號訓令設定的航空役權
Servidão aeronáutica constituída pela Portaria n.º 233/95/M

第53/87/M號法令設定的無線電役權
Servidão radioeléctrica constituída pelo Decreto-Lei n.º 53/87/M

圖二—公用限制
Planta 2 - Restrições de utilidade pública

2026年修訂
Revisão de 2026



圖例
Legenda

規劃範圍界線
Limite da Área de Intervenção

第11/2013號法律文化遺產保護法（澳門歷史城區圖示範圍）
Lei n.º 11/2013 (Lei de Salvaguarda do Património Cultural) -
Delimitação gráfica do Centro Histórico de Macau

第83/2008號行政長官批示（東望洋燈塔周邊興建的樓宇訂定容許的最高海拔高度）
Despacho do Chefe do Executivo n.º 83/2008 (Fixa as cotas altimétricas máximas permitidas
para a construção de edifícios nas zonas de imediações do Farol da Guia)

不動產的評定（包括第1/2017號行政法規、第31/2018號行政法規、第33/2018號行政法規、第31/2019號行政法規、
第37/2021號行政法規、第6/2024號行政法規）
Classificação de bens imóveis (incluindo os Regulamentos Administrativos n.ºs 1/2017, 31/2018, 33/2018, 31/2019, 37/2021 e 6/2024)

Parte III

Projecto da 1.ª alteração ao Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau (2020-2040) - Relatório técnico



Introdução

Capítulo I **Disposições gerais**
Artigo 1.º Objecto
Artigo 2.º Âmbito de aplicação e vinculação
Artigo 3.º Composição do Plano Director
Artigo 4.º Objectivos do Plano Director
Artigo 5.º Área de intervenção do Plano Director

Capítulo II **Posicionamento e estratégias de desenvolvimento urbano**
Artigo 6.º Posicionamento de desenvolvimento
Artigo 7.º Orientações estratégicas

Capítulo III **Estrutura física urbana global**
Artigo 8.º Estrutura física urbana
Artigo 9.º UOPG

Capítulo IV **Condicionantes**
Artigo 10.º Servidões administrativas e restrições de utilidade públicar

Capítulo V **Condições de uso e aproveitamento dos solos**
Artigo 11.º Classificação dos solos
Artigo 12.º Finalidade dos solos
Artigo 13.º Zona habitacional
Artigo 14.º Zona comercial
Artigo 15.º Zona industrial
Artigo 16.º Zona turística e de diversões
Artigo 17.º Zona de equipamentos de utilização colectiva
Artigo 18.º Zona de conservação ecológica
Artigo 19.º Zona verde ou de espaços públicos abertos
Artigo 20.º Zona de infra-estruturas públicas

Capítulo VI **Princípios orientadores**
Artigo 21.º Prevenção de desastres urbanos
Artigo 22.º Salvaguarda do património cultural
Artigo 23.º Renovação urbana
Artigo 24.º Protecção ambiental
Artigo 25.º Sistema de vistas
Artigo 26.º Sistema de transportes
Artigo 27.º Utilização das áreas marítimas

Capítulo VII **Directivas para as UOPG**
Artigo 28.º UOPG Norte – 1
Artigo 29.º UOPG Norte – 2
Artigo 30.º UOPG Este – 1
Artigo 31.º UOPG Este – 2
Artigo 32.º UOPG Este – 3
Artigo 33.º UOPG Central - 1, UOPG Central - 2 e UOPG Central - 3
Artigo 34.º UOPG Zona do Porto Exterior - 1
Artigo 35.º UOPG Zona do Porto Exterior - 2
Artigo 36.º UOPG Norte da Taipa - 1
Artigo 37.º UOPG Norte da Taipa - 2
Artigo 38.º UOPG Pac On
Artigo 39.º UOPG Taipa Central - 1
Artigo 40.º UOPG Taipa Central - 2
Artigo 41.º UOPG Cotai
Artigo 42.º UOPG Coloane
Artigo 43.º UOPG Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin



Imagem prospectiva da Frente Norte da Taipa

Introdução

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) aprovou o Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau (2020-2040), através do Regulamento Administrativo n.º 7/2022, de 14 de Fevereiro de 2022, o qual entrou em vigor em 15 de Fevereiro de 2022.

Em articulação com o início dos projectos de grandes empreendimentos públicos e atendendo às necessidades do desenvolvimento diversificado das indústrias "1+4", ao abrigo da alínea 2) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 12/2013 (Lei do planeamento urbanístico), o Secretário para os Transportes e Obras Públicas decidiu, em 24 de Julho de 2025, dar início à revisão dos procedimentos do Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau (2020-2040), tendo em consideração a evolução mais recente dos planos de nível superior, das legislações e demais diplomas legais aplicáveis, bem como dos avisos e despachos do Chefe do Executivo e dos projectos de estudo.

Em resposta ao ajustamento da estratégia de desenvolvimento urbano da RAEM, procede-se à alteração específica e necessária da finalidade de alguns terrenos, especialmente com vista a criar condições para a implementação de dois projectos de grandes empreendimentos públicos. Nesta óptica, por Despacho do Chefe do Executivo n.º 43/2026, de 25 de Fevereiro de 2026, foi determinada a primeira alteração do Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau (2020-2040).

Conforme previsto nos artigos 7.º e 8.º da Lei n.º 12/2013 (Lei do planeamento urbanístico), a 1.ª alteração ao Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau (2020-2040) (doravante designado por Plano Director), é composto pelo regulamento do plano, pela planta de ordenamento e pelas plantas de condicionantes. O Plano Director é ainda fundamentado por relatórios técnicos que servem de suporte técnico e de explicação para as análises durante a sua elaboração, e que consagram, nomeadamente, as orientações estratégicas em matéria de planeamento urbanístico, o sistema global de prevenção e redução dos riscos e dos impactos da ocorrência de calamidades, os princípios orientadores da protecção e valorização ambiental e os princípios orientadores da salvaguarda dos bens imóveis classificados que integram o património cultural.

Capítulo I Disposições gerais

Artigo 1.º Objecto

A Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana (DSSCU) elaborou o Plano Director conforme a Lei n.º 12/2013 (Lei do planeamento urbanístico) e o Regulamento Administrativo n.º 5/2014 (Regulamentação da Lei do planeamento urbanístico), a fim de estabelecer o ordenamento do espaço físico e a estratégia de desenvolvimento de toda a RAEM, as condições de uso e aproveitamento dos solos, bem como prever a organização racional das infra-estruturas públicas e dos equipamentos de utilização colectiva.

Artigo 2.º Âmbito de aplicação e vinculação

O Plano Director aplica-se a todas as acções com incidência no ordenamento do espaço físico e no uso e aproveitamento dos solos, designadamente as obras de construção civil, as obras de desenvolvimento urbano e a utilização dos solos ou dos edifícios, cuja execução ou exercício estejam ou venham a estar condicionadas ou submetidas, pela lei geral, à intervenção da RAEM, no contexto urbanístico e da construção.

De acordo com os artigos 5.º, 12.º e 22.º da Lei n.º 12/2013, o Plano Director condiciona e prevalece sobre os planos de pormenor, vincula as entidades públicas e os particulares, e que é aprovado por regulamento administrativo complementar. Portanto, após a entrada em vigor do Plano Director, os planos de pormenor devem cumprir como Plano Director, no fim de assegurar a coordenação e sustentabilidade do desenvolvimento urbanístico.

Artigo 3.º Composição do Plano Director

O Plano Director é composto pelos seguintes elementos:

1) Regulamento do Plano, constituído pelos 43 artigos gerais e abstractos.
2) Plantas de ordenamento, designadamente:
   - Delimitação da área de intervenção, estabelece o âmbito do regulamento do Plano Director.
   - Estrutura Física Urbana, estabelece a estrutura física global urbana da RAEM através do planeamento de "ponto, linha e plano".
   - Zoneamento, divide os solos da área de intervenção em 18 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), sendo as unidades de divisão dos espaços dos solos na futura elaboração dos planos de pormenor, para que seja conveniente fazer estudo e trabalhos de planeamento para cada "UOPG".
   - Classificação dos Solos, delimita os solos na área de intervenção entre zona urbana e zona não urbanizável de acordo com a classificação dos solos prevista no artigo 29.º da Lei n.º 12/2013, estabelecendo a área de desenvolvimento e de protecção.
   - Finalidade dos Solos, delimita as finalidades principais dos solos na área de intervenção de acordo com as oito categorias de usos dos solos previstas no artigo 32.º da Lei n.º 12/2013.
3) De acordo com as servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor, elabora as plantas de condicionantes, incluindo:
   - Servidões administrativas, que demonstra as servidões radioeléctricas, cartográficas e aeronáuticas envolvidas nos respectivos diplomas legais de servidões administrativas e restrições de utilidade pública.
   - Restrições de utilidade pública, fica demonstrada a área envolvida nos respectivos diplomas legais de protecção do património cultural.

Artigo 4.º Objectivos do Plano Director

Tendo como referência o prazo de planeamento de 15 a 20 anos dos planos directores de regiões vizinhas, e tendo em conta a situação de desenvolvimento urbano de Macau, na primeira elaboração do Plano Director foi estabelecida uma orientação de desenvolvimento a longo prazo para Macau através do Plano Director, fixando-se o seu prazo em 20 anos (ou seja, de 2020 a 2040), o qual se mantém em vigor actualmente.

Os dados demográficos são elementos de referência e bases de análise fundamentais para o Plano Director. Em termos de previsão populacional, de acordo com a previsão de nível médio constante das "Projecções da População de Macau 2022-2041" da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, prevê-se que a população total em 2040[i] seja de cerca de 783 mil pessoas.

O Plano Director visa atingir os objectivos previstos no artigo 6.º da Lei n.º 12/2013 e os objectivos constantes do n.º 2 do Despacho do Chefe do Executivo n.º 234/2018.

Em articulação com as orientações gerais e os objectivos do desenvolvimento urbano de Macau apresentados nos diversos Planos Quinquenais e as Linhas de Acção Governativa do Governo da RAEM, tomando como referência os índices de desenvolvimento de cidades internacionais, o Plano Director propôs construir activamente a REAM como uma cidade feliz, inteligente, sustentável e resiliente, para se articular com a estratégia de desenvolvimento de cidade inteligente da RAEM. Através do planeamento urbanístico, melhorará o ambiente de vida dos cidadãos, aumentará o seu sentimento de felicidade, promover-se-á o desenvolvimento sustentável da RAEM e reforçar-se-á a capacidade de responder às circunstâncias cada vez mais complexas e diversificadas, em termos de impactos causados por fenómenos meteorológicos, conjuntura económica, etc..

Artigo 5.º Área de intervenção do Plano Director

A área de intervenção do Plano Director, além de abranger a região administrativa de Macau, considerando que o novo campus da Universidade de Macau na ilha de Hengqin constitui uma importante instituição de ensino superior de Macau, que a Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço Hengqin é uma das importantes instalações de passagem de fronteira entre Macau e Zhuhai, e que as áreas terrestre e marítima relevantes do lado Sudeste do Posto Fronteiriço de Gongbei da cidade de Zhuhai da província de Guangdong[ii], são igualmente áreas sob a jurisdição administrativa de Macau de acordo com as respectivas leis com autorização do Conselho de Estado, estas são também incluídas na área de intervenção do Plano Director, conforme abaixo enumerado (*vide* **Planta I**):

- "Resposta Oficial do Conselho de Estado respeitante aos limites do novo campus da Universidade de Macau na ilha de Hengqin", publicada pelo Aviso do Chefe do Executivo n.º 43/2012.
- Decreto do Conselho de Estado da República Popular da China n.º 665 e Mapa da Divisão Administrativa da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, publicados pelo Aviso do Chefe do Executivo n.º 128/2015.
- "Resposta Oficial do Conselho de Estado respeitante ao consentimento para inauguração da área de controlo de passageiros situada na Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço Hengqin e nas suas zonas contíguas", publicada pelo Aviso do Chefe do Executivo n.º 6/2020.
- "Resposta Oficial do Conselho de Estado respeitante à concordância para a inauguração da área da segunda fase situada na Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço Hengqin e nas suas zonas contíguas", publicada pelo Aviso do Chefe do Executivo n.º 11/2023.
- "Resposta Oficial do Conselho de Estado respeitante ao consentimento para o exercício de jurisdição pela Região Administrativa Especial de Macau nas áreas terrestre e marítima relevantes do lado Sudeste do Posto Fronteiriço de Gongbei da Cidade de Zhuhai da Província de Guangdong", publicada pelo Aviso do Chefe do Executivo n.º 19/2024.
- "Resposta Oficial do Conselho de Estado respeitante à concordância para a inauguração da área da terceira fase situada na Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço Hengqin e nas suas zonas contíguas", publicada pelo Aviso do Chefe do Executivo n.º 35/2024.

Actualmente, a área total de terreno na área de intervenção é de cerca de 34,85 quilómetros quadrados[iii]. Com o desenvolvimento da Zona D dos Novos Aterros Urbanos, a ampliação do aeroporto e os aterros adjacentes às zonas costeiras, prevê-se que, em 2040, a área global do terreno abrangida pelo Plano Director seja de aproximadamente de 36,96 quilómetros quadrados.

Capítulo II Posicionamento e estratégias de desenvolvimento urbano

Artigo 6.º Posicionamento de desenvolvimento

O Plano Director é elaborado de acordo com os posicionamentos de desenvolvimento da RAEM, designadamente:

O Décimo Segundo, Décimo Terceiro, Décimo Quarto e Décimo Quinto Planos Quinquenais de Desenvolvimento Económico e Social da República Popular da China apoiam de forma expressa a construção de Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer e de uma plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, para assim desenvolver de forma activa os sectores de convenções e exposições comerciais e promover a diversificação adequada e o desenvolvimento sustentável da economia, criar um pólo de agregação de quadros qualificados internacionais de elevada qualidade, aprofundar a integração de Macau na conjuntura do desenvolvimento nacional, de complementaridade de vantagens e de desenvolvimento coordenado com o Interior da China, estabelecendo o posicionamento do desenvolvimento futuro de Macau a partir do nível estratégico do desenvolvimento nacional.

O "Plano de Desenvolvimento da Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau", lançado em 18 de Fevereiro de 2019, corrobora o papel de cooperação entre Hong Kong-Shenzhen, Guangzhou-Foshan, Macau-Zhuhai,

assumindo RAEM uma função primordial no desenvolvimento regional, tendo RAEM como o fundamento de desenvolvimento numa das zonas, exibindo a sua vantagem competitiva, nomeadamente na construção de um Centro Mundial de Turismo e Lazer e de uma plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, com vista a promover a diversificação adequada da economia e criar uma base para intercâmbios e cooperação, nos quais a cultura chinesa é dominante e o multiculturalismo coexiste. Ao mesmo tempo, sendo RAEM a cidade central da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, reforçar a sua liderança no desenvolvimento das regiões vizinhas e ser um dos três extremos da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (nomeadamente Hong Kong-Shenzhen, Guangzhou-Foshan, Macau-Zhuhai), liderando a Grande Baía de Guangong-Hong Kong-Macau para participar de forma profunda na cooperação internacional (*vide* **Planta II**).

Ao nível do plano de desenvolvimento da zona da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, promover a distribuição adequada de actividades entre as diversas cidades e a complementaridade de funções, intensificar a coordenação do desenvolvimento regional e estabelecer uma conjuntura de desenvolvimento da Grande Baía, científico e de uso intensivo e eficaz de meios. Através do reforço da cooperação entre Macau e Zhuhai, promover a integração da economia, da sociedade, da cultura e do dia-a-dia, haverá uma boa qualidade de vida e será um local propício para habitar, trabalhar e viajar, elevando assim a força global e a influência mundial. A coordenação assenta designadamente no seguinte:

1) Reforçar a cooperação na inovação científica e tecnológica: promover a construção de um corredor de inovação científica e tecnológica "Guangzhou-Shenzhen-Hong Kong-Macau", criando em conjunto uma plataforma de inovação internacional.
2) Construção de infra-estruturas de interconexão: melhorar a função do Aeroporto de Macau e impulsionar a construção de um grupo de aeroportos de classe mundial, promover a construção do Posto Fronteiriço Qingmao e do Posto Fronteiriço Hengqin, construindo uma rede de transportes rápida na zona da Grande Baía.
3) Reforço do sistema de armazenamento e do transporte da energia: melhorar a rede de transmissão de Guangdong e o gasoduto de fornecimento de gás a RAEM para garantir a segurança e a estabilidade do aprovisionamento energético da RAEM.
4) Aceleração do desenvolvimento do sector de serviços modernos: empenho no desenvolvimento do sector financeiro com características próprias e apoiar RAEM na construção de uma plataforma de serviços financeiros entre a China e os países de língua portuguesa.
5) Promoção do desenvolvimento turístico da Grande Baía: apoiar RAEM na construção de um centro mundial de turismo e lazer, promover a partilha de recursos turísticos regionais, apoiar RAEM e as cidades vizinhas no desenvolvimento do turismo internacional de iates e na cooperação ao nível do desenvolvimento de produtos turísticos transfronteiriços.
6) Inovação na forma de intercâmbio de valores humanos: apoiar RAEM no desenvolvimento das características da integração a longo prazo e da coexistência do multiculturalismo entre o Oriente e o Ocidente, acelerando o desenvolvimento das indústrias culturais e do turismo cultural e construindo centros de intercâmbio cultural entre a China e os países de língua portuguesa.
7) Impulsionamento da zona piloto de cooperação aprofundada entre Guangdong-Hong Kong-Macau na ilha de Hengqin em Zhuhai: reforçar a cooperação social entre Macau e Zhuhai e apoiar o desenvolvimento conjunto de projectos de subsistência com serviços integrados, incluindo lares para idosos, habitação, educação e saúde na ilha de Hengqin.

A "Estratégia de Desenvolvimento Urbano da RAEM (2016-2030)" representa a condição prévia e a base do Plano Director, propondo, quanto ao seu posicionamento, que o objectivo final do desenvolvimento de Macau é transformá-la num belo lar para os seus residentes.

Artigo 7.º Orientações estratégicas

Conforme os objectivos do Plano Director referidos no artigo 4.º e os posicionamentos de desenvolvimento referidos estabelecidos no artigo anterior, o Plano Director organiza de forma global as informações abrangentes de vários aspectos (por exemplo, população, habitação, transporte, ambiente, etc.) e realiza uma análise e estabelece 13 orientações estratégicas da RAEM em matéria de planeamento urbanístico que são as seguintes:

1) Através da promoção da cooperação com as cidades vizinhas da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e da articulação com as cidades adjacentes (em particular Zhuhai), reforçar o desenvolvimento regional, a interacção regional e a integração regional, pondo em prática o conceito de "Um Rio, Duas Margens" e criando assim uma área de baía com transportes convenientes, características paisagísticas e concentração económica. O Plano Director empenhar-se-á em planear a melhoria da ligação e acessibilidade ao exterior, reforçar a interligação com a Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin (doravante designado por Zona de Cooperação), promover o desenvolvimento integrado, auxiliar na realização do círculo de vida de uma hora na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, articulando assim com o desenvolvimento cooperativo a REAM como Centro Mundial de Turismo e Lazer e plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

2) Tendo em consideração o conceito de multinuclear e de desenvolvimento diversificado, os novos núcleos económicos propostos visam, em particular, optimizar a estrutura industrial, através da ocupação equilibrada de terrenos económicos e residenciais promover o equilíbrio entre as funções profissional e residencial, reduzir a duração das viagens de transporte e melhorar os problemas do tráfego entre as várias zonas e, ainda, a aglomeração de pessoas. Pretende ainda, promover o desenvolvimento sustentável da economia marítima, nomeadamente, a actividade de turismo marítimo, de serviços de iate e de realizar estudos de desenvolvimento da ciência e tecnologia marítima, com vista a elevar a capacidade do desenvolvimento marítimo, bem como assegurar a coordenação entre o desenvolvimento da economia marítima e protecção ambiental.

3) Apresentar estratégias respectivamente para três aspectos: compatibilidade ambiental, compatibilidade cultural e utilização das áreas marítimas. Reduzir os conflitos entre as diversas finalidades dos solos planeadas, promovendo assim o desenvolvimento urbano sustentável, assegurando a coexistência harmoniosa entre o ambiente natural e as diferentes finalidades dos solos, por exemplo, através da definição de zonas habitacionais e industriais, mitigar gradualmente a situação de proximidade entre terrenos industriais e habitacionais, optimizando o ambiente de vida habitável; estabelecer princípios orientadores para a salvaguarda dos bens imóveis classificados que integram o património cultural, de forma a assegurar que o desenvolvimento futuro respeite os valores culturais da cidade; no pressuposto de protecção do ambiente marítimo e sem prejuízo da integridade dos terrenos húmidos existentes, promover de forma ordenada o reordenamento da linha costeira e o aproveitamento das águas costeiras.

4) Considerando o posicionamento de desenvolvimento e a capacidade urbanos, estabelece as condições de uso dos solos para a área de intervenção conforme a classificação dos usos dos solos, planeia as infra-estruturas públicas e as instalações de utilidade colectiva estratégicas e para a globalidade da RAEM conforme a necessidade do desenvolvimento urbanístico. Ao mesmo tempo, tendo em consideração a distribuição demográfica, as suas características e funções, divide as UOPG, sendo conveniente para se definir o volume do desenvolvimento na fase de elaboração do Plano de Pormenor, para articular com as necessidades de desenvolvimento social e económico e oferecer espaços para melhorar o ambiente de vida.

5) Delimitação de zonas não urbanizáveis e respectivos usos dos solos (zona de protecção ecológica), estabelecendo restrições com vista à protecção de espaços com recursos naturais e valores paisagísticos, arqueológicos, históricos ou culturais que não possam ser desenvolvidos em circunstâncias normais, a fim de atingir um desenvolvimento sustentável.

6) Optimizar e aproveitar adequadamente o espaço situado ao longo da zona costeira e incentivar o desenvolvimento do espaço subterrâneo num local apropriado. Em simultâneo, promover proactivamente a renovação urbana, definir um novo planeamento e integração de aproveitamento dos solos. Libertar a potencialidade dos solos para articular com a estrutura da população e a transformação social e económica e, ao mesmo tempo, explorar os recursos dos solos para apoiar o desenvolvimento regional.

7) Promover o desenvolvimento sustentável e de baixo carbono dos transportes, incentivar a deslocação ecológica e a adopção de políticas de transportes centradas nas pessoas. Aproveitar a oportunidade da conclusão do metro ligeiro e da expansão da sua rede, e optimizar os sistemas de mobilidade suave e de transportes públicos, criando condições para o desenvolvimento orientado para os transportes públicos, de modo a aumentar gradualmente a taxa de utilização dos transportes públicos na REAM.

8) Reforçar a capacidade das áreas de turismo histórico e das áreas adjacentes e, através do desenvolvimento de novas atracções turísticas e de instalações de apoio a transportes mais convenientes, poder-se-á aliviar o fluxo de pessoas e a pressão do trânsito de determinadas zonas. Aproveitar os terrenos não desenvolvidos para promover o desenvolvimento de outras indústrias emergentes e do sector de turismo. Integrar diferentes tipos de recursos

turísticos para melhorar a experiência dos turistas e consolidar o posicionamento do "Centro Mundial de Turismo e Lazer".

9) Reforçar a protecção dos imóveis classificados como património cultural, conjugando com as atracções históricas e culturais para estabelecer as principais vistas panorâmicas, no sentido de preservar a integridade da cultura histórica e manter as paisagens e atmosfera com valor histórico-cultural.

10) Melhorar a conectividade do espaço público aberto e aumentar gradualmente a área do espaço público aberto *per capita*. Entretanto, aproveitar a singularidade da RAEM de se encontrar ladeada por água, para reforçar a acessibilidade ao espaço marginal e criar uma rede de lazer onde predomine o verde e o azul, permitindo que a população desfrute de um espaço público aberto de alta qualidade e com recursos naturais e paisagísticos.

11) Fortalecer a estrutura global do sistema de acolhimento e de salvamento, reforçar a construção de infra-estruturas e construir espaços na zona costeira com função de prevenção e redução de desastres, através da concepção de soluções flexíveis com elementos de prevenção de desastres, aumentando assim a capacidade contra os impactos causados por fenómenos meteorológicos extremos, desastres e incidentes súbitos.

12) Nas novas áreas de desenvolvimento de maior dimensão, construir comunidades de baixo carbono, e poder-se-á, por ocasião da renovação urbana ou de novo desenvolvimento em áreas de maior dimensão, estudar a viabilidade de sistemas de energia distribuída, estabelecendo um sistema de abastecimento de energia diversificado e de baixo carbono; promover o desenho de edifícios verdes, aumentar a eficiência energética dos edifícios; reforçar a reciclagem de resíduos e o tratamento de águas residuais, orientando no sentido da resiliência e desenvolvimento sustentável.

13) Incentivar a concentração de infra-estruturas relevantes para activar o efeito de complementaridade e elevar a utilização de recursos e a eficiência da produção de energia, e a utilização efectiva dos recursos dos solos. Introduzir a educação ambiental e outras funções mistas numa infra-estrutura adequada para criação de um local polivalente. Aumentar a acessibilidade dos equipamentos de utilização colectiva e a conectividade com as zonas habitacionais, expandindo assim a sua cobertura de serviços.

Capítulo III Estrutura física urbana global

Artigo 8.º Estrutura física urbana

Para promover a implementação do Plano de Desenvolvimento da Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e auxiliar na integração profunda com a Zona de Cooperação, aproveitando as vantagens geográficas da proximidade com Zhuhai e da Zona de Cooperação, e tirando partido das oportunidades trazidas pela abertura da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, optimizar e equilibrar o desenvolvimento da estrutura espacial urbana, articulando com diversas linhas de acção governativa prioritárias do Governo da RAEM, construindo "Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base, Um Ponto de Convergência", o Plano Director propõe criar a futura estrutura física urbana global de Macau através de "Entradas", "Centros Modais", "Núcleos" e "Cinturas" (*vide* **Planta III**), fornecendo uma importante orientação de planeamento de alto nível para o desenvolvimento a longo prazo.

Melhorar as ligações ao exterior e aperfeiçoar as instalações existentes, criando pontos de entrada da cidade a nível regional e internacional:

1) "Imagem de entrada oriental": com a construção da Zona A dos Novos Aterros Urbanos, em conjunto com a operação da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior, o lado Este da península de Macau tornará uma ponto de entrada da cidade para a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, especialmente voltada para Zhuhai e Hong Kong.

2) "Imagem de entrada internacional": com a ampliação do Aeroporto Internacional de Macau, juntamente com a operação do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, construir um centro modal de transportes intermodais marítimo e aéreo, aumentar as ligações ao exterior e optimizar outras infra-estruturas públicas, elevando a zona de Pac On a uma ponto de entrada da cidade a nível internacional.

Articulando com o desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e a construção da Zona de Cooperação, fortalecer a cooperação regional, construir três centros modais de cooperação regional e criar condições para pôr em prática o conceito de desenvolvimento de Um Rio, Duas Margens. Os três centros modais de cooperação regional são:

1) Centro Modal de Cooperação Regional do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e do Posto Fronteiriço Qingmao: ao planear a área adjacente ao Posto Fronteiriço das Portas do Cerco na península de Macau numa área comercial, impulsiona a cooperação entre Macau e Zhuhai, promove o equilíbrio entre as funções profissional e residencial daquela área e reduz o tempo de deslocação dos residentes.
2) Centro Modal de Cooperação Regional de Shizimen: o planeamento do Porto Interior, do Norte da Taipa e dos Novos Aterros Urbanos está a ser articulado com os planos de desenvolvimento da área de Shizimen em Zhuhai e da Zona de Cooperação, de modo a construir em conjunto, a longo prazo, o "Centro Modal de Cooperação Regional de Shizimen" e a criar condições para pôr em prática o conceito "Um Rio, Duas Margens".
3) Centro Modal de Cooperação Regional do Cotai e da Ilha de Hengqin: planeamento do terreno original do Posto Fronteiriço do Cotai e dos terrenos adjacentes para uma zona comercial, de forma a articular com o planeamento da área do Posto Fronteiriço de Hengqin na Zona de Cooperação, promovendo o desenvolvimento industrial coordenado.

Construir uma estrutura espacial diversificada e multinuclear para promover uma harmonia entre as funções profissional e residencial e um desenvolvimento equilibrado da península de Macau e das ilhas. O desenvolvimento multinuclear consiste em:

1) Indústria diversificada: através da criação de zonas industriais diversificadas, reforçar as actividades económicas e a estrutura espacial no Norte da península de Macau, Zona B dos Novos Aterros Urbanos, Zona C dos Novos Aterros Urbanos, Pac On, Cotai e Coloane, promover a diversificação adequada da economia, e incentivar a modernização industrial e o desenvolvimento de indústrias de ponta, equilibrando as actividades económicas e sociais de toda a região de Macau.
2) Comunidade habitável: construir continuamente comunidades habitáveis no Centro da península de Macau, Zona A dos Novos Aterros Urbanos, Zona D dos Novos Aterros Urbanos, Norte da Taipa e Seac Pai Van em Coloane, criando o belo lar dos residentes de Macau.
3) Turismo e diversões: desenvolvimento contínuo do Porto Exterior e do Cotai como zonas de concentração de instalações de turismo e diversões, reforçando o posicionamento de desenvolvimento urbano da RAEM como Centro Mundial de Turismo e Lazer.
4) Círculo verde: incentivar a instalação concentrada das infra-estruturas de águas residuais e de resíduos na zona asul do Aeroporto Internacional de Macau para alcançar o efeito de complementaridade, melhorar a utilização dos recursos e a eficiência da produção de energia e utilizar eficazmente os recursos terrestres.
5) Lazer verde: desenvolver o turismo de lazer verde em articulação com os recursos naturais de Coloane.

Construir várias cinturas funcionais, no sentido de ligar e reforçar gradualmente as configurações funcionais, designadamente:

1) Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens: coordenar os planeamentos dos terrenos ao longo das duas margens de Shizimen para promover o desenvolvimento conjunto e os benefícios trazidos pela cooperação entre os mesmos.
2) Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira: ligar diferentes produtos turísticos, incluindo turismo marítimo (como passeios marítimos de Macau), turismo histórico e cultural (como o «Centro Histórico de Macau», a Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau, o Centro de Ciência de Macau e os marcos culturais planeados para o extremo Sul da Zona A dos Novos Aterros Urbanos) e turismo regional, para atingir desenvolvimento sinérgico e benefícios.
3) Cintura de Conhecimento – Indústria - Ciência: através do desenvolvimento sinérgico e benefícios resultantes da cooperação entre educação (como instituições de ensino superior), diversos sectores industriais (como o terreno original do Posto Fronteiriço do Cotai e os novos terrenos comerciais planeados adjacentes) e instituições de investigação científica e tecnológica (como o Parque Ciên-Tec de Macau, o Laboratório de Referência do Estado

para Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa estabelecido conjuntamente pela Universidade de Macau e pela Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, bem como o Laboratório de Referência do Estado de *Internet* das Coisas para a Cidade Inteligente estabelecido pela Universidade de Macau, entre outros) (desenvolvimento mútuo de "Indústria, Universidade, Investigação").

4) Cintura Verde e Resiliente: face aos recursos naturais abundantes em Coloane, desenvolver moderadamente o turismo de lazer verde com vista a conservar os recursos naturais. Através da protecção dos recursos naturais e da instalação da zona de exposição de círculo verde localizada a Sul do Aeroporto Internacional de Macau, promover o desenvolvimento urbano sustentável.

Artigo 9.º UOPG

Tendo como referência o planeamento urbano das cidades ou países vizinhos, aquando da primeira elaboração do Plano Director, O Plano Director utiliza as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) como unidades de divisão do espaço físico urbano, facilitando a realização de estudos de planeamento e trabalhos de elaboração de planos de pormenor.

O Plano Director toma como base as actuais vinte e cinco zonas estatísticas de Macau para a divisão e, considerando globalmente a distribuição populacional, características, funções e instalações complementares de cada zona estatística, divide os terrenos da área de intervenção em dezoito UOPG. Ao mesmo tempo, os limites das UOPG são definidos de acordo com os limites terrestres, estradas, os limites do estatuto jurídico dos terrenos e a situação real de uso dos solos, havendo por isso uma ligeira diferença entre a área dos terrenos das UOPG e a das zonas estatísticas correspondentes. Entre estas, considerando que as características da Zona A dos Novos Aterros Urbanos e da Zona de Administração de Macau na Ilha Fronteiriça Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau são diferentes, e que nesta última não existe população residente, divide-se essa zona estatística em duas UOPG. Além disso, na divisão das zonas estatísticas, o Parque Industrial da Concórdia é dividido em duas partes; para que na elaboração dos planos de pormenor se possa considerar globalmente essa zona industrial, e dado que a zona industrial não tem população residente, as UOPG Cotai e UOPG Coloane são delimitadas pela Avenida Marginal Flor de Lótus, integrando todo o Parque Industrial da Concórdia na UOPG Coloane. Quanto às três ilhas artificiais da Zona Ecológica II no Cotai, mantém-se a divisão das zonas estatísticas, pertencendo à UOPG Cotai. No que respeita à Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço Hengqin e suas zonas contíguas[iv][v], que actualmente não pertencem a nenhuma zona estatística, considerando a sua localização geográfica e para articular com a construção do centro modal de cooperação regional, são integradas na UOPG Cotai. As áreas terrestre e marítima relevantes do lado Sudeste do Posto Fronteiriço de Gongbei da cidade de Zhuhai da província de Guangdong[ii], não pertencem a nenhuma zona estatística, sendo integrados na UOPG Norte - 2 de acordo com a sua localização.

As UOPG ficam demonstradas na tabela seguinte e na **Planta IV** e a área de intervenção dos planos de pormenor poderá abranger mais do que uma UOPG:

UOPG	Zonas estatísticas existentes / Novos Aterros Urbanos/Outros
UOPG Norte - 1	Ilha Verde, Fai Chi Kei e Doca de Lam Mau
UOPG Norte - 2	Tamagnini Barbosa, Areia Preta e Iao Hon, e as áreas terrestre e marítima relevantes do lado Sudeste do Posto Fronteiriço de Gongbei da cidade de Zhuhai da província de Guangdong[ii]
UOPG Este - 1	Novos Aterros da Areia Preta (NATAP), Mong Há e Reservatório
UOPG Este - 2	Zona A dos Novos Aterros Urbanos e Zona de Administração do Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong- Zhuhai-Macau
UOPG Este - 3	

UOPG	Zonas estatísticas existentes / Novos Aterros Urbanos/Outros
UOPG Central - 1	Horta e Costa e Ouvidor Arriaga, San Kiu (Barca), Conselheiro Ferreira de Almeida, Ferreira do Amaral (Guia)
UOPG Central - 2	Patane e S. Paulo, Baixa de Macau
UOPG Central - 3	Praia do Manduco, Praia Grande, Praia do Bom Parto e Colina da Penha
UOPG Zona do Porto Exterior - 1	ZAPE
UOPG Zona do Porto Exterior - 2	NAPE e Aterros da Baía da Praia Grande
UOPG Norte da Taipa - 1	Zonas C e D dos Novos Aterros Urbanos
UOPG Norte da Taipa - 2	Jardins do Oceano, Taipa Pequena, Universidade e Baía de Pac On
UOPG Pac On	Pac On e Taipa Grande
UOPG Taipa Central - 1	Vila e Hipódromo da Taipa, Baixa da Taipa
UOPG Taipa Central - 2	Baixa da Taipa
UOPG Cotai	Aterros Taipa-Coloane, Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço Hengqin e suas zonas contíguas[iv]
UOPG Coloane	Coloane e Aterros Taipa-Coloane
UOPG Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin	Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin

Capítulo IV Condicionantes

Artigo 10.º Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

Na área de intervenção do Plano Director devem ser observadas todas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública que podem impor limitações ou impedimentos ao uso e aproveitamento dos solos, constantes da legislação em vigor. As plantas de condicionantes enquadram os respectivos diplomas legais como condições primitivas para a elaboração do Plano Director.

Na área de intervenção do Plano Director devem ser observadas as seguintes servidões administrativas, em vigor (*vide* **Planta V**) e os respectivos diplomas legais estabelecem limitações à altura dos edifícios:

1) Servidão radioeléctrica constituída pelo Decreto-Lei n.º 53/87/M, de 13 de Julho para proteger as zonas de desobstrução indispensáveis à protecção da ligação hertziana entre os Estúdios e o Centro de Radiodifusão da Guia.
2) Servidão cartográfica constituída pela Portaria n.º 226/92/M, de 28 de Outubro, para garantir as observações dos vértices geodésicos Monte da Barra, Hotel Oriental, Taipa Grande, Baixa da Taipa, Coloane Alto e Monte de Ká-Hó e prosseguir as tarefas geodésicas e topográficas de apoio à manutenção da cartografia de base do Território, bem como à medição e demarcação das parcelas do terreno a serem aproveitadas.
3) Servidão aeronáutica, definida pela Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010, para garantir a segurança e eficiência da utilização e

funcionamento do aeroporto e das instalações de apoio à aviação civil, bem como garantir a segurança das pessoas e dos bens situados nas zonas confinantes com aqueles.

Simultaneamente, na área de intervenção do Plano Director também são observadas as restrições de utilidade pública em vigor, nomeadamente os diplomas legais relativos à salvaguarda do património cultural (*vide* **Planta VI**), pelo que os terrenos abrangidos devem, designadamente, estar coordenados com as condições urbanísticas ou instruções fixadas pela entidade responsável pela salvaguarda do património cultural.

Capítulo V Condições de uso e aproveitamento dos solos

Artigo 11.º Classificação dos solos

Na área de intervenção do Plano Director, a classificação dos solos, de acordo com o artigo 29.º da Lei n.º 12/2013, assenta na distinção entre zona urbana e zona não urbanizável.

As zonas urbanas também são subdivididas em zona urbanizada e zona urbanizável nos termos dos artigos 2.º e 29.º da Lei n.º 12/2013:

- Estão incluídas nas zonas urbanizadas as zonas cuja área de intervenção foi desenvolvida e aí foram construídas edificações.
- São zonas urbanizáveis as zonas da área de intervenção que ainda não foram desenvolvidas nem edificadas, como as zonas de novos aterros urbanos como a UOPG Norte da Taipa - 1, e serão gradualmente aperfeiçoadas as infra-estruturas e equipamentos de utilização colectiva em conformidade com o desenvolvimento urbano, para proceder à urbanização e edificação.

A fim de proteger os solos com recursos naturais escassos e não renováveis, e salvaguardar as zonas com valor paisagístico, arqueológico, histórico ou cultural, em geral, incompatíveis, com o processo de urbanização e de edificação, as seguintes colinas, águas e zonas húmidas são classificadas como zona não urbanizável (*vide* **Planta VII**):

- Colinas: Colinas da Ilha de Coloane, Taipa Grande, Taipa Pequena, Colina da Barra, Colina da Penha, Colina da Ilha Verde, Colina da Guia e Colina de Mong Há.
- Águas: Reservatório de Macau, Reservatório de Seac Pai Van, Barragem de Ká-Hó, Barragem de Hac Sá, Lago Sai Van e Lago Nam Van.
- Zonas húmidas: Terras Húmidas do Alto de Coloane, Terras Húmidas de Água Doce da Barragem de Ká-Hó, Terras Húmidas da Avenida da Praia, Taipa e Zonas Ecológicas I e II no Cotai[v].

Artigo 12.º Finalidade dos solos

Em conformidade com o disposto nos artigos 31.º e 32.º da Lei n.º 12/2013, tendo em conta a compatibilidade, a adequação e a prioridade dos usos dos solos, o Plano Director define as finalidades dos solos alvo de intervenção através das seguintes categorias de usos dos solos e as respectivas percentagens (*vide* **Planta VIII**):

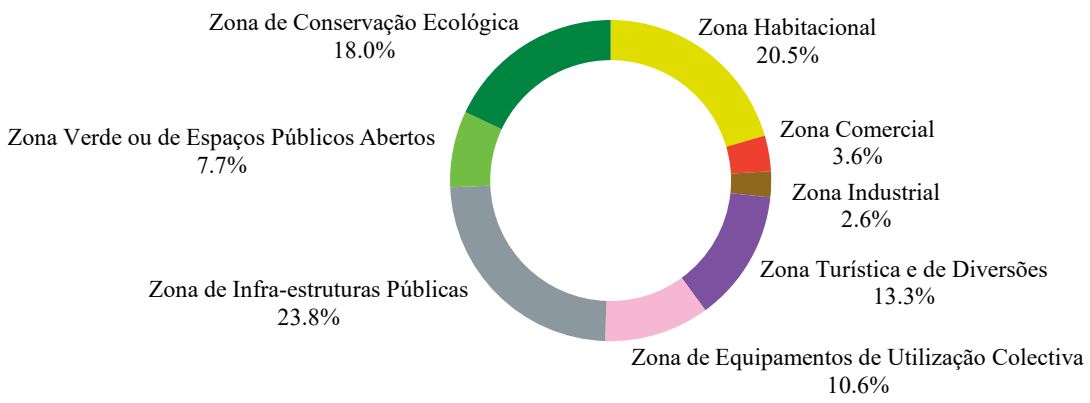


Gráfico da distribuição percentual das áreas de finalidade dos solos [vi]

As categorias de usos dos solos correspondem às finalidades principais dos solos para cada zona, podendo ser compatíveis com as finalidades dos solos de outras subcategorias. Por exemplo, os solos nas zonas habitacionais são compatíveis com os usos comerciais, de equipamentos educativos, de equipamentos recreativos e desportivos, de jardins, etc.; os solos nas zonas turísticas e de diversões são compatíveis com os usos comerciais, de instalações de transportes, de equipamentos culturais e de zona verde ou de espaços públicos abertos, etc..

A definição da finalidade dos solos deve obedecer aos seguintes princípios:

1) Respeito pela situação actual do uso dos solos e pelos direitos adquiridos: actualmente, a maior parte das zonas da área de intervenção são zonas edificadas e desenvolvidas, portanto, o Plano Director é elaborado com base na situação actual, através da análise das características da situação, identificação de problemas e da experiência de planeamento de outras cidades, de forma a facilitar a implementação dos usos dos solos definidos no Plano Director, sem afectar, porém, as situações jurídicas dos terrenos e os direitos legalmente adquiridos pelos interessados.

2) Utilização mista: a escassez, a elevada compatibilidade e o uso intensivo, misto e diversificado dos solos são características actuais do espaço urbano da RAEM, pelo que o Plano Director mantém o modelo de uso dos solos altamente compatível, misto e diversificado, estabelece a compatibilidade dos solos de modo a reservar flexibilidade para um desenvolvimento do uso misto e diversificado dos solos e incentiva ainda o uso intensivo e diversificação das edificações e desenvolvimento do espaço subterrâneo (como a simultaneidade de reservatórios de água subterrâneos com espaços públicos abertos) com vista a aumentar a eficiência do uso dos solos.

3) Equilíbrio entre as funções profissional e residencial: uma característica do espaço urbano de Macau é que a península de Macau funciona principalmente como zona habitacional, enquanto as ilhas fornecem principalmente terrenos para emprego, formando uma estrutura urbana básica de "habitação a norte, emprego a Sul", e induzindo deslocações pendulares diárias entre zonas, surgindo o efeito de tráfego pendular "ida e volta Norte-Sul". O Plano Director incentiva as pessoas a trabalharem nas zonas onde habitam e promove o equilíbrio entre as funções profissional e residencial através da distribuição racional de cada categoria de uso dos solos.

Artigo 13.º Zona habitacional

As zonas habitacionais destinam-se essencialmente à finalidade habitacional, disponibilizando os equipamentos que são necessários para a vida dos residentes, nomeadamente os equipamentos de utilização colectiva nos bairros sociais (mercado, escolas, etc.), as zonas verdes ou de espaços públicos abertos (jardins, praças, etc.), os terrenos para uso comercial (escritórios, restauração, vendas a retalho), entre outros.

O princípio da delimitação das zonas habitacionais consiste em articular o planeamento do desenvolvimento dos sectores, com o objectivo de incentivar as pessoas a trabalhar nas zonas onde habitam, alterando os hábitos de deslocação dos trabalhadores e criar condições espaciais que promovam o equilíbrio entre as funções profissional e residencial,

contribuindo, a longo prazo, para um desenvolvimento equilibrado da península de Macau e das ilhas; para além disso, atendendo às necessidades sociais e à estrutura demográfica, este princípio traduz-se no melhoramento do planeamento dos transportes públicos e instalações necessárias à vida, com vista a satisfazer as necessidades da vida dos residentes e construir um bairro social adequado para habitar.

Actualmente, as zonas habitacionais localizam-se principalmente na península de Macau e no centro urbano da Taipa, com uma densidade populacional global de cerca de 20.600 pessoas/km²[vii]. No entanto, algumas zonas têm uma densidade populacional muito elevada, especialmente a UOPG Norte - 1 (Ilha Verde, Fai Chi Kei e Doca de Lam Mau), a UOPG Central - 1 (Horta e Costa e Ouvidor Arriaga, San Kiu (Barca), Conselheiro Ferreira de Almeida, Ferreira do Amaral (Guia)) e a UOPG Taipa Central - 2 (Baixa da Taipa), cujas densidades populacionais são cerca de 4,3 vezes[vii] superiores à densidade populacional global de Macau, enquanto a densidade populacional da UOPG Norte - 2 (Tamagnini Barbosa, Areia Preta e Iao Hon) é mesmo cerca de 5,8 vezes[vii] superior. Macau é uma região pequena e densamente povoada, com recursos de terrenos limitados. No futuro, o crescimento populacional e as mudanças na estrutura populacional podem levar a um aumento ainda maior da densidade populacional, e a procura por habitação e equipamentos comunitários de apoio também aumentará. Portanto, o Plano Director propõe manter a actual finalidade habitacional distribuída principalmente nas UOPG Norte - 2, Este - 1, Central - 1, Central - 2, Central - 3 e Norte da Taipa - 2, delimitando-as como zonas habitacionais[viii]. Além disso, ao nível da estrutura espacial, propõe aproveitar os terrenos não desenvolvidos, planeando o aumento de zonas habitacionais na UOPG Norte - 1 (Ilha Verde), UOPG Este - 2 (Zona A dos Novos Aterros Urbanos), UOPG Norte da Taipa - 1 (Zona D dos Novos Aterros Urbanos), UOPG Taipa Central - 2 (zona próxima da Povoação de Cheok Ká, Taipa) e UOPG Coloane (Seac Pai Van), de forma a responder às necessidades populacionais futuras, e criar condições para promover o equilíbrio entre as funções profissional e residencial e aliviar a densidade populacional das actuais zonas urbanas.

Nas zonas habitacionais não é permitido destinar solos para uso industrial, com o objectivo de evitar os impactos causados pelas actividades industriais no dia-a-dia dos moradores em áreas circundantes e melhorar o ambiente dos bairros sociais e a qualidade de vida das pessoas.

Artigo 14.º Zona comercial

As zonas comerciais destinam-se essencialmente às actividades de comércio e serviços, tais como escritórios, actividades financeiras, vendas a retalho, restauração, convenções e exposições, etc., de forma a criar condições para a diversificação adequada da economia e o crescimento das indústrias emergentes e de ponta, aumentar a resiliência económica para reagir às futuras necessidades do desenvolvimento económico da RAEM e, em articulação com a criação de zonas habitacionais, incentivar as pessoas a trabalharem nas zonas onde habitam e promover o equilíbrio entre as funções profissional e residencial.

O princípio da delimitação das zonas comerciais pretende criar condições espaciais que permitam promover o equilíbrio entre as funções profissional e residencial em consonância com o planeamento das zonas habitacionais adjacentes e estimular um desenvolvimento em conjunto com outros sectores a fim de promover a diversificação adequada da economia.

Actualmente, o modelo de desenvolvimento do uso do solo em Macau é maioritariamente misto comercial-habitacional, sendo o comércio a retalho frequentemente instalado nos pódios ou no rés-do-chão dos edifícios habitacionais, existindo poucos edifícios exclusivamente comerciais, os quais se localizam principalmente na Avenida de Almeida Ribeiro, área de Nam Van e ZAPE na península de Macau. No entanto, os terrenos comerciais adicionais que podem ser disponibilizados nas actuais zonas urbanas são limitados. Portanto, o Plano Director propõe manter a actual finalidade para actividades comerciais e de serviços concentrada principalmente nas UOPG Central - 2, Central - 3 e Zona do Porto Exterior - 2, delimitando-as como zonas comerciais. Além disso, para aproveitar as oportunidades de cooperação regional e potenciar as vantagens dos postos fronteiriços, e ao mesmo tempo propor a estrutura global de "Entradas", "Centros Modais", "Núcleos" e "Cinturas", reforçar o desenvolvimento industrial das actuais zonas urbanas, e também criar condições para a implementação da diversificação adequada da indústria e do equilíbrio entre as funções profissional e residencial, incluindo o seguinte:

1) Para promover os efeitos sinérgicos com as regiões vizinhas (especialmente Zhuhai e a Zona de Cooperação), reforçar o desenvolvimento regional, a interacção regional e a integração regional, construir o "Centro Modal de

Cooperação Regional do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e do Posto Fronteiriço Qingmao" e o "Centro Modal de Cooperação Regional do Cotai-Hengqin", planeia-se criar duas novas zonas comerciais, uma na área do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco na UOPG Norte - 2 e outra na área do terreno original do Posto Fronteiriço do Cotai na UOPG Cotai; para potenciar o papel económico da cabeça de ponte da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, planeia-se, no lado Sul da Zona de Administração de Macau na Ilha Fronteiriça Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau na UOPG Este - 3, usar terrenos para instalações de convenções e exposições, construindo em conjunto uma plataforma de cooperação em convenções e exposições Guangdong-Hong Kong-Macau, criando a imagem de ponto de entrada da cidade; na UOPG Pac On (Zona E1 dos Novos Aterros Urbanos) aumentar a zona comercial, planeando a construção do Parque Ciên-Tec de Macau, para elevar a imagem de ponto de entrada da cidade externa com intermodalidade marítima e aérea. No futuro, na fase de elaboração dos planos de pormenor ou de realização de estudos específicos, dever-se-á aprofundar ainda mais o planeamento do trânsito, com vista a aperfeiçoar as respectivas instalações complementares e a melhorar a acessibilidade em geral.

2) Para incentivar o emprego na zona de residência, promover o equilíbrio entre as funções profissional e residencial, planeia-se transformar gradualmente a zona industrial actualmente situada na Avenida de Venceslau de Morais na UOPG Este - 1 para finalidades não industriais, elevando o valor económico dos terrenos e da indústria na zona, reduzindo o impacto das actividades industriais nas zonas habitacionais e comerciais, melhorando o ambiente de vida global da comunidade e o ambiente de negócios; na UOPG Este - 2 (Zona A dos Novos Aterros Urbanos) planear zona comercial, fornecendo condições de emprego na zona de residência, além de articular com o planeamento da UOPG Este - 3 para elevar a imagem de ponto de entrada da cidade; e na UOPG Norte da Taipa - 2 (lado norte da Taipa) construir uma zona comercial ribeirinha, adicionando elementos comerciais à zona, ampliando a vitalidade económica, promovendo o equilíbrio entre as funções profissional e residencial.

3) Para reforçar a estrutura funcional multinuclear da cidade, intensificar o desenvolvimento coordenado com o turismo e cultura, planeia-se criar uma zona comercial no lado Leste da Ponte Governador Nobre de Carvalho na UOPG Zona do Porto Exterior - 2, impulsionando e reforçando o desenvolvimento dos sectores da zona comercial original e da zona turística e de diversões da ZAPE, articulando com o planeamento dos equipamentos de utilização colectiva do Lago Nam Van, reforçando ainda mais a estrutura funcional multinuclear da cidade; nas UOPG Central - 2 e Central - 3, tendo em conta o plano de ordenamento a longo prazo do Porto Interior, planear ao longo do Porto Interior uma animada rua comercial marginal e um parque ribeirinho, revitalizando a vitalidade económica do Porto Interior, respondendo à construção do "Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens".

Nas zonas comerciais não é permitido destinar solos para uso industrial, com vista a evitar que as actividades industriais afectem as actividades financeiras, de venda a retalho, de restauração, etc. e criar um melhor espaço comercial e ambiente de negócios.

Artigo 15.º Zona industrial

As zonas industriais destinam-se essencialmente a actividades industriais e ao seu desenvolvimento, podendo também ser utilizadas para construção de fábricas e escritórios e criação dos espaços que acolham actividades das indústrias emergentes e de ponta, por forma a elevar a função económica e promover a modernização destes sectores e o desenvolvimento das indústrias emergentes e de ponta.

O princípio da delimitação da zona industrial consiste em articular com a localização das instalações de trânsito com o exterior, integrar as actividades industriais dispersas e criar um ambiente propício para as indústrias emergentes e de ponta, de modo a incentivar a valorização das indústrias e a diversificação adequada da economia.

As indústrias da RAEM encontram-se, principalmente, no Parque Industrial Transfronteiriço da Ilha Verde, Parque Industrial do Pac On da Taipa, Parque Industrial da Concórdia de Coloane e nas imediações do Terminal de Combustíveis do Porto de Ká-Hó, todavia, encontram-se edifícios industriais dispersos em zonas habitacionais. Em articulação com o desenvolvimento adequadamente diversificado da economia da RAEM, é necessário ter em conta o espaço necessário para as actividades industriais e as instalações para fins logísticos, tais como oficinas para o sector comercial e sector turístico e de diversões. Por isso, o Plano Director propõe manter a actual finalidade industrial, designadamente no Parque Industrial Transfronteiriço da UOPG Norte - 1, na Zona Industrial de Pac On da UOPG Pac On e no Parque Industrial da Concórdia e Zona Industrial de Ká-Hó da UOPG Coloane, bem como a conservação das suas actividades industriais

existentes; Propõe ainda integrar ou transferir gradualmente para os núcleos industriais supra mencionadas as actividades industriais que se encontram dispersas nas diversas zonas da RAEM e aquelas com baixa eficiência no uso dos solos, para reforçar a eficiência no uso dos solos e as funções dos solos, criar um espaços e um ambiente propícios às indústrias emergentes e de ponta e incentivar a modernização industrial.

Simultaneamente, na UOPG Pac On, criar zona industrial, planeando a construção do Parque Ciên-Tec de Macau, fornecendo espaço e instalações de apoio para o desenvolvimento da indústria de ciência e tecnologia de Macau, e ajudando a formar efeitos de sinergia industrial, reforçando o posicionamento da UOPG Pac On como entrada internacional de Macau, potenciando ainda mais as vantagens do centro modal de transportes com intermodalidade marítima e aérea. No futuro, na fase de elaboração dos planos de pormenor ou de realização de estudos específicos, dever-se-á aprofundar ainda mais o planeamento do trânsito, com vista a aperfeiçoar as respectivas instalações complementares e a melhorar a acessibilidade em geral.

Nas zonas industriais não é permitido destinar solos para uso habitacional, de modo a evitar os impactos das actividades industriais no dia-a-dia das pessoas residentes em áreas circundantes.

Artigo 16.º Zona turística e de diversões

As zonas turísticas e de diversões destinam-se essencialmente à instalação de empreendimentos turísticos e serviços complementares, bem como de restauração, equipamentos lúdicos e de lazer, com o objectivo de criar condições para tornar a RAEM num Centro Mundial de Turismo e Lazer.

O princípio da delimitação das zonas turísticas e de diversões visa articular a distribuição das diversas finalidades dos solos, por exemplo, tendo também em consideração as zonas comerciais envolventes, aprofundar o desenvolvimento do sector turístico e de diversões em conjunto com outros sectores a fim de oferecer experiências de viagem abrangentes aos turistas, bem como integrar no planeamento a optimização da capacidade das instalações turísticas e de diversões.

Actualmente, a maioria das instalações turísticas e de diversões de grande escala localiza-se nas ilhas, especialmente no Cotai, bem como nas ZAPE e NAPE da península de Macau. O Plano Director propõe manter a actual finalidade para empreendimentos turísticos e serviços complementares, designadamente na UOPG Cotai, UOPG Zona do Porto Exterior - 1, UOPG Zona do Porto Exterior - 2, UOPG Taipa Central - 1 e UOPG Coloane, integrando-o na zona turística e de lazer. Além disso, a fim de optimizar a capacidade de acolhimento turístico e ao desenvolvimento diversificado do sector turístico, propõe-se o seguinte:

1) Aproveitar os terrenos da UOPG Zona do Porto Exterior - 1 e UOPG Zona do Porto Exterior - 2, desenvolver mais o turismo cultural com características de Macau, fornecer locais de lazer cultural de nível internacional, e reforçar ainda mais o desenvolvimento dos sectores de retalho, comércio e hoteleiro; com a conclusão gradual de novas e diversificadas atracções turísticas e infra-estruturas de transportes, e a contínua optimização dos apoios de transportes, construir na zona Sul da península de Macau o "Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira". Ligando a zona comercial da UOPG Este - 3, as instalações culturais da UOPG Este - 2, o Centro de Ciência, o Centro Cultural, a Estátua da Deusa Kun Iam, a Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau, a Torre de Macau, o Lago Nam Van, o Lago Sai Van e o «Centro Histórico de Macau» da UOPG Zona do Porto Exterior - 2, criando condições para irradiar o fluxo de pessoas do «Centro Histórico de Macau» para as áreas circundantes, podendo tanto acrescentar espaços de actividades verdes ribeirinhas aos residentes de Macau, como fornecer experiências de entretenimento mais ricas aos turistas.
2) Desenvolver as zonas turísticas e de diversões da UOPG Cotai em articulação com o sítio original do Posto Fronteiriço do Cotai, usando um modelo de desenvolvimento orientado para os transportes públicos para planear um novo complexo comercial, de forma a reforçar os elementos de turismo e de entretenimento e as diferentes instalações de apoio. Aproveitar as vantagens da localização da RAEM adjacente a Zhuhai e as respectivas oportunidades, assim como através da cooperação regional com a ilha de Hengqin de Zhuhai promover o desenvolvimento económico dos postos fronteiriços e o intercâmbio cultural e turístico, estimular o desenvolvimento conjunto através da cooperação entre estes dois lugares, desfrutar dos respectivos benefícios e construir a Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens.

Nas zonas turísticas e de diversões não é permitido destinar solos para uso industrial, evitando os impactos das actividades industriais nas actividades turísticas, de diversões, de lazer, etc., e contribuindo para a criação de zonas turísticas e de diversões mais atractivas.

Artigo 17.º Zona de equipamentos de utilização colectiva

As zonas de equipamentos de utilização colectiva destinam-se essencialmente à instalação de equipamentos de utilização colectiva no âmbito, dos órgãos governamentais, da cultura, da religião, da educação, dos serviços sociais, do recreio e desporto, da saúde, dos serviços municipais, etc., dirigidos à generalidade de população de Macau, os quais ocuparão, cada um deles, um terreno, com o objectivo de criar uma cidade habitável e fornecer ao público equipamentos de utilização colectiva abrangentes e convenientes e construir um belo lar na RAEM.

O princípio da delimitação das zonas de equipamentos de utilização colectiva consiste em articular com o planeamento das zonas habitacionais, considerando ao mesmo tempo a coordenação global da estrutura espacial urbana e a complementaridade com outras finalidades dos solos, e incentivar a instalação através de métodos de utilização composta, bem como reforçar a acessibilidade dos equipamentos de utilização colectiva e a sua conectividade às zonas habitacionais, de forma a expandir a cobertura dos serviços; a instalação de alguns equipamentos indesejados nas proximidades (NIMBY) deve considerar a minimização do impacto causado aos cidadãos.

Com o desenvolvimento económico e as tendências de evolução demográfica, e para responder às necessidades dos cidadãos fornecendo os equipamentos de apoio correspondentes, o Plano Director tomou como referência alguns critérios de planeamento existentes para equipamentos de utilização colectiva e estudos relevantes, através do aproveitamento racional dos terrenos ainda não desenvolvidos fornecerá equipamentos de utilização colectiva de âmbito regional de maior dimensão, enquanto as actuais zonas urbanas necessitam de planeamento articulando com a oportunidade de grandes infra-estruturas ou renovação urbana. Quanto aos equipamentos de utilização colectiva de âmbito comunitário, como escolas secundárias, primárias, creches, centros de saúde, mercados, equipamentos religiosos, etc., serão planeados na fase dos planos de pormenor, de acordo com a situação e dados demográficos de cada zona. Portanto, ao nível do Plano Director, propõem-se os seguintes equipamentos de utilização colectiva de diferentes áreas: (*vide* **Planta IX**)

1) Equipamentos e instalações das entidades públicas: os equipamentos e instalações das entidades públicas ou de natureza especial, ou dirigidas à generalidade de população de Macau, que ocupam, cada uma delas, um terreno grande, nomeadamente prisões, quartéis, instalações da Polícia e do Corpo de Bombeiros, entre outros, localizam-se principalmente na UOPG Coloane. O Plano Director propõe a manutenção da actual distribuição destas instalações e o uso intensivo dos terrenos para maior conveniência do público. Para além disso, o plano propõe ainda reservar terrenos no lado Oeste do Lago Nam Van da UOPG Zona do Porto Exterior - 2 com vista ao desenvolvimento em consonância com a situação real e as necessidades da sociedade. Relativamente aos os equipamentos e instalações das entidades públicas normais que se encontram dispersas em vários bairros sociais, o plano propõe continuar a melhorar as mesmas e a sua distribuição na fase da elaboração dos planos de pormenor.

2) Equipamentos culturais: os equipamentos culturais de âmbito regional incluem vários tipos de museus, biblioteca central e espaços artísticos, etc., estando estes equipamentos actualmente especialmente concentrados na península de Macau. O Plano Director propõe manter estes equipamentos culturais e, ao mesmo tempo, construir mais equipamentos culturais emblemáticos de nível urbano, o que promoverá a melhoria da qualidade de vida dos residentes de Macau, o aumento da influência da cidade, a concretização do posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer e dos objectivos de desenvolvimento urbano de uma cidade habitável, propícia ao trabalho, à mobilidade, à visita e ao lazer. Para tal, planeia-se construir no extremo Sul da Zona A dos Novos Aterros Urbanos da UOPG Este - 2 equipamentos culturais emblemáticos de nível urbano, articulando com corredores verdes ribeirinhos e espaços verdes públicos, moldando a entrada urbana; e no lado Oeste da Zona B dos Novos Aterros Urbanos da UOPG Zona do Porto Exterior - 2, na Zona C dos Novos Aterros Urbanos da UOPG Norte da Taipa - 1, construir equipamentos culturais emblemáticos integrados com cultura, turismo, comércio, etc.; e na área dos Estaleiros Navais de Lai Chi Vun da UOPG Coloane planear equipamentos culturais de nível urbano, para optimizar e acrescentar espaços culturais e artísticos, galerias de arte, bibliotecas, museus, etc., criando mais elementos de lazer cultural e turístico, enriquecendo a experiência cultural moderna de Macau. No futuro, na fase de elaboração dos planos de pormenor ou realização de estudos específicos, deve-se aprofundar ainda mais o planeamento do trânsito, com vista a aperfeiçoar as instalações complementares de trânsito e

melhorar a acessibilidade em geral. Para além disso, deve-se avaliar, planear e optimizar racionalmente os actuais equipamentos culturais de âmbito comunitário, e reforçar os efeitos sinérgicos e a conectividade com equipamentos de retalho e comunitários, ao mesmo tempo optimizar os apoios de transportes em torno dos equipamentos culturais, melhorar a sua acessibilidade, transformando Macau numa cidade cultural.

3) Equipamentos educativos: instalações os equipamentos educativos, dirigidos à generalidade de população de Macau, incluem as instituições de ensino superior, estando aquelas que ocupam uma área de terreno maior estabelecidas sobretudo nas ilhas e no novo *campus* da Universidade de Macau, na ilha de Hengqin. No intuito de reforçar a competitividade dos talentos da RAEM, promover a formação de talentos e a diversificação adequada da economia e implementar a linha política de "Promover a prosperidade de Macau através da Educação e Construir Macau através da Formação de Talentos", o Plano Director propõe que, contando com os recursos educativos já existentes, se promova de forma activa o desenvolvimento do ensino, se melhorem o ambiente e instalações pedagógicos das instituições académicas e se estimulem as instituições de ensino superior da RAEM a desenvolver projectos educacionais e de pesquisa científica através da cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau. Durante a fase da elaboração dos planos de pormenor, proceder-se-á, de acordo com os dados demográficos e as necessidades daí resultantes, ao planeamento dos terrenos destinados a equipamentos educativos dos bairros sociais (como escolas secundárias e escolas primárias), de forma a responder à procura de equipamentos educativos não afectas ao ensino superior por parte da população.

4) Equipamentos recreativos e desportivos: os equipamentos recreativos e desportivos de âmbito regional incluem centros desportivos e piscinas, estando os centros desportivos de maior dimensão principalmente localizados nas ilhas. Embora a cobertura de serviços dos equipamentos recreativos e desportivos de Macau abranja as principais zonas habitacionais, a área per capita de instalações desportivas ainda necessita de ser aumentada. Para melhorar a condição física e a qualidade de vida dos residentes, o plano mantém os actuais equipamentos recreativos e desportivos de grande dimensão, como o Centro Desportivo Olímpico, a Nave Desportiva dos Jogos da Ásia Oriental de Macau, etc.; aproveitar racionalmente os terrenos não desenvolvidos, planear a criação de equipamentos recreativos e desportivos de âmbito regional nas zonas dos Novos Aterros Urbanos da UOPG Este - 2 e UOPG Norte da Taipa - 1; manter a construção de equipamentos recreativos e desportivos de grande dimensão no terreno original do Canídromo da UOPG Norte - 1 e no Plano, para aumentar o fornecimento de instalações desportivas cobertas e ao ar livre. Na fase dos planos de pormenor, deve-se aumentar os equipamentos recreativos e desportivos através da utilização composta, especialmente na UOPG Coloane, UOPG Central - 3 e UOPG Zona do Porto Exterior - 2, por exemplo, combinando com grandes complexos habitacionais, espaços públicos abertos e infra-estruturas, atingindo a utilização diversificada, e planear os equipamentos recreativos e desportivos de âmbito comunitário de acordo com o princípio de distribuição racional, para maximizar a cobertura de serviços dos locais desportivos e a sua acessibilidade às zonas habitacionais.

5) Equipamentos da saúde: os equipamentos de saúde de âmbito regional incluem hospitais e equipamentos médicos especiais (como edifício de psiquiatria, centro de prevenção e tratamento da tuberculose), estando actualmente instalados hospitais tanto na península de Macau como nas ilhas, e com a entrada em funcionamento do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, ajudará a melhorar os serviços médicos das ilhas. Na fase dos planos de pormenor, é necessário integrar e aumentar os equipamentos de saúde (como centros de saúde, postos de saúde) de acordo com a estrutura populacional e os recursos de terrenos de cada UOPG, através do princípio de distribuição racional maximizar a cobertura de serviços dos equipamentos médicos, para garantir que os cidadãos tenham acesso a serviços em situações de emergência, e satisfazer as suas necessidades diárias, melhorando assim a qualidade de vida.

6) Equipamentos sociais: instalações os equipamentos sociais, dirigidos à generalidade de população de Macau, incluem centros de reabilitação especiais, que estão principalmente localizados nas ilhas. A maioria das instalações sociais encontra-se nos bairros sociais, dependendo do número de habitantes e das necessidades reais de cada bairro social. Do ponto de vista do Plano Director, pretende-se manter as actuais instalações dirigidas à generalidade de população de Macau, as quais ocupam cada uma delas um terreno grande. Na fase da elaboração dos planos de pormenor, tendo em conta as mudanças futuras na estrutura demográfica, será necessário reservar alguns terrenos para uma utilização flexível ou, através do aproveitamento misto, fornecer equipamentos sociais que não exijam a ocupação exclusiva de um terreno, a fim de melhorar a distribuição desequilibrada das instalações sociais comunitárias. Deve-se também reforçar a acessibilidade às instalações para satisfazer as necessidades da sociedade.

7) Instalações municipais: as instalações municipais, dirigidas à generalidade de população de Macau, incluem

cemitérios, crematórios, matadouros e Canil Municipal. O Plano Director propõe manter as actuais instalações municipais dirigidas à generalidade de população de Macau e realizar, no futuro, o estudo de viabilidade da construção de crematórios na UOPG Pac On ou na UOPG Coloane em consonância com o respectivo plano. Na fase da elaboração dos planos de pormenor, tendo em conta as mudanças futuras na estrutura demográfica, será necessário reservar alguns terrenos para uma utilização flexível ou, através do aproveitamento misto, fornecer instalações municipais comunitárias que não exijam a ocupação exclusiva de um terreno. Deve-se também reforçar a acessibilidade às instalações para satisfazer as necessidades da sociedade.

8) Equipamentos religiosos: os actuais equipamentos religiosos (por exemplo, igrejas, templos, mosteiros, etc.) encontram-se espalhadas por vários bairros sociais. Na fase da elaboração dos planos de pormenor, dever-se-á respeitar e ter em consideração os equipamentos religiosas existentes, transmitindo as peculiaridades da cultura multirreligiosa e da coexistência das culturas chinesa e ocidental.

Nas zonas de equipamentos de utilização colectiva não é permitido destinar solos para uso industrial, evitando o impacto das actividades industriais na utilização diária dos equipamentos de utilização colectiva.

Artigo 18.º Zona de conservação ecológica

As zonas de conservação ecológica destinam-se essencialmente à protecção das áreas com valor ecológico, contribuindo para a maior protecção dos recursos naturais com valor ecológico.

As actuais zonas da RAEM com recursos naturais com valor ecológico são: colinas (Colinas de Coloane, Taipa Grande, Taipa Pequena, Colina da Barra, Colina da Penha, Colina da Ilha Verde, Colina da Guia e Colina de Mong Há), águas (Reservatório de Macau, Reservatório de Seac Pai Van, Barragem de Ká-Hó, Barragem de Hác Sá, Lago Sai Van e Lago Nam Van) e zonas húmidas (Terras Húmidas do Alto de Coloane, Terras Húmidas de Água Doce da Barragem de Ká-Hó, Terras Húmidas da Avenida da Praia, Taipa e Zonas Ecológicas I e II no Cotai[v]). No intuito de promover o desenvolvimento urbano verde, de baixo carbono e sustentável, proteger os recursos naturais da RAEM e preservar a biodiversidade, o Plano Director, tendo como referência os estudos de protecção ambiental relevantes, delimita como zonas de conservação ecológica as referidas colinas, águas e zonas húmidas, que se localizam nas UOPG Norte - 1, UOPG Este - 1, UOPG Central - 1, UOPG Central - 3, UOPG Zona do Porto Exterior - 2, UOPG Norte da Taipa - 2, UOPG Taipa Central - 1, UOPG Pac On, UOPG Cotai e UOPG Coloane.

A fim de assegurar a conservação dos recursos naturais e reduzir os impactos ambientais traduzidas pelas diferentes actividades, nas zonas de conservação ecológica não é permitido destinar solos para uso habitacional, comercial, industrial e turístico e de diversões.

Artigo 19.º Zona verde ou de espaços públicos abertos

As zonas verdes ou de espaços públicos abertos destinam-se essencialmente à instalação de zonas de actividades ao ar livre com funções de lazer, recreativas, desportivas, culturais, assim como à melhoria do ambiente e paisagens urbanos e visam articular com o planeamento das zonas habitacionais e, através da criação de mais espaços verdes e de lazer, reforçar a sua acessibilidade e conectividade às zonas habitacionais, a fim de alargar a cobertura dos seus serviços, e ainda em acrescentar, de modo adequado, mais espaços verdes e de lazer visando optimizar a distribuição global dos espaços com vista à melhoria do ambiente e da qualidade de vida dos residentes.

Os espaços verdes de lazer mais frequentemente utilizados pelos cidadãos, como a Colina da Guia, Taipa Grande, Taipa Pequena e o Parque de Seac Pai Van, etc., o Plano Director já os delimitou como zonas de conservação ecológica, enquanto que algumas áreas marginais das zonas de conservação ecológica, praias, parques e ciclovias, etc., são classificadas como zonas verdes ou de espaços públicos abertos. Portanto, as actuais zonas verdes ou de espaços públicos abertos relativamente grandes concentram-se principalmente na UOPG Coloane, enquanto na península de Macau e Taipa as zonas verdes ou de espaços públicos abertos são mais fragmentadas, existindo uma situação de distribuição desigual. Considerando a procura dos residentes por parques, zonas verdes e espaços públicos abertos, o Plano Director propõe manter as actuais zonas verdes ou de espaços públicos abertos de grande dimensão e de âmbito regional distribuídas principalmente na UOPG Coloane, e aproveitar os terrenos não desenvolvidos, propor o aumento significativo de zonas

verdes ou de espaços públicos abertos na UOPG Este - 2, UOPG Zona do Porto Exterior - 2 (Zona B dos Novos Aterros Urbanos) e UOPG Norte da Taipa - 1 (Zonas C e D dos Novos Aterros Urbanos), aproveitar os recursos da linha costeira para construir corredores verdes ribeirinhos contínuos e criar espaços ribeirinhos com características, ao mesmo tempo optimizar a estrutura das zonas verdes ou de espaços públicos abertos.

Nas zonas verdes ou de espaços públicos abertos não é permitido destinar solos para uso industrial e turístico e de diversões, a fim de evitar os impactos de actividades industriais e turísticos e de diversões nos espaços verdes e de lazer.

Artigo 20.º Zona de infra-estruturas públicas

As zonas de infra-estruturas públicas destinam-se essencialmente à instalação de infra-estruturas urbanas, incluindo instalações nos domínios do abastecimento de água, drenagem, electricidade, gás natural, tratamento de águas residuais, tratamento de resíduos, telecomunicações, principais instalações de transportes e rede de vias principais (para detalhes sobre a parte de transportes, ver artigo 26.º do Capítulo VI, sendo que este capítulo explica principalmente infra-estruturas públicas) (*vide* **Planta X**).

As infra-estruturas públicas são instalações importantes para manter o funcionamento da cidade e a vida básica dos residentes, sendo por isso necessário definir zonas de infra-estruturas públicas para garantir o funcionamento normal das instalações. Ao mesmo tempo, considerando que a maioria das infra-estruturas públicas são equipamentos indesejados nas proximidades (NIMBY), para minimizar o impacto causado aos cidadãos e utilizar intensivamente os terrenos, o Plano Director propõe manter as actuais infra-estruturas públicas de âmbito regional, e a prioridade de concentrar as infra-estruturas públicas de âmbito regional no lado Leste de Macau, incluindo a instalação concentrada de estação de tratamento de águas residuais, instalações de depósito provisório de combustíveis e instalações logísticas de transferência, etc., na Zona de Administração de Macau na Ilha Fronteiriça Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, e a instalação concentrada de instalações de tratamento de resíduos sólidos, etc., no lado Leste do Cotai, ajudando a estabelecer entre as infra-estruturas a produção, consumo e reutilização de recursos, criando condições para efeitos de sinergia circular. As orientações de planeamento para as várias áreas de infra-estruturas públicas são as seguintes:

1) Abastecimento de água: prevê-se que as actuais instalações de abastecimento de água da RAEM possa satisfazer as necessidades, a médio e longo prazo, no futuro, as novas instalações de abastecimento de água distribuir-se-ão sobretudo por zonas com um crescimento populacional mais rápido, visando manter a estabilidade do abastecimento de água. Por conseguinte, o Plano Director propõe manter as principais instalações de abastecimento de água existentes, designadamente as estações de tratamento de água da Ilha Verde, do Reservatório Central, de Coloane e de Seac Pai Van. No futuro, face ao aumento contínuo do consumo total de água na RAEM, será necessário melhorar a distribuição das instalações de abastecimento de água e a segurança e eficiência no abastecimento da água, bem como, na fase da elaboração dos planos de pormenor ou do plano específico, estudar a possibilidade de construção de um reservatório de água num ponto mais elevado e de instalações de água reciclada, a fim de optimizar o sistema de abastecimento de água e aumentar a reserva de água doce.
2) Drenagem e tratamento de águas residuais: as actuais instalações de tratamento de águas residuais da RAEM podem satisfazer temporariamente as necessidades diárias de tratamento de águas residuais, no entanto, devido à elevada pressão de tratamento de águas residuais na estação de tratamento de águas residuais da península de Macau, ao desenvolvimento dos novos aterros urbanos, ao crescimento populacional e à deterioração das instalações, há necessidade urgente de melhorar a capacidade de tratamento de águas residuais da península de Macau. Para melhorar a actual situação de tratamento de águas residuais, o Plano Director propõe manter os terrenos das actuais estações de tratamento de águas residuais, para articular com a necessidade de aumentar a capacidade total de tratamento de águas residuais e actualizar os padrões de emissão de efluentes. Simultaneamente, manter o planeamento de instalações de tratamento de águas residuais adicionais na UOPG Este - 3 (Zona de Administração de Macau na Ilha Fronteiriça Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau), e estudar a criação de instalações de tratamento de águas residuais na UOPG Pac On (Zona E1 dos Novos Aterros Urbanos) e na UOPG Cotai (asul do Aeroporto Internacional de Macau), optimizando a estrutura para reduzir gradualmente os problemas causados pela proximidade com zonas habitacionais.
3) Electricidade: actualmente cerca de 80% da electricidade da RAEM é comprada no Interior da China. Tendo em conta o baixo grau de auto-suficiência energética na RAEM, há necessidade de aumentar a capacidade de

produção de energia local, por isso, o Plano Director mantém e reserva os terrenos para a Central Térmica de Coloane e, em articulação com a entrada em funcionamento das unidades geradoras a gás natural das estações de electricidade A e B localizadas em Coloane, promove o desenvolvimento de energia limpa e aumenta a diversidade e a estabilidade do fornecimento de energia.

4) Gás natural: neste momento, as obras de instalação da rede de gasodutos-tronco de distribuição de gás natural na zona de aterros do Cotai já estão concluídas. O Plano Director propõe promover a construção das instalações de gás natural e o consumo de gás natural e, face ao desenvolvimento futuro na zona de aterros do Cotai, continuar o melhoramento e alargamento das redes de distribuição, as quais serão gradualmente implementadas na península de Macau e nos Novos Aterros Urbanos de acordo com o plano.

5) Tratamento de resíduos: apesar da área da RAEM ser pequena, a população continua a crescer, os problemas relacionados com todos os tipos de resíduos sólidos tornam-se cada vez mais graves e os tipos de infra-estruturas de tratamento de resíduos são únicos, e para atender às necessidades de desenvolvimento da sociedade no futuro, o Plano Director reserva terrenos para construção de instalações de tratamento de resíduos e propõe construir vários tipos de instalações de tratamento de resíduos sólidos no aterro para resíduos de materiais de construção (localizado a Sul do Aeroporto Internacional de Macau), a fim de melhorar os processos e a capacidade de tratamento e da reciclagem dos resíduos.

6) Telecomunicações: RAEM está a transformar-se numa cidade inteligente, promovendo a educação, formação e divulgação relacionadas com o modelo de cidade inteligente, instruindo a sociedade a participar na construção da mesma. Em articulação com a procura do mercado referente às redes de dados móveis de alta velocidade, à *internet* das coisas e à radiodifusão televisiva torna-se necessário melhorar as respectivas infra-estruturas, para garantir a qualidade da rede, melhorar a cobertura da rede sem fios e fornecer aos residentes melhores serviços de telecomunicações. Tendo em conta que, na maioria dos casos, as instalações de telecomunicações não ocupam espaços grandes, proceder-se-á ao seu planeamento conforme a situação de cada zona na fase da elaboração dos planos de pormenor.

7) Outras instalações: neste momento, as substâncias perigosas estão dispersamente distribuídas por várias zonas da RAEM, portanto, com vista a reduzir eventuais riscos para o público, deve-se encontrar um local afastado o mais possível das zonas habitacionais para depósito e armazenamento centralizados das substâncias perigosas, na fase da elaboração do plano de pormenor, determinar as respectivas localizações e aprofundar as suas concepções, de forma a minimizar os riscos e impactos aos cidadãos.

É permitido destinar solos para outros usos nas zonas de infra-estruturas públicas, desde que não coloque em causa a finalidade principal das mesmas nem o seu normal funcionamento.

Capítulo VI Princípios orientadores

Artigo 21.º Prevenção de desastres urbanos

Os desastres naturais que a RAEM enfrenta são sobretudo *storm surge*, chuvas intensas e tufões. Em resposta aos impactos causados por fenómenos meteorológicos extremos, aos desastres de emergência, sem alerta prévio, e às situações de ameaça de risco colectivo, nomeadamente incêndio e epidemia, deve-se aumentar a eficiência de prevenção, redução e salvamento na ocorrência de desastres. Também se deve criar um melhor sistema de prevenção de desastres urbanos de modo a elevar a capacidade global de prevenção de desastres, e reduzir a ocorrência de catástrofes e os impactos causados pelas mesmas.

O Plano Director propõe reforçar os instrumentos nos domínios da prevenção, redução e salvamento durante a sua ocorrência e através da construção de infra-estruturas e de planeamento urbano elaborar o planeamento do sistema dos recursos para prevenção, redução e salvamento em resposta aos desastres (*vide* **Planta XI**), a fim de aumentar a capacidade de protecção e garantia da segurança da cidade, bem como a sua resistência e resiliência face a catástrofes e de assegurar a segurança da vida e dos bens da população.

Relativamente às infra-estruturas de prevenção e redução de desastres: os fenómenos meteorológicos extremos causam sempre inundações graves nas zonas baixas, inclusivamente a interrupção do fornecimento da electricidade, do fornecimento de água e dos serviços de comunicações, por isso é necessário construir infra-estruturas tais como barragem de marés, reservatórios de água e estações elevatórias no sentido de aumentar a capacidade de prevenção de inundações causadas por chuvas intensas e pelas marés, a capacidade de drenagem e de armazenamento de água, e solucionar assim o problema das inundações na costa e nas zonas baixas. Promove-se uma concepção das infra-estruturas importantes, tais como as de fornecimento de electricidade, água, gás e dos serviços de comunicações, em combinação com os instrumentos no domínio da prevenção de desastres, a fim de aumentar a capacidade de resposta aos desastres. Propõe-se construir não só infra-estruturas terrestres e marítimas na orla Oeste de Macau (por exemplo, no Porto Interior e na Vila de Coloane), mas também infra-estruturas destinadas à prevenção de calamidades nos espaços costeiros, nas zonas verdes ou espaços públicos abertos, visando fornecer recursos paisagísticos artificiais, melhorar a qualidade do meio ambiente e elevar a capacidade de prevenção de inundações (marés).

Relativamente às instalações de salvamento e de acolhimento das vítimas: reforçam-se e melhoram-se o actual planeamento do sistema de salvamento e de acolhimento e sobretudo a distribuição dos centros de acolhimento, dos postos operacionais do Corpo de bombeiros e da Polícia, dos hospitais e de outras instalações. Planeia-se um sistema rodoviário de emergência, que sirva de caminhos de evacuação e de salvamento em caso da ocorrência de desastres. A fim de orientar a próxima fase do plano de pormenor, propõem-se as seguintes orientações para o planeamento dos pontos relevantes de operações de evacuação e salvamento e dos caminhos de salvamento e de evacuação:

Tipos de instalações	Orientações para o planeamento das instalações
Pontos relevantes de operações de evacuação e salvamento	● Escolher pontos de operações de evacuação e salvamento perto das vias rodoviárias e com acessos de entrada e saída de ligação às mesmas. ● Escolher um local de fácil acesso às instalações de abastecimento de águas e de electricidade, em caso de emergência, e com cobertura de redes de comunicação electrónica. ● Dar preferência ao local onde não ocorrem inundações em situações de *storm surge*. ● Dar preferência a locais que pertençam ao Governo ou aos serviços públicos. ● Escolher local com um número de moradores que atinja a dimensão económica prevista para instalação de ponto de operações de evacuação e salvamento. ● Não escolher locais altamente vulneráveis aos desastres mas sim afastado do perigo (lugar de depósito das matérias inflamáveis ou perigosas).
Caminhos de salvamento e de evacuação	● Escolher vias que dão acesso a outras zonas ou artérias viárias principais e ter em consideração a largura das vias, que facilitem as operações das unidades de salvamento e ao transporte de mantimentos para locais afectados pela calamidade. ● Ter como referência as análises sobre a probabilidade de ocorrência de catástrofes e ter principalmente em consideração as catástrofes, tais como desastres causados por ventos, inundações, terramotos e derrocada de taludes que afectam a circulação dos veículos nas vias. ● Quando se faz um planeamento, deve-se ter em conta a localização dos pontos de operações de evacuação e salvamento e as características geográficas do terreno, bem como os equipamentos viários. As vias rodoviárias devem estar dotadas de sistema de escoamento de águas de modo a evitar que as inundações impeçam o socorro e salvamento. ● As vias de evacuação devem ter cobertura de redes de comunicação electrónica e os serviços de comunicação electrónica necessários ao pessoal que presta assistência em situações de emergência. ● Deve-se planear, a longo prazo, diferentes níveis de caminhos de salvamento e evacuação.

Artigo 22.º Salvaguarda do património cultural

O «Centro Histórico de Macau» foi inscrito na Lista do Património Mundial pelo Comité do Património Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Com as suas ruas históricas, edifícios residenciais, religiosos e públicos de estilo chinês e português, o «Centro Histórico de Macau» oferece um testemunho único da convergência de influências orientais e ocidentais a nível estético, cultural, religioso, arquitectónico e tecnológico. Por conseguinte, deve-se proteger o excepcional valor universal do «Centro Histórico de Macau», a sua zona de protecção, os bens imoveis classificados e as diferentes heranças culturais, conservar o ambiente histórico e cultural singular da RAEM e promover a coexistência das culturas chinesa e ocidental, aproveitando bem tais vantagens para desenvolver os sectores cultural, turístico, etc., reforçar a função da RAEM como Centro Mundial de Turismo e Lazer e transformar RAEM em destino turístico culturalmente enriquecido e com o charme único que cidade oferece.

Para tal, o planeamento urbanístico e a salvaguarda do património cultural devem coordenar-se mutuamente, promovendo o desenvolvimento urbano enquanto se mantém a própria história e cultura única, e articulando com o Regulamento Administrativo n.º 4/2024 (Plano de Salvaguarda e Gestão do «Centro Histórico de Macau»), planear racionalmente e realizar estudos relacionados com o uso e aproveitamento dos solos com base na salvaguarda do património cultural, para garantir a compatibilidade entre ambos.

Tendo em conta que o «Centro Histórico de Macau» e as suas áreas circundantes são principalmente zonas habitacionais e principais atracções turísticas da RAEM, o Plano Director propõe não só proteger o «Centro Histórico de Macau», as respectivas zonas de protecção e os bens imóveis classificados, mas também optimizar o planeamento das instalações e equipamentos de apoio no «Centro Histórico de Macau» e suas imediações, de forma a atender às necessidades dos residentes e turistas. Paralelamente, o Plano Director propõe um controlo adequado da escala de desenvolvimento das suas áreas circundantes, evitando planear uma densidade populacional demasiado alta nas áreas com valores culturais.

Com o objectivo de obter um equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a protecção do património cultural e promover o desenvolvimento sustentável do «Centro Histórico de Macau», o Plano Director propõe o estabelecimento das limitações e restrições às construções localizadas nas proximidades do património cultural, reduzindo, simultaneamente, impactos causados pelo seu desenvolvimento urbano. Ao mesmo tempo, o Plano Director propõe melhorar a capacidade de suporte do «Centro Histórico de Macau» e das áreas circundantes, incentivar o aproveitamento e revitalização do património cultural e através da delimitação da Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira criar condições para permitir uma interligação dinâmica entre o «Centro Histórico de Macau» e as áreas circundantes.

Além disso, Macau possui árvores com idade superior a cem anos, espécies preciosas, formas peculiares, raras ou com significado histórico ou cultural especial, que de acordo com a Lei n.º 11/2013 (Lei de Salvaguarda do Património Cultural) são avaliadas, propostas e actualizadas no Inventário de Protecção de Árvores Centenárias e de Interesse Público pelo departamento competente. Considerando que as árvores centenárias e de interesse público possuem valor histórico, cultural, ecológico e paisagístico, etc., em fases posteriores de elaboração de planos de pormenor ou estudos específicos, deve-se articular activamente com a promoção dos trabalhos de conservação das árvores centenárias e de interesse público, preservando os recursos verdes de Macau e mantendo as características comunitárias.

Artigo 23.º Renovação urbana

Em 2024, a densidade populacional global de Macau era de cerca de 20.600 pessoas/km^2[vii], o que demonstra que Macau é uma das regiões com maior densidade populacional do mundo, e a distribuição populacional é desigual, estando a população actualmente concentrada principalmente na península de Macau, como na UOPG Norte - 2 (Tamagnini Barbosa, Areia Preta e Iao Hon), cuja densidade populacional é cerca de 5,8 vezes[vii] superior à densidade populacional global. A UOPG Coloane possui mais recursos naturais ou colinas, e a população é relativamente menor.

Dada a escassez de recursos de terrenos na RAEM, deve aproveitar a oportunidade da renovação urbana, no sentido de melhorar a distribuição geral dos espaços urbanos e a distribuição da utilização dos solos, melhorar a questão da falta de instalações sociais e de espaços públicos abertos, melhorar o ambiente pedonal, aperfeiçoar a acessibilidade dos sistemas de mobilidade suave e de transportes públicos, melhorar as instalações de prevenção, redução e salvamento em

caso de ocorrência de desastres, incentivar o aproveitamento misto de terrenos e o modelo de desenvolvimento orientado para os transportes públicos (TOD) e reforçar o desenvolvimento urbano multinuclear.

As UOPG da RAEM possuem circunstâncias e características diferentes, algumas delas necessitem de ser aperfeiçoadas, nomeadamente o ambiente de vida e as condições de habitabilidade enquanto outras detêm um forte ambiente histórico. A renovação urbana tem o princípio fundamental de aumentar a eficácia do aproveitamento de terrenos e de dar continuidade às características dos bairros comunitários. Deve-se ainda ter em conta as circunstâncias das zonas sujeitas à renovação urbana e das zonas envolventes, as características dos bairros, a finalidade dos solos, para que o projecto da renovação urbana seja compatível com a situação actual da sociedade. Para além disso, em conjugação com o planeamento urbanístico, melhorar-se-ão as vistas panorâmicas da cidade, e a qualidade de vida de modo a beneficiar a sociedade em geral.

Para a salvaguarda das paisagens representativas com valor histórico e cultural e das características dos arruamentos da RAEM, devem ser definidas as estratégias e directrizes do desenvolvimento aquando da implementação da renovação urbana, com o objectivo de preservar a atmosfera histórica e cultural, as singularidades do tecido urbano (pátios, becos, ruas e travessas), o estilo arquitectónico das construções (nomeadamente as características singulares, a autenticidade e integridade dos imóveis, a classificação das construções), etc..

Considerando que a renovação urbana é um trabalho que requer uma promoção contínua e a longo prazo, deve dar-se prioridade à realização da renovação urbana nas zonas que foram desenvolvidas há mais tempo e onde existem edificações mais antigas e com sobrelotação habitacional. Por exemplo, através da realização de estudos específicos por áreas ou estudos de planeamento de pequenas áreas, utilizando a comunidade como unidade, de modo a promover os trabalhos de renovação urbana que se adaptem às condições locais. Ao equilibrar a densidade populacional com a qualidade do ambiente de vida, incentiva-se a utilização mista dos solos e o modelo de desenvolvimento orientado para os transportes públicos, libertando a potencialidade dos solos, aumentando equipamentos de utilização colectiva e espaços abertos, etc., bem como melhorando o ambiente habitacional e as instalações complementares de transportes. Simultaneamente, deve proteger-se as paisagens importantes ou o património cultural da zona, preservando a atmosfera histórico-cultural e o tecido urbano.

Artigo 24.º Protecção ambiental

Promover o desenvolvimento urbano verde e de baixo teor de carbono de modo sustentável. O plano tem como objectivos principais a preservação ecológica, o planeamento ecológico e a construção ecológica, de modo a reduzir a poluição ambiental e a emissão de teor de carbono. Além disso, serão definidas medidas de protecção ambiental durante o desenvolvimento urbano, no sentido de estabelecer o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a protecção ambiental e transformar a RAEM numa cidade ecológica e com boas condições de habitabilidade.

O Plano Director propõe a interligação entre as colinas, a água, as terras húmidas e as zonas verdes ou espaços públicos abertos da RAEM, ligando os recursos verdes e azuis em rede, formando, de forma orgânica, um sistema de rede verde e azul (*vide* **Planta XII**), o qual inclui a Cintura Verde e Resiliente que fará a interligação entre os recursos naturais e as zonas de lazer de Coloane. Será construído um corredor marginal verde a Sul da península de Macau que interligará a UOPG Este - 2 (Zona A dos Novos Aterros Urbanos), nomeadamente os espaços verdes, o Reservatório, o Lago de Nam Van, o Lago Sai Van, etc., no sentido de permitir maior a acessibilidade e conectividade entre os espaços marginais, zonas verdes e de lazer, etc..

O Plano Director define, no âmbito da classificação dos solos e da finalidade dos solos, as zonas não urbanizáveis e as zonas de conservação ecológica que têm por objectivo proteger as colinas (colinas da Ilha de Coloane, Taipa Grande, Taipa Pequena, Colina da Barra, Colina da Penha, Colina da Ilha Verde, Colina da Guia e Colina de Mong Há), as águas (Reservatório de Macau, Reservatório de Seac Pai Van, Barragem de Ká-Hó, Barragem de Hac Sá, Lago de Sai Van e Lago de Nam Van) e as zonas húmidas (zona húmida do Alto de Coloane, zona húmida de água doce da Barragem de Ká-Hó, zona húmida das Casas-Museu da Taipa, Zonas Ecológicas I e II no Cotai[v]), no sentido de proteger as zonas dotadas de recursos naturais e com valor ecológico, de manter a biodiversidade da RAEM, atenuar os problemas ambientais causados pela urbanização, bem como assegurar a integridade das colinas, das zonas húmidas, do meio aquático e da orla costeira. Em simultâneo, no âmbito da finalidade dos solos, o Plano Director vai considerar que algumas zonas marginais,

praias, jardins, ciclovias existentes em algumas zonas de conservação ecológica como zonas verdes ou de espaços públicos abertos, com vista a aumentar a arborização geral da cidade e elevar a qualidade de vida da população.

Paralelamente, pretende-se construir nas zonas novas (como a UOPG Norte da Taipa - 1) uma zona de demonstração verde e de baixo teor de carbono no sentido de promover a vida ecológica. A Leste do Cotai pretende-se construir uma zona de exposição de círculo verde, de modo a alcançar o efeito de complementaridade, promover os conceitos de baixa emissão do teor de carbono e da reciclagem de recursos.

Artigo 25.º Sistema de vistas

O Plano Director propõe a salvaguarda dos corredores visuais e das paisagens representativas da RAEM, a construção de uma estrutura assente na relação «montanha, mar e cidade», o reforço das singularidades da paisagem urbana, a criação de novos pontos de entrada e horizontes da cidade e a protecção da integridade do «Centro Histórico de Macau», no sentido de atingir um equilíbrio entre a protecção e o desenvolvimento urbano e promover a sustentabilidade do desenvolvimento da sociedade.

Apresentam-se, agora, os 22 pontos estratégicos de vistas panorâmicas mais altas ou principais vistas panorâmicas com valor histórico e cultural, vistas específicas e corredores visuais (*vide* **Planta XIII**), nomeadamente:

1) Portas do Cerco e a Colina de Mong Há: o Forte de Mong Há era uma das mais importantes bases de defesa militar da RAEM, assim, mediante a interligação entre o "Haste de Lótus" e as Portas do Cerco, preservar-se-á esta importante memória histórica da RAEM.
2) Da Baía Norte do Patane até à Colina da Ilha Verde: reflectir as características da distribuição do espaço urbano dotado de «montanha, mar e cidade» e preservar o valor histórico e cultural da Colina da Ilha Verde.
3) Da Fortaleza do Monte até ao Jardim de Luís de Camões: constitui uma importante ligação visual entre os dois principais espaços verdes da cidade, a qual permite demonstrar a morfologia do espaço do «Centro Histórico de Macau» e a vista geral da paisagem urbana.
4) Do Largo da Companha de Jesus até às Ruínas do Colégio de S. Paulo: constitui uma visão abrangente da aparência geral dos monumentos classificados, nomeadamente a antiga Igreja da Madre de Deus, adro e escadaria, que conjugado com o conjunto classificado da zona envolvente resulta numa excelente atmosfera histórica.
5) Do Largo do Senado até ao edifício do Instituto para os Assuntos Municipais: reflecte a relação espacial entre os edifícios dos conselhos municipais e as praças do estilo tradicional europeu e o estilo neoclássico dos edifícios, apresentando plenamente as características urbanas da RAEM e a fusão entre as culturas chinesa e ocidental.
6) Vista panorâmica entre a Praça do Tap Seac e a Fortaleza e Farol da Guia: destacar as características urbanas da RAEM com a fusão entre as culturas chinesa e ocidental e as importantes ligações visuais entre o «Centro Histórico de Macau» e os principais espaços públicos da zona envolvente.
7) Vista panorâmica entre a Fortaleza do Monte e a Colina e Farol da Guia: constituem os dois pontos mais altos no Centro Histórico de Macau que permitem melhor compreender a disposição geral dos espaços do «Centro Histórico de Macau» e a ligação visual das mais importantes construções da cidade.
8) Da Fortaleza do Monte até ao Porto Interior: reflecte as características da distribuição do espaço urbano dotado de «montanha, mar e cidade» e a ligação visual entre o «Centro Histórico de Macau» e o canal do Porto Interior.
9) Da Fortaleza e Farol da Guia até ao Porto Exterior: constitui uma importante vista paisagística virada para o mar do Porto Exterior e reflecte a ligação visual entre o «Centro Histórico de Macau» e o mar.
10) Do Miradouro da Colina da Penha até ao Porto Interior: reflecte as características da distribuição do espaço urbano dotado de «montanha, mar e cidade» e a ligação visual entre o «Centro Histórico de Macau» e o canal do Porto Interior.
11) Do Templo de A-Má até ao canal do Porto Interior: reflecte as crenças e costumes relacionados com a deusa A-Má, as características religiosas populares da RAEM e a ligação visual entre o «Centro Histórico de Macau» e o canal do Porto Interior.
12) Da Capela de Nossa Senhora da Penha para a zona Sudeste virada para o mar: reflecte as características da

distribuição do espaço urbano dotado de «montanha, mar e cidade» do «Centro Histórico de Macau».

13) Da Fortaleza de São Tiago da Barra até ao Canal de Shizimen: é um importante miradouro com vista na direcção do Canal de Shizimen e reflecte a ligação visual entre o «Centro Histórico de Macau» e o canal do Porto Interior.

14) Torre de Macau: permite uma visão ampla da disposição do espaço urbano dotado de «montanha, mar e cidade».

15) Da zona marginal junto ao Museu de Ciências de Macau até à Taipa: o Centro de Ciências é instalação cultural de relevo situado no quadrante Sul da península de Macau e reflecte uma ligação visual entre o espaço costeiro e a Taipa Grande.

16) Da zona artificial prevista na Zona A dos Novos Aterros Urbanos até à Taipa: reflecte uma ligação visual entre as instalações culturais e o espaço costeiro no quadrante Sul da Zona A dos Novos Aterros Urbanos e a Taipa Grande.

17) Da zona costeira da Zona C dos Novos Aterros Urbanos até ao Lago Nam Van: reflecte as características da disposição do espaço urbano dotado de «montanha, mar e cidade» do «Centro Histórico de Macau» (zona da Penha, Lago de Nam Van e áreas marítimas e construções na UOPG Zona do Porto Exterior - 2) através da vista panorâmica da Zona C a Sul da península de Macau.

18) Da zona costeira da Zona E1 dos Novos Aterros Urbanos até à Zona A dos Novos Aterros Urbanos: a Zona A é dotada de uma paisagem urbana virada, em simultâneo, para as instalações culturais da Sul da Zona A e para a paisagem da zona de administração de Macau na Ilha Fronteiriça Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

19) Do Miradouro da Taipa Pequena até ao lado Norte: constitui uma ligação visual entre o percurso da Taipa Pequena ao longo da Ponte Governador Nobre de Carvalho e a península de Macau.

20) Nordeste da Taipa Grande: abrange uma paisagem virada para a Zona A dos Novos Aterros Urbanos e a Ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau.

21) Da Taipa Grande até à zona dos aterros do Cotai: constitui uma paisagem entre a Taipa Grande e a zona turística e de diversões do Cotai.

22) Estátua da Deusa A-Má: vista paisagística virada para as praias e colinas de Coloane, de modo a reflectir a integração harmoniosa entre a natureza e a cidade.

Em locais adequados, construir edifícios grandes, emblemáticos e que elevem o nível da cidade, para moldar a imagem de entrada e a linha de horizonte única de Macau, especialmente: zona comercial da UOPG Este - 3, zona de equipamentos de utilização colectiva no extremo Sul da UOPG Este - 2, zona de equipamentos de utilização colectiva e zona comercial da UOPG Zona do Porto Exterior - 2, zona de equipamentos de utilização colectiva da UOPG Norte da Taipa - 1, zona comercial da UOPG Norte da Taipa - 2, e zona comercial e zona de infra-estruturas públicas da UOPG Pac On. As orientações de desenho urbano para cada UOPG são detalhadas no Capítulo VII.

Artigo 26.º Sistema de transportes

Implementar e promover políticas de transportes verdes e centradas nas pessoas, construir um sistema de transportes integrado que combine o sistema de mobilidade suave, a rede rodoviária, e meios de transporte público como o metro ligeiro e os autocarros públicos, incentivando a deslocação através de transportes públicos e do sistema de mobilidade suave, reduzindo a utilização de veículos particulares, aperfeiçoar a construção das "três redes", nomeadamente rodoviária terrestre, de transporte por carril e pedonal para reforçar a mobilidade das deslocações (*vide* **Planta XIV**).

Transportes externos: Macau possui actualmente vários pontos de transporte externo, incluindo o Aeroporto Internacional de Macau, o Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior, o Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Interior, o Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, o Posto Fronteiriço Qingmao, o Posto Fronteiriço Hengqin e o posto fronteiriço do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau, entre outros. Para promover a integração regional e o desenvolvimento económico global, e articulando com o aprofundamento da interligação Macau-Hengqin, reforçar a conexão de infra-estruturas, promover conjuntamente o desenvolvimento integrado entre os dois lados, elevar a funcionalidade dos postos fronteiriços, promover o transporte de passageiros e mercadorias para o exterior, e considerando o número de entradas e saídas, é necessário continuar a optimizar os transportes nas zonas dos postos fronteiriços e

aperfeiçoar a articulação das redes de transportes transfronteiriços, especialmente reforçar a articulação com as redes de transporte ferroviário de Zhuhai e da Zona de Cooperação, e realizar uma ligação perfeita entre os transportes internos e externos da cidade, ao mesmo tempo reservar terrenos nos postos fronteiriços para desenvolvimento orientado para os transportes públicos, aumentando o potencial de desenvolvimento integrado.

Rede de metro ligeiro e rede rodoviária: ao nível do Plano Director, considera-se principalmente o sistema de transportes entre zonas, através de uma rede de metro ligeiro e rodoviária, para ligar as diversas zonas de Macau, distribuir o tráfego entre zonas e dentro das zonas, reduzindo a pressão do tráfego dentro das zonas. O sistema de transportes entre zonas, dependendo da viabilidade das obras, pode ser o metro ligeiro ou vias rodoviárias, e estudar o aumento das ligações entre a península de Macau e as ilhas. A delimitação de vias secundárias de menor escala e vias dentro das zonas será determinada na fase de estudos específicos ou planos de pormenor, para articular com a situação de desenvolvimento de cada UOPG.

No que respeita à rede de metro ligeiro:

1) Articular com os objectivos nacionais de "duplo carbono", optimizar a articulação entre o metro ligeiro e a rede rodoviária, aumentar a eficiência dos transportes públicos.
2) Reforçar a ligação do metro ligeiro com postos fronteiriços, aeroporto, terminais marítimos e áreas residenciais importantes, entre outros centros modais, aumentar a eficiência de transferência transfronteiriça e local, promover o fluxo de pessoas e o desenvolvimento industrial.
3) Através da expansão gradual da rede de metro ligeiro, aumentar a proporção de deslocações verdes, a construção tridimensional aumenta a resiliência do sistema de transportes.

No que respeita à rede rodoviária:

1) Implementar a classificação das vias no sentido de elevar a eficiência da rede rodoviária da RAEM.
2) Criar uma rede das vias inter-regionais que liga a península de Macau com as ilhas, com vias rápidas, de grande circulação rodoviária e de longa distância, sem ligação excessiva às vias dentro da zona.
3) Criar uma rede das vias principais que interliga as zonas da RAEM e que constitui uma ponte de interligação importante entre as vias inter-regionais e as vias de ligação entre as diversas zonas.

Instalações de transportes públicos: aperfeiçoar a cobertura da rede de autocarros, melhorar a qualidade dos serviços de transportes públicos, para aumentar a taxa de utilização dos transportes públicos, e articulando com estudos específicos e construção das principais instalações de transportes (incluindo centros modais de transportes) como a rede de metro ligeiro e o sistema de mobilidade suave, promover modos de deslocação verdes e centrados nas pessoas, reduzindo a utilização de veículos particulares para deslocações.

1) Reservar espaços nos centros modais de transportes públicos de grande dimensão para o desenvolvimento orientado para os transportes públicos (TOD) com finalidades comerciais e habitacionais, no sentido de incentivar os moradores a utilizarem os transportes públicos e o sistema de mobilidade suave.
2) Assegurar a circulação de transportes públicos, por exemplo promover as medidas do estacionamento fora das vias públicas, aumentar o direito de passagem dos transportes públicos.

Instalações do sistema de mobilidade suave: optimizar as instalações e planeamento do sistema de mobilidade suave, e considerar em conjunto com os sistemas de transporte público como o metro ligeiro e os autocarros públicos. Simultaneamente, aperfeiçoar o sistema de mobilidade suave e promover a deslocação sem barreiras, como planear a construção de vias pedonais auxiliares com elevadores, escadas rolantes, etc., em áreas com grande diferença de altitude topográfica, e instalar infra-estruturas pedonais elevadas ao longo de vias entre zonas e principais, articulando com a estrutura dos terrenos de ambos os lados; expandir novos percursos, criar um ambiente de mobilidade suave de qualidade, para incentivar a deslocação verde.

1) Criar redes de mobilidade suave em coordenação com as estações do metro ligeiro e melhorar a interligação do sistema de mobilidade suave nas áreas comerciais localizadas nas zonas envolventes.
2) Melhorar o ambiente e os acessos pedonais através de estudos temáticos e apresentar propostas para o melhoramento do ambiente pedonal nas zonas de grande circulação pedonal e rodoviária.

Instalações de estacionamento: melhorar as instalações de estacionamento por forma criar um sistema contínuo de estacionamento e, através de medidas diversificadas e melhorar as instalações de estacionamento nas zonas com grande falta de estacionamento.

1) Mediante o plano de tráfego a médio prazo, responder às necessidades de lugares de estacionamento, melhorar o recurso de estacionamento por formas diferentes, por exemplo a construção de auto-silos públicos subterrâneos nas zonas verdes, a abertura ao público dos auto-silos privados, a criação de lugares de estacionamento nocturno ou diurno, etc.
2) Mediante o plano de tráfego a longo prazo, criar condições de emprego para os moradores da zonas, em conformidade com o plano do desenvolvimento de terrenos, promover o equilíbrio entre as funções profissional e residencial, no sentido de reduzir a pressão no trânsito e necessidade de lugares de estacionamento. Além disso, deve-se aumentar a taxa de utilização dos lugares de estacionamento.

Artigo 27.º Utilização das áreas marítimas

RAEM é rodeada pelo mar em três lados, possuindo ricos recursos de linha costeira e área marítima: de acordo com o Decreto do Conselho de Estado da República Popular da China n.º 665, o Governo Central decidiu clarificar a área marítima da Região Administrativa Especial de Macau como 85 quilómetros quadrados; de acordo com os dados de comprimento da linha costeira publicados em 2025, a linha costeira de Macau atinge 79,5 quilómetros. No âmbito da Lei n.º 7/2018 (Lei de Bases de Gestão das Áreas Marítimas), utilizar efectivamente os recursos marítimos, expandir o espaço e optimizar a capacidade existente para responder ao crescimento populacional e transformações socioeconómicas, auxiliar na promoção da economia marítima de Macau e da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, e criar condições para o turismo regional de ilhas e rotas diversificadas de passeios marítimos.

Sem comprometer o ambiente marítimo (a sua linha costeira natural, a funcionalidade do mar e a ecologia marinha) nem a integridade das terras húmidas existentes (por exemplo, a Zona Ecológica II no Cotai), através do ordenamento da linha costeira e de construção de aterros na zona costeira, e tendo em consideração a segurança global de escoamento de inundações e marés, a segurança do meio ecológico aquático, a rota do canal de navegação e a profundidade da água respeitantes aos locais para deposição do material dragado, no intuito de expandir o espaço dos solos da RAEM, aperfeiçoar o aproveitamento da linha costeira para que constitua um espaço à beira-mar com alta acessibilidade, concretizando assim a ideia de prevenção, redução e salvamento em caso de ocorrência de desastres e melhorando o meio aquático costeiro, a fim de aumentar a capacidade de resiliência urbana. Para o efeito, o Plano Director propõe o seguinte:

1) Através do plano de aterro, aumentar a área de terrenos do Aeroporto Internacional de Macau, reforçar a capacidade de transporte aéreo e a competitividade de Macau na rede internacional de logística aérea, elevar a imagem de entrada internacional.
2) Planear, respectivamente, no Porto Interior e no lado Oeste de Coloane, aterros moderados junto à costa, construir uma linha costeira paisagística ribeirinha com funções de prevenção, redução e salvamento de desastres, melhorar o ambiente aquático costeiro, e desenvolver sinergicamente com os terrenos circundantes, impulsionando a economia marítima.
3) Optimizar o sistema de mobilidade suave ao longo da linha costeira natural entre a ponte-cais de Coloane e o Farol da Ponta de Ká-Hó, interligando os recursos naturais, nomeadamente a Praia de Hac Sá e a Praia de Cheoc Van, de modo a promover o turismo ecológico e cultural costeiro.

Em articulação com os relatórios de estudo sobre a "Estratégia de Desenvolvimento Urbano da RAEM (2016-2030)" e o aproveitamento da área marítima, considerar, a longo prazo, o aumento de novos espaços de desenvolvimento urbano e da reserva de terrenos, mediante o plano de construção de aterros na zona costeira e na área marítima, de modo a responder às necessidades de terrenos devido ao aumento populacional e às transformações socioeconómicas no futuro.

Capítulo VII Directivas para as UOPG

Artigo 28.º UOPG Norte - 1

A UOPG Norte - 1 abrange as zonas estatísticas da Ilha Verde, do Fai Chi Kei e da Doca de Lamau, tem actualmente uma área de cerca de 0,97 quilómetros quadrados[iii] e uma população de cerca de 84.800 pessoas[vii]. A finalidade dos solos é sobretudo habitacional. O Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau e o respectivo posto fronteiriço estão localizados nesta UOPG. Os recursos naturais da UOPG Norte - 1 incluem a Colina da Ilha Verde, de valor histórico e cultural, e a orla costeira ao longo do Canal dos Patos, da Bacia Norte e da Bacia Sul do Patane.

No futuro, a área de terrenos da UOPG Norte - 1 permanecerá inalterada. A finalidade predominante dos solos é zona habitacional7[ix]. Com o desenvolvimento da zona habitacional da Ilha Verde, prevê-se um aumento da população. O Plano Director propõe o desenvolvimento activo desta UOPG para se tornar num centro modal de cooperação regional, na Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens e numa comunidade habitacional agradável, assim como para reforçar a ligação entre Zhuhai e Macau através do Posto Fronteiriço do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau, no sentido de incentivar a modernização industrial e promover o desenvolvimento sustentável do parque industrial transfronteiriço. Além disso, em articulação com a implementação da zona habitacional da Ilha Verde, serão removidas gradualmente as actividades industriais que se encontram dispersas nas imediações da Colina da Ilha Verde, promovendo progressivamente a construção de instalações recreativas e desportivas de grande dimensão e das respectivas instalações complementares no terreno onde se encontra o Antigo Canídromo da Companhia de Corrida de Galgos (Yat Yuen) e reforçando também a protecção da Colina da Ilha Verde e o aproveitamento dos recursos da orla costeira, a fim de melhorar a qualidade de vida nesta UOPG.

As directivas do planeamento urbano da UOPG Norte - 1 são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas da servidão aeronáutica previstas na Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010.
2) A Colina da Ilha Verde constitui uma zona não urbanizável e, em situações normais, não poderá ser urbanizada.
3) Uma vez que esta UOPG abrange os bens imóveis classificados como patrimónios culturais, os projectos de planeamento urbanístico dos respectivos terrenos e dos terrenos adjacentes ficam sujeitos à coordenação com o Instituto Cultural.
4) Fixação de uma distância ou zona de protecção adequada entre o Parque Industrial Transfronteiriço e os terrenos adjacentes destinados a habitação.
5) Os novos empreendimentos devem ter em conta a protecção da paisagem da Colina da Ilha Verde, nomeadamente a paisagem desde a Avenida do Conselheiro Borja até à Colina da Ilha Verde, a fim de manter a ligação paisagística entre a Colina da Ilha Verde e a zona circundante.
6) A cota altimétrica mais elevada das construções é a estabelecida na zona envolvente da Colina da Ilha Verde, a Norte, e vai decrescendo para Sul, cujo recorte dos edifícios assume a forma de anfiteatro. Manter o corredor visual desde a Bacia Norte do Patane à Colina da Ilha Verde.
7) Optimizar o ambiente pedonal desta UOPG e reforçar a acessibilidade aos locais onde se realizam actividades comunitárias (como o Antigo Canídromo da Companhia de Corrida de Galgos (Yat Yuen) e a Colina da Ilha Verde).
8) Aproveitar a orla costeira para a criação de um corredor marginal agradável a fim de aumentar os espaços públicos abertos e reforçar a conectividade entre os bairros comunitários e a zona costeira.
9) Melhorar o sistema de mobilidade suave e o sistema de transporte público, ajustar e direccionar a utilização dos veículos privados, promover a transformação da estrutura de transporte.

Artigo 29.º UOPG Norte - 2

A UOPG Norte - 2 abrange as zonas estatísticas da Tamagnini Barbosa, da Areia Preta e do Iao Hon, bem como as áreas terrestre e marítima relevantes do lado Sudeste do Posto Fronteiriço de Gongbei de Zhuhai da Província de

Guangdong[ii], tem actualmente uma área de cerca de 0,87 quilómetros quadrados[iii] e uma população de cerca de 104.400 pessoas[vii]. A finalidade dos solos é sobretudo habitacional. O Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e o Posto Fronteiriço Qingmao localizados nesta UOPG; o Parque Municipal Dr. Sun Yat Sen situado nesta UOPG é um bem imóvel classificado, sendo também as principais instalações de arborização desta UOPG.

No futuro, a área de terrenos da UOPG Norte - 2 permanecerá basicamente inalterada. A finalidade predominante dos solos é zona habitacional[ix]. Mediante a renovação urbana e o desenvolvimento das zonas habitacionais das restantes UOPG, poder-se-á ajudar a criar as condições necessárias para aliviar a densidade populacional e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. O Plano Director propõe o desenvolvimento activo desta UOPG para se tornar num centro modal de cooperação regional, num núcleo de desenvolvimento de indústrias diversificadas e na Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens. Em articulação com a construção da Linha Leste do Metro Ligeiro, será criado um novo núcleo de comércio com base no modelo de desenvolvimento orientado para os transportes públicos, a fim de aproveitar as vantagens económicas dos postos fronteiriços, reforçar as ligações regionais e aumentar o potencial de desenvolvimento global. Além disso, visto que algumas zonas desta UOPG foram desenvolvidas há muito tempo e onde existem edifícios muito antigos e com uma grande sobrelotação habitacional, bem como os espaços verdes e de lazer são escassos, no futuro, através da renovação urbana será feito o aproveitamento e a distribuição dos terrenos, efectuar-se-á um novo planeamento das habitações, do comércio, dos equipamentos de utilização colectiva, dos espaços públicos abertos, entre outros, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. As directivas do planeamento urbano da UOPG Norte - 2 são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas da servidão aeronáutica previstas na Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010.
2) Uma vez que esta UOPG abrange os bens imóveis classificados como patrimónios culturais, os projectos de planeamento urbanístico dos respectivos terrenos e dos terrenos adjacentes ficam sujeitos à coordenação com o Instituto Cultural.
3) Para salvaguardar o corredor visual entre as Portas do Cerco e a Colina de Mong Há, a cota altimétrica das novas construções deve ser baixa ou com um recuo adequado das construções para não obstruir o corredor visual entre elas. Optimizar o ambiente pedonal entre o Norte e o Sul desta UOPG.
4) O recorte dos novos empreendimentos assume a forma de anfiteatro, sendo que a cota altimétrica vai diminuindo gradualmente de Norte (Portas do Cerco) para Sul (Colina de Mong Há).
5) Reforçar a ligação entre os locais de actividades comunitárias da UOPG Norte - 1 (como o Antigo Canídromo da Companhia de Corrida de Galgos (Yat Yuen) e a Colina da Ilha Verde) e a acessibilidade aos locais comunitários (como o Parque Municipal Dr. Sun Yat Sen).
6) Em articulação com a renovação urbana no futuro e tendo em conta a densidade populacional e a qualidade do ambiente de vida, mediante o aproveitamento e a distribuição de terrenos, melhorar-se-á o ambiente habitacional e pedonal, aumentar-se-á a oferta de lugares de estacionamento, os equipamentos de utilização colectiva e os espaços públicos abertos.

Artigo 30.º UOPG Este - 1

A UOPG Este - 1 abrange as zonas estatísticas dos NATAP, de Mong Há e do Reservatório, tem actualmente uma área de cerca de 1,67 quilómetros quadrados[iii] e uma população de cerca de 99.500 pessoas[vii]. A finalidade dos solos é sobretudo habitacional. Nas imediações da Avenida de Venceslau de Morais, existem agora terrenos destinados ao uso industrial. Os recursos naturais da UOPG Este - 1 incluem a Montanha Russa, o Reservatório de Macau e a Colina de Mong Há, de valor histórico e cultural.

No futuro, a área de terrenos da UOPG Este - 1 permanecerá basicamente inalterada. As finalidades predominantes dos solos são zona habitacional e zona de conservação ecológica[ix]. Com os projectos habitacionais desenvolvidos nos últimos anos, prevê-se um aumento da população. O Plano Director propõe o desenvolvimento desta UOPG para se tornar num núcleo de desenvolvimento de indústrias diversificadas. Em articulação com o desenvolvimento urbano, planeia-se transformar, de forma gradual, a zona industrial da Avenida de Venceslau de Morais em zona para fins não industriais, a fim de aumentar o valor económico dos terrenos e das indústrias desta UOPG, aliviar gradualmente os problemas de compatibilidade causados pela proximidade de terrenos destinados ao uso industrial e habitacional, optimizar o ambiente

da comunidade e promover o desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, devido à proximidade desta UOPG e da UOPG Este - 2 (Zona A dos Novos Aterros Urbanos), deve haver uma harmonia com o planeamento dos novos aterros Urbanos para promover o desenvolvimento conjunto e a complementaridade entre as duas UOPG e configurar uma paisagem que combina elementos urbanos novos e antigos. Simultaneamente, em combinação com as novas zonas verdes ou de espaços públicos da UOPG Este - 2 e com os meios aquáticos urbanos do reservatório existente, optimizar-se-á o ambiente comunitário, por forma a construir na península de Macau um espaço de lazer integrado com águas e zonas verdes.

As directivas do planeamento urbano da UOPG Este - 1 são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas da servidão aeronáutica previstas na Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010, ao cumprimento das cotas altimétricas máximas permitidas nas imediações do Farol da Guia, previstas no Despacho do Chefe do Executivo n.º 83/2008 e ao cumprimento do Decreto-Lei n.º 53/87/M (Constituição de Servidão Radioeléctrica), de 13 de Julho.
2) Uma vez que esta UOPG abrange os bens imóveis classificados como patrimónios culturais, os projectos de planeamento urbanístico dos respectivos terrenos e dos terrenos adjacentes ficam sujeitos à coordenação com o Instituto Cultural.
3) O Reservatório e a Colina de Mong Há constituem zonas não urbanizáveis e, em situações normais, não poderão ser urbanizadas.
4) Manter o recorte dos edifícios em forma de anfiteatro e permitir o relaxamento adequado da restrição da cota altimétrica dos edifícios da zona comercial junto da Avenida de Venceslau de Morais, criando uma panorâmica singular e sítio icónico na nova zona comercial desta UOPG, por forma a promover uma transformação e a sua revitalização.
5) Ter em consideração a ligação visual entre as Portas do Cerco e a Colina de Mong Há.
6) Transformar a zona industrial da Avenida de Venceslau de Morais em zona comercial, por forma a promover a revitalização desta UOPG e constituir uma paisagem urbana diversificada com a zona habitacional, promovendo o equilíbrio entre as funções profissional e residencial.
7) Reforçar a acessibilidade à zona marginal e ao Reservatório e optimizar o sistema de mobilidade suave que liga a parte Norte desta UOPG às Portas do Cerco.
8) Reforçar a conectividade com a UOPG Este - 2 (especialmente quanto aosequipamentos de utilização colectiva e às zonas verdes ou de espaços públicos abertos), por forma a promover a interligação entre as novas zonas urbanas e as zonas existentes e a utilização e partilha conjunta dos referidos equipamentos.
9) Preservar o tecido urbano em grelha desta UOPG.

Artigo 31.º UOPG Este - 2

A UOPG Este - 2 é Zona A dos Novos Aterros Urbanos, uma comunidade em construção, tem actualmente uma área de cerca de 1,38 quilómetros quadrados[iii].

No futuro, a área de terrenos da UOPG Este - 2 permanecerá inalterada. As finalidades predominantes dos solos são zona habitacional e zona verde ou de espaços públicos abertos[ix]. Prevê-se que a população aumente com o desenvolvimento desta Zona no futuro. O Plano Director propõe o desenvolvimento desta UOPG para criar a imagem de entrada oriental da RAEM e se tornar numa comunidade habitacional agradável e na Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira. Planeia-se a construção de instalações culturais de nível urbano no lado Sul desta UOPG, em conjugação com o corredor verde costeiro, parques e outros espaços públicos verdes, no intuito de criar um novo ponto de entrada costeiro da cidade. Esta UOPG, em articulação com o sistema do metro ligeiro, impulsionar-se-á o desenvolvimento comercial da comunidade através do modelo de desenvolvimento orientado para os transportes públicos, criando assim um número adequado de oportunidades de emprego, de modo a promover o equilíbrio entre as funções profissional e residencial em harmonia com as zonas comerciais envolventes. Simultaneamente, através do fornecimento de infra-estruturas completas para a vida das pessoas, do apoio ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas e da construção

de instalações recreativas e desportivas de grande dimensão, alcançar-se-á a reciprocidade e complementaridade entre esta UOPG e as zonas urbanas existentes, constituindo-se assim uma nova comunidade habitacional agradável.

As directivas do planeamento urbano da UOPG Este - 2 são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas relativas à servidão aeronáutica prevista na Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010.
2) Criar uma panorâmica urbana singular com edifícios cuja cota altimétrica assume de forma de anfiteatro e melhorar a imagem de entrada oriental da RAEM. Haver uma articulação com os novos sítios icónicos do lado Sul da Zona A dos Novos Aterros Urbanos e com o corredor visual em direcção à Taipa, no sentido de assegurar a vista longínqua da panorâmica urbana da Taipa e da Ponte da Amizade até à Taipa Grande. A distribuição das construções será ponderada e definida a nível macro.
3) A parte Nordeste é, principalmente, destinada à zona habitacional e a parte Oeste é destinada à zona de equipamentos de utilização colectiva (como o bairro escolar e instalações desportivas de grande dimensão), deste modo, propõe-se que a parte Sul seja uma zona destinada à promoção de indústrias diversificadas e à construção de instalações culturais urbanas icónicas e que seja interligada com os diversos bairros através de corredores marginais verdes e de um corredor central verde, criando-se uma zona habitacional ecológica e agradável.
4) Incentivar o modelo de desenvolvimento orientado para os transportes públicos e propor que a zona envolvente da Estação da Linha Leste do Metro Ligeiro tenha um desenvolvimento de maior densidade.
5) Destacar a imagem de ponto de entrada da cidade , através de principais características paisagísticas tais como espaços ribeirinhos de alta qualidade, ruas e ruelas de pequena escala com carácter distintivo e edifícios públicos emblemáticos.
6) Optimizar a ligação com a UOPG Este - 1, por forma a promover a interligação entre as novas zonas urbanas e as zonas existentes e a utilização e partilha conjunta dos equipamentos de utilização colectiva.
7) Coordenar, de forma mútua, os horizontes da cidade entre a UOPG Este - 2 e o lado Sul da UOPG Este - 3, com vista a criar em conjunto a imagem de entrada oriental da RAEM.

Artigo 32.º UOPG Este - 3

A UOPG Este - 3 tem actualmente uma área de cerca de 0,85 quilómetros quadrados[iii], é destinada principalmente à Zona de Administração de Macau na Ilha Fronteiriça Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e não existem ainda quaisquer habitantes. A finalidade dos solos é sobretudo para as infra-estruturas públicas. O Edifício do Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau é localizado no lado Norte desta UOPG. Os solos do lado Leste e Sul serão desenvolvidos de forma ordenada.

No futuro, a área de terrenos da UOPG Este - 3 permanecerá basicamente inalterada. A finalidade predominante dos solos ainda é zona de infra-estruturas públicas[ix], mantendo-se sem população planeada. O Plano Director propõe o desenvolvimento desta UOPG para se tornar numa entrada oriental da RAEM e na Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira, através da interligação entre esta UOPG e a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, a fim de promover a cooperação e o desenvolvimento regional, desempenhando assim a função de "ponta de lança da economia" da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. Planeia-se que a parte Sul desta UOPG se destine às finalidades de convenções e exposições com as respectivas instalações complementares, criando assim a imagem de entrada oriental da RAEM. No lado Leste desta UOPG, está prevista também a construção de infra-estruturas públicas importantes que sirvam toda a população de Macau, incluindo a estação de tratamento de águas residuais (ETAR), o depósito provisório de combustíveis, as instalações logísticas, entre outras, a fim de haver no futuro uma articulação com o desenvolvimento urbano, alargar o âmbito da prestação de serviços de infra-estruturas e elevar a sua eficácia.

As directivas do planeamento urbano da UOPG Este - 3 são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas relativas à servidão aeronáutica prevista na Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010.
2) Os terrenos da parte Sul desta UOPG destinam-se às finalidades de convenções e exposições com as respectivas

instalações complementares. Ter em consideração a paisagem desta UOPG, a vista a partir do mar, da Taipa Grande e da Zona E1 dos Novos Aterros Urbanos. Os projectos de arquitectura devem estar em harmonia com as instalações existentes na Zona de Administração de Macau. Está prevista a construção de edifícios com características singulares para elevar a imagem de entrada oriental.

3) Os terrenos do lado Leste, serão instaladas uma ETAR, em coordenação com o projecto de actualização da ETAR existente localizada na UOPG Este - 1, por forma a responder, a longo prazo, às necessidades relativas ao tratamento das águas residuais da península de Macau. Para assegurar a imagem do ponto de entrada da cidade desta UOPG, sugere-se que o projecto arquitectónico da ETAR esteja em harmonia com as instalações envolventes destinadas a convenções e exposições.

4) Coordenar, de forma mútua, os horizontes da cidade entre a UOPG Este - 2 e o lado Sul da UOPG Este - 3, com vista a criar em conjunto a imagem de entrada oriental da RAEM.

Artigo 33.º UOPG Central - 1, UOPG Central - 2 e UOPG Central - 3

UOPG Central - 1

A UOPG Central - 1 abrange as zonas estatísticas da Ferreira do Amaral (Guia), da Horta e Costa e do Ouvidor Arriaga, do San Kiu (Barca) e do Conselheiro Ferreira de Almeida, tem actualmente uma área de cerca de 1,19 quilómetros quadrados[iii] e uma população de cerca de 104.300 pessoas[vii]. A finalidade dos solos é sobretudo habitacional. Os recursos naturais da UOPG Central - 1 incluem a Colina da Guia e o Jardim de Lou Lim Ioc, de valor histórico e cultural. Algumas partes dos terrenos desta UOPG localizam-se na zona central e na zona de protecção do «Centro Histórico de Macau», onde existem também vários bens imóveis classificados. Algumas partes das zonas habitacionais foram desenvolvidas há muito tempo e com uma grande sobrelotação habitacional.

No futuro, a área de terrenos da UOPG Central - 1 permanecerá inalterada. A finalidade predominante dos solos é zona habitacional[ix]. Mediante a renovação urbana e o desenvolvimento das zonas habitacionais das restantes UOPG, poder-se-á ajudar a criar as condições necessárias para aliviar a densidade populacional e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. O Plano Director propõe o desenvolvimento activo desta UOPG para se tornar numa comunidade habitacional agradável. Tendo em conta a densidade populacional e a qualidade do ambiente de vida, com base nos princípios fundamentais da melhoria da eficácia do aproveitamento dos terrenos e da preservação das características de comunidade, através da renovação urbana incentivar-se-á o aproveitamento misto dos terrenos e aumentar-se-ão os equipamentos de utilização colectiva e os espaços públicos abertos, a fim de elevar a qualidade de vida da população. Ao mesmo tempo, planeia-se articular activamente com o Regulamento Administrativo n.º 4/2024 "Plano de Salvaguarda e Gestão do «Centro Histórico de Macau»", preservar as características tradicionais e singulares do tecido urbano dos bairros actuais, proteger os corredores visuais importantes, alcançando-se um equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a preservação. As directivas do planeamento urbano da UOPG Central - 1 são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas da servidão aeronáutica previstas na Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010, ao cumprimento das cotas altimétricas máximas permitidas nas imediações do Farol da Guia, previstas no Despacho do Chefe do Executivo n.º 83/2008, ao cumprimento do Decreto-Lei n.º 53/87/M (Constituição de Servidão Radioeléctrica) e de 13 de Julho e ao cumprimento do Regulamento Administrativo n.º 4/2024 "Plano de Salvaguarda e Gestão do «Centro Histórico de Macau»".

2) A cota altimétrica dos novos empreendimentos deve ser baixa e assumir a forma de anfiteatro, cuja cota mais elevada é a Nordeste e vai decrescendo para Sudeste.

3) A Colina da Guia constitui uma zona não urbanizável e, em situações normais, não poderá ser urbanizada.

4) Uma vez que esta UOPG abrange o «Centro Histórico de Macau» e outros bens imóveis classificados como patrimónios culturais, os projectos de planeamento urbanístico dos respectivos terrenos e dos terrenos adjacentes ficam sujeitos à coordenação com o Instituto Cultural.

5) Ter em consideração a preservação do corredor visual que reflecte e protege a paisagem do «Centro Histórico de Macau», nomeadamente a paisagem entre a Fortaleza do Monte e o Jardim de Luís de Camões, a paisagem recíproca entre a Praça de Tap Seac e a Fortaleza e o Farol da Guia, a paisagem recíproca entre a Fortaleza do

Monte e a Colina da Guia e a paisagem da Fortaleza e do Farol da Guia em direcção ao Porto Exterior.

6) Preservar as características tradicionais e singulares do tecido urbano dos bairros antigos, nomeadamente dos pátios, dos becos, das ruas, das travessas e dos quarteirões de pequena dimensão.

7) Criar e melhorar de forma contínua o sistema de mobilidade suave que liga os pontos turísticos e culturais, as zonas verdes ou de espaços públicos abertos. Reforçar a acessibilidade aos locais onde se realizam actividades comunitárias. Racionalizar o uso das zonas verdes ou de espaços públicos abertos, por forma a assegurar o corredor visual do «Centro Histórico de Macau».

8) No futuro, em articulação com a renovação urbana e tendo em conta a densidade populacional e a qualidade do ambiente de vida, melhorar-se-á o ambiente habitacional e a oferta de lugares de estacionamento, aumentar-se-ão os espaços públicos abertos.

UOPG Central - 2

A UOPG Central - 2 abrange as zonas estatísticas da Baixa de Macau, da zona de Patane e de S. Paulo, tem actualmente uma área de cerca de 0,91 quilómetros quadrados[iii] e uma população de cerca de 53.100 pessoas[vii]. A finalidade dos solos é sobretudo habitacional. A UOPG Central - 2 é rica em recursos naturais de valor histórico e cultural, incluindo as Ruínas de São Paulo, a Fortaleza do Monte, o Largo do Senado e o Jardim de Luís de Camões. Algumas partes significativas desta UOPG localizam-se na zona central e na zona de protecção do «Centro Histórico de Macau» e existem também vários bens imóveis classificados. Actualmente, a UOPG Central - 2 é o centro modal de comércio tradicional da RAEM e é uma zona de alta concentração de turistas.

No futuro, a área de terrenos da UOPG Central - 2 permanecerá basicamente inalterada. A finalidade predominante dos solos é zona habitacional[ix]. Considerando que a maior parte das zonas habitacionais se encontra desenvolvida e edificada, não se preveem alterações significativas na população. O Plano Director propõe o desenvolvimento activo desta UOPG para se tornar numa comunidade habitacional agradável e num núcleo de desenvolvimento de indústrias diversificadas e de turismo e diversões, e construir a Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira e a Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens; simultaneamente, planeia-se que articulando activamente com o Regulamento Administrativo n.º 4/2024 "Plano de Salvaguarda e Gestão do «Centro Histórico de Macau»", se alcance um equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a preservação do património cultural, se mitigue o impacto resultante da densidade populacional e da capacidade turística, se preserve as características tradicionais e singulares do tecido urbano dos bairros actuais, se melhore o ambiente habitacional global, se promova de forma ordenada a construção de uma comunidade habitacional agradável e se protejam os corredores visuais importantes. Além disso, a longo prazo, pode considerar-se a avaliação para um aterro moderado junto à costa na UOPG Central - 2, para criar um parque costeiro com ruas comerciais que integre elementos de prevenção, redução e salvamento em caso de ocorrência de desastres, reforçando-se assim as funções da Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens.

As directivas do planeamento urbano da UOPG Central - 2 são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas da servidão aeronáutica previstas na Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010, ao cumprimento das cotas altimétricas máximas permitidas nas imediações do Farol da Guia, previstas no Despacho do Chefe do Executivo n.º 83/2008 e ao cumprimento do Regulamento Administrativo n.º 4/2024 "Plano de Salvaguarda e Gestão do «Centro Histórico de Macau»".

2) Uma vez que esta UOPG abrange o «Centro Histórico de Macau» e outros bens imóveis classificados como patrimónios culturais, os projectos de planeamento urbanístico dos respectivos terrenos e dos terrenos adjacentes ficam sujeitos à coordenação com o Instituto Cultural.

3) A cota altimétrica dos novos empreendimentos deve ser baixa, especialmente os que se localizarão no Porto Interior, no «Centro Histórico de Macau» e na zona de protecção.

4) Ter em consideração a preservação do corredor visual do «Centro Histórico de Macau», nomeadamente a paisagem entre a Fortaleza do Monte e o Jardim de Luís de Camões, a paisagem do Largo da Companhia de Jesus em direcção às Ruínas de São Paulo, a paisagem do Largo do Senado em direcção ao Edifício do IAM, a paisagem recíproca entre a Fortaleza do Monte e a Colina da Guia, a paisagem da Fortaleza do Monte em direcção ao Porto Interior.

5) Preservar as características tradicionais e singulares do tecido urbano dos bairros antigos, nomeadamente dos pátios, dos becos, das ruas, das travessas e dos quarteirões de pequena dimensão.

6) Melhorar de forma contínua o sistema de mobilidade suave que liga os pontos turísticos e culturais, a zona verde ou de espaços públicos abertos.

7) Melhorar a orla costeira do Porto Interior. Criar, a longo prazo, um parque costeiro com ruas comerciais que integre elementos de prevenção, redução e salvamento em caso de ocorrência de desastres. Incentivar as actividades comerciais, nomeadamente a restauração, a venda a retalho, etc. Construir um corredor costeiro para ligar a Barra à Bacia Norte do Patane.

8) Estudar o aproveitamento misto dos terrenos para a criação de um espaço modal destinado a vias de ligação ao metro ligeiro e às diversas zonas, por forma a melhorar a ligação rodoviária do lado Oeste da península de Macau.

UOPG Central - 3

A UOPG Central - 3 abrange as zonas estatísticas da Praia do Manduco, da Praia Grande, da Praia do Bom Parto e da Penha, tem actualmente uma área de cerca de 0,95 quilómetros quadrados[iii] e uma população de cerca de 52.300 pessoas[vii]. A finalidade dos solos é sobretudo habitacional. Os recursos naturais desta UOPG Central - 3 incluem a Colina da Penha e a Colina da Barra que são de valor histórico e cultural. Algumas partes significativas desta UOPG localizam-se na zona central e na zona de protecção do «Centro Histórico de Macau», onde existem também vários bens imóveis classificados.

No futuro, a área de terrenos da UOPG Central - 3 permanecerá basicamente inalterada. A finalidade predominante dos solos é zona habitacional[ix]. Considerando que a maior parte das zonas habitacionais se encontra desenvolvida e edificada, não se preveem alterações significativas na população. O Plano Director propõe o desenvolvimento activo desta UOPG para se tornar num núcleo de desenvolvimento de indústrias diversificadas, na Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira e na Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens. Simultaneamente, planeia-se que articulando activamente com o Regulamento Administrativo n.º 4/2024 "Plano de Salvaguarda e Gestão do «Centro Histórico de Macau»", se alcance o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a preservação do património cultural, se protejam os corredores visuais importantes, preservando-se as características tradicionais e singulares do tecido urbano dos bairros actuais. Além disso, a longo prazo, pode considerar-se a avaliação para um aterro moderado junto à costa na UOPG Central - 3, para criar um parque costeiro com ruas comerciais que integre elementos de prevenção, redução e salvamento em caso de ocorrência de desastres, reforçando-se assim as funções da Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens.

As directivas do planeamento urbano da UOPG Central - 3 são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas da servidão aeronáutica previstas na Portaria n.º 233/95/M de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010, ao cumprimento do Regulamento Administrativo n.º 4/2024 "Plano de Salvaguarda e Gestão do «Centro Histórico de Macau»" e ao cumprimento da servidão cartográfica prevista na Portaria n.º 226/92/M, de 28 de Outubro.

2) A Colina da Barra e a Colina da Penha constituem zonas não urbanizáveis e, em situações normais, não poderão ser urbanizadas.

3) Uma vez que esta UOPG abrange o «Centro Histórico de Macau» e outros bens imóveis classificados como patrimónios culturais, os projectos de planeamento urbanístico dos respectivos terrenos e dos terrenos adjacentes ficam sujeitos à coordenação com o Instituto Cultural.

4) A cota altimétrica dos novos empreendimentos deve ser baixa, especialmente os que se localizarão no Porto Interior, no «Centro Histórico de Macau» e na zona de protecção.

5) Ter em consideração a preservação do corredor visual do «Centro Histórico de Macau», nomeadamente a paisagem entre o Miradouro da Colina da Penha e o Porto Interior, a paisagem entre o Templo de A-Má e o canal do Porto Interior, a paisagem entre a Capela de Nossa Senhora da Penha e a parte Sudeste do mar e a paisagem entre a Fortaleza de São Tiago da Barra e o Canal de Shizimen.

6) Preservar as características tradicionais e singulares do tecido urbano dos bairros antigos, nomeadamente dos pátios, dos becos, das ruas, das travessas e dos quarteirões de pequena dimensão.

7) Melhorar de forma contínua o sistema de mobilidade suave que liga os pontos turísticos e culturais, a zona verde

ou de espaços públicos abertos.

8) Melhorar a orla costeira do Porto Interior. Criar, a longo prazo, um parque costeiro com ruas comerciais que integre elementos de prevenção, redução e salvamento em caso de ocorrência de desastres. Incentivar as actividades comerciais, nomeadamente a restauração, a venda a retalho, etc. Construir um corredor costeiro para ligar a Barra à Bacia Norte do Patane.

9) Estudar o aproveitamento misto dos terrenos para a criação de um espaço modal destinado a vias de ligação ao metro ligeiro e às diversas zonas, por forma a melhorar a ligação rodoviária do lado Oeste da península de Macau.

Artigo 34.º UOPG Zona do Porto Exterior - 1

A UOPG Zona do Porto Exterior - 1 abrange as zonas estatísticas da Zona de Aterros do Porto Exterior (ZAPE), cujo lado Noroeste é adjacente ao «Centro Histórico de Macau», o lado Nordeste está ligado às instalações recreativa do Reservatório e o lado Leste fica em frente do mar, tem actualmente uma área de cerca de 0,76 quilómetros quadrados[iii] e uma população de cerca de 18.200 pessoas[vii]. Os seus terrenos destinam-se à utilização mista e diversificada. Nesta UOPG existem os acessos de transportes para exterior, ou seja, o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior, as instalações turísticas e de diversões de grande dimensão (tais como hotéis e centros de convenções e exposições) e existem também os terrenos para fins educacionais, comerciais e habitacionais.

No futuro, a área de terrenos da UOPG Zona do Porto Exterior - 1 permanecerá basicamente inalterada. As finalidades predominantes dos solos são zona turística e de diversões e zona de infra-estruturas públicas[ix]. Considerando que a maior parte das zonas habitacionais se encontra desenvolvida e edificada, não se preveem alterações significativas na população. O Plano Director propõe a construção da Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira e o desenvolvimento activo desta UOPG para se tornar num núcleo de desenvolvimento de indústrias diversificadas. Para além de manter o modelo de desenvolvimento misto e diversificado, optimizar-se-á nesta UOPG o ambiente pedonal e a conectividade com exterior, intensificar-se-á a paisagem urbana característica e proteger-se-á o importante corredor visual entre o «Centro Histórico de Macau» e a área marítima. Simultaneamente, através do aproveitamento da orla costeira desta UOPG, no intuito de interligar os espaços costeiros envolventes e as águas, construir-se-á um corredor marginal verde na parte Sul da península de Macau.

As directivas do planeamento urbano da UOPG Zona do Porto Exterior - 1 são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas da servidão aeronáutica previstas na Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010, ao cumprimento das cotas altimétricas máximas permitidas nas imediações do Farol da Guia, previstas no Despacho do Chefe do Executivo n.º 83/2008 e ao cumprimento da servidão cartográfica prevista na Portaria n.º 226/92/M de 28 de Outubro.

2) A cota altimétrica dos novos empreendimentos na zona costeira deve ser baixa e assumir a forma de anfiteatro, reflectindo a paisagem de pontos de entrada simbólica com características urbanas.

3) Ter em consideração a preservação do corredor visual do «Centro Histórico de Macau», nomeadamente a paisagem desde a Fortaleza e Farol da Guia no sentido Leste ou Sudeste para o Porto Exterior, a fim de reflectir as antigas funções de defesa militar, de sinalização e orientação de direcções da área marítima do canal do Porto Exterior, assegurando a importante ligação visual entre o «Centro Histórico de Macau» e o mar.

4) Melhorar a conectividade à exterior e o ambiente pedonal da UOPG, no sentido de reforçar a interligação com as comunidades envolventes, promovendo a interacção e o desenvolvimento entre o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior e as zonas turísticas e de diversões.

5) Optimizar a acessibilidade ao Reservatório da UOPG Este - 1, interligar com os espaços marginais envolventes a fim de constituir um corredor marginal verde na parte Sul da península de Macau.

Artigo 35.º UOPG Zona do Porto Exterior - 2

A UOPG Zona do Porto Exterior - 2 abrange as zonas estatísticas dos Novos Aterros do Porto Exterior (NAPE) e dos Aterros da Baía da Praia Grande, tem actualmente uma área de cerca de 2,17 quilómetros quadrados[iii] e uma população de cerca de 15.200 pessoas[vii]. A finalidade dos solos é sobretudo para a conservação ecológica e zona verde ou de espaços públicos abertos. Nesta UOPG existem instalações comerciais, turísticas e de diversões e vários equipamentos de utilização colectiva, nomeadamente o Centro de Ciência, o Centro Cultural, etc. Os recursos naturais nesta UOPG incluem o Lago Nam Van e o Lago Sai Van e bens imóveis classificados como patrimónios culturais, tais como a marginal desde a Ponte Governador Nobre de Carvalho até à Fortaleza de S. Tiago da Barra.

Em articulação com o plano de aterro da Zona B dos Novos Aterros Urbanos, no futuro, a área de terrenos da UOPG Zona do Porto Exterior - 2 irá aumentar ligeiramente, mantendo-se, em cerca de 2,21 quilómetros quadrados. As finalidades predominantes dos solos são zona de conservação ecológica, zona verde ou de espaços públicos abertos e zona de equipamentos de utilização colectiva[ix]. Considerando que a maior parte das zonas habitacionais se encontra desenvolvida e edificada, não se preveem alterações significativas na população. O Plano Director propõe a construção da Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira e através da interligação com os recursos de paisagens marginais desta UOPG, bem como da UOPG Zona do Porto Exterior - 1 e da UOPG Central - 3, incluindo o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior, o Centro de Ciência, o Centro Cultural, a Estátua da Deusa Kun Iam, o Lago Nam Van e o Lago Sai Van, a Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau, a Torre de Macau até à Barra, moldar um corredor marginal verde para sublinhar a imagem de cidade costeira e explorar novos roteiros turísticos e de lazer da RAEM. Ao mesmo tempo, em articulação com a nova zona comercial no lado Leste da Ponte Governador Nobre de Carvalho, proceder-se-á ao desenvolvimento coordenado com as zonas turísticas e de diversões envolventes, melhorar os sistemas de mobilidade suave e de transporte público, de modo a reforçar a distribuição funcional urbana multinuclear e consolidar o posicionamento desta UOPG como núcleo de desenvolvimento de indústrias diversificadas e de turismo e diversões. Além disso, planeia-se a construção de uma zona de equipamentos de utilização colectiva no lado Oeste do Lago Nam Van, incluindo a construção da Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau no lado Oeste da Zona B dos Novos Aterros Urbanos sendo que a altura de todos os edifícios (tais como instalações administrativas, comerciais de escritórios, culturais, instalações complementares públicas e de espaços verdes, etc.) não deve exceder a Colina da Penha, a fim de salvaguardar o corredor visual da Colina da Penha e da área marítima, proteger os pontos altos, as paisagens urbanas ou os locais de interesse com valor histórico e cultural, com o propósito de preservar e potenciar as características paisagísticas da cidade, nomeadamente, a combinação dos elementos de «montanha, mar e cidade».

As directivas do planeamento urbano para da UOPG Zona do Porto Exterior - 2 são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas da servidão aeronáutica previstas na Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010, ao cumprimento das cotas altimétricas máximas permitidas nas imediações do Farol da Guia, previstas no Despacho do Chefe do Executivo n.º 83/2008 e ao cumprimento da servidão cartográfica prevista na Portaria n.º 226/92/M de 28 de Outubro.
2) Uma vez que esta UOPG abrange os bens imóveis classificados como patrimónios culturais, os projectos de planeamento urbanístico dos respectivos terrenos e dos terrenos adjacentes ficam sujeitos à coordenação com o Instituto Cultural.
3) O Lago Nam Van e o Lago Sai Van constituem zonas não urbanizáveis e, em situações normais, não poderão ser urbanizadas.
4) Ter em consideração a preservação do corredor visual do «Centro Histórico de Macau», nomeadamente o corredor de vista bilateral entre a Capela de Nossa Senhora da Penha e a parte Sudeste do mar, a fim de reflectir as características da paisagem de «montanha, mar e cidade» e do «Centro Histórico de Macau».
5) Ter em consideração a preservação do corredor visual das paisagens costeiras, nomeadamente a paisagem entre a marginal do Centro de Ciência e a Taipa Grande, a paisagem entre a marginal da Zona C dos Novos Aterros Urbanos e o Lago Nam Van e a paisagem do Miradouro da Colina da Taipa Pequena em direcção ao Norte.
6) Ter em consideração a preservação do corredor visual entre a Torre de Macau e as paisagens urbanas, nomeadamente a visão aérea das características paisagísticas de «montanha, mar e cidade».
7) Uma vez que os equipamentos de utilização colectiva na parte Oeste do Lago Sai Van estão situadas num local

cuja paisagem é muito importante, a fim de proteger o corredor de vista bilateral entre a Capela de Nossa Senhora da Penha e a parte Sudeste do mar, a altura dos edifícios (nomeadamente os escritórios dos serviços administrativos e do comércio, instalações culturais, as instalações complementares públicas e de espaços verdes) não pode ultrapassar a altura do adro da capela e os respectivos projectos de arquitectura devem estar em articulação com as paisagens envolventes, oferecendo-se também espaços públicos abertos.

8) A cota altimétrica dos novos empreendimentos na zona costeira deve ser baixa e assumir a forma de anfiteatro, reflectindo a paisagem de pontos de entrada simbólica com características urbanas e criando uma panorâmica urbana singular, ou seja, em forma de anfiteatro.

9) Criar um corredor marginal verde amplo no lado Sul da península de Macau, no sentido de melhorar a paisagem urbana da RAEM e construir no Lago Nam Van espaços públicos abertos com características culturais.

10) Os edifícios da zona comercial marginal a Leste da Ponte Nobre de Carvalho e das zonas de equipamentos de utilização colectiva a Oeste do Lago Nam Van (especialmente a Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau, situado no lado Oeste da Zona B dos Novos Aterros Urbanos) devem adoptar-se uma concepção harmonizada com a passagem costeira, de modo a valorizar a imagem urbana e a criar uma linha de horizonte distintiva.

11) Reforçar a acessibilidade e a conectividade aos locais onde se realizam actividades comunitárias (Lago Nam Van e Lago Sai Van).

12) Melhorar a capacidade de transporte das vias inter-regionais e principais através de transporte tridimensional.

Artigo 36.º UOPG Norte da Taipa - 1

A UOPG Norte da Taipa - 1 é um aterro planeado que abrange as Zonas C e D dos Novos Aterros Urbanos, tem uma área planeada de cerca de 0,89 quilómetros quadrados. À medida que se desenvolve na UOPG no futuro, prevê-se que a população aumente. As finalidades predominantes dos solos são zona verde ou de espaços públicos abertos e zona habitacional[ix]. O Plano Director propõe o desenvolvimento activo desta UOPG para se tornar na comunidade habitacional agradável e núcleo de desenvolvimento de indústrias diversificadas, bem como construir a Cintura de Cooperação de Um Rio e Duas Margens. Para se articular com a implementação do plano relacionado, planeia-se a construção da Zona C dos Novos Aterros Urbanos como uma zona de equipamentos de utilização colectiva, a construção da Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau e a construção da Zona D dos Novos Aterros Urbanos numa comunidade residencial verde e de baixo carbono, e reservando os corredores visuais das paisagens montanhosas da Colina da Taipa Grande e da Taipa Pequena, no sentido de reforçar as características paisagísticas de «montanha, mar e cidade».

As directivas do planeamento urbano para a UOPG Norte da Taipa - 1 são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas da servidão aeronáutica previstas na Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010 e ao cumprimento da servidão cartográfica prevista na Portaria n.º 226/92/M de 28 de Outubro.

2) Ter em consideração a preservação do corredor visual das paisagens costeiras, nomeadamente a paisagem da marginal do Centro de Ciência em direcção à Taipa Grande, a paisagem da marginal da Zona C dos Novos Aterros Urbanos em direcção ao Lago Nam Van e a paisagem do Miradouro da Colina da Taipa Pequena em direcção ao Norte.

3) A cota altimétrica dos novos empreendimentos na zona costeira deve ser baixa e assumir a forma de anfiteatro.

4) Preservar as características paisagísticas de «montanha, mar e cidade» e a panorâmica urbana, no sentido de haver uma combinação de montanhas e mares desde a Taipa Pequena, a Taipa Grande até as zonas costeiras.

5) Com base nos elementos essenciais de zonas verdes e corredores marginais verdes ao longo do lago interno, estabelecer-se-á uma ligação de corredores verdes a Sul e Norte, criando uma comunidade verde e de baixo teor de carbono.

6) Os edifícios da Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau, situados na Zona C dos Novos Aterros Urbanos, devem adoptar-se uma concepção harmonizada com a passagem costeira, de modo a valorizar a imagem urbana e a criar uma linha de horizonte distintiva.

Artigo 37.º UOPG Norte da Taipa - 2

A UOPG Norte da Taipa - 2 abrange as zonas estatísticas dos Jardins do Oceano e da Taipa Pequena, a Universidade e Baía de Pac On, tem actualmente uma área de cerca de 1,30 quilómetros quadrados[iii] e uma população de cerca de 27.500 pessoas[vii]. A finalidade dos solos é sobretudo habitacional. Nesta UOPG existem instalações de ensino superior e os recursos naturais incluem a Colina da Taipa Pequena, os bens imóveis classificados como patrimónios culturais, nomeadamente a Fortaleza da Taipa, o Templo de Kun Iam (Estrada Nordeste da Taipa), entre outros.

No futuro, a área de terrenos da UOPG Norte da Taipa - 2 permanecerá inalterada. As finalidades predominantes dos solos são zona habitacional e zona de conservação ecológica[ix]. À medida que se desenvolve na UOPG no futuro, prevê-se que a população aumente. O Plano Director propõe o desenvolvimento activo desta UOPG para se tornar numa comunidade habitacional agradável. Planeia-se a construção de uma nova zona comercial costeira na parte Norte desta UOPG, a fim de incrementar os elementos comerciais, criar uma comunidade diversificada e promover o equilíbrio entre as funções profissional e residencial. Ao mesmo tempo, aproveitar-se-ão melhor as características urbanas da RAEM, optimizar-se-ão as instalações de lazer marginais e estender-se-á a direcção a Este e a Sul até à Zona de Lazer da Marginal da Taipa e à Pistas de Bicicletas destinadas a lazer, respectivamente. Para além disso, proteger-se-ão os corredores visuais da Colina da Taipa Pequena e dos pontos importantes da costa marginal, no sentido de constituir uma rede verde e azul.

As directivas do planeamento urbano da UOPG Norte da Taipa - 2 são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas da servidão aeronáutica previstas na Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010 e ao cumprimento da servidão cartográfica prevista na Portaria n.º 226/92/M de 28 de Outubro.
2) A Colina da Taipa Pequena constitui uma zona não urbanizável e, em situações normais, não poderá ser urbanizada.
3) Uma vez que esta UOPG abrange bens imóveis classificados como patrimónios culturais, os projectos de planeamento urbanístico dos respectivos terrenos e dos terrenos adjacentes ficam sujeitos à coordenação com o Instituto Cultural.
4) Ter em consideração a preservação do corredor visual das paisagens costeiras, nomeadamente a paisagem do Miradouro da Colina da Taipa Pequena em direcção ao Norte e a paisagem entre a marginal do Centro de Ciência e a Taipa Grande.
5) A cota altimétrica dos novos empreendimentos na zona costeira deve ser baixa e assumir a forma de anfiteatro.
6) Proteger a vista da linha da Colina da Taipa Pequena e preservar as características paisagísticas de «montanha, mar e cidade» e a panorâmica urbana.
7) Propõe-se a extensão da Zona de Lazer da Marginal da Taipa (Pista de Bicicletas) em direcção ao Leste e a sua ligação à UOPG Norte da Taipa - 1.
8) Planeia-se a construção de uma nova zona comercial costeira na parte Norte da Taipa, no sentido de promover a arquitectura, a qual poderá melhorar a imagem da cidade e constituir uma paisagem urbana diversificada conjuntamente com a zona habitacional.

Artigo 38.º UOPG Pac On

A UOPG Pac On abrange as zonas estatísticas do Pac On e da Taipa Grande, tem actualmente uma área de cerca de 4,41 quilómetros quadrados[iii] e uma população de cerca de 7.000 pessoas[vii]. A finalidade dos solos é sobretudo para as infra-estruturas públicas. Nesta UOPG existem o Parque Industrial de Pac On, o Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa e o Aeroporto Internacional de Macau. Os recursos naturais incluem a Colina da Taipa Grande.

Em harmonia com o plano de aterro respeitante à expansão do Aeroporto Internacional de Macau, a área da UOPG Pac On será no futuro aumentada para cerca de 5,86 quilómetros quadrados. A finalidade predominante dos solos é zona de infra-estruturas públicas[ix]. Considerando que a maior parte das zonas habitacionais se encontra desenvolvida e edificada, não se preveem alterações significativas na população O Plano Director propõe o desenvolvimento desta UOPG para se tornar numa entrada internacional da RAEM e num núcleo do desenvolvimento das indústrias diversificadas. Através da

optimização das ligações orgânicas entre o aeroporto, o terminal marítimo, o metro ligeiro e o sistema de autocarros, construir-se-á um centro modal de transportes marítimos e aéreos importante. Planear-se-á uma zona comercial no lado Oeste da Zona E1 dos Novos Aterros Urbanos e uma zona industrial no terreno adjacente à Avenida Wai Long, para a construção do Parque Ciên-Tec de Macau e da "Cintura de Conhecimento - Indústria – Ciência". Simultaneamente, incentivar-se-á a actualização e reconversão do Parque Industrial de Pac On, desenvolvendo indústrias de alta tecnologia e elevando a eficiência da utilização dos solos, optimizar-se-ão as infra-estruturas públicas envolventes (incluindo o tratamento de resíduos e de águas residuais), elevando a imagem de entrada internacional da UOPG Pac On, criando um centro modal de ligação internacional e para o exterior.

As directivas do planeamento urbano da UOPG Pac On são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas da servidão aeronáutica previstas na Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010 e ao cumprimento da servidão cartográfica prevista na Portaria n.º 226/92/M de 28 de Outubro.
2) A Colina da Taipa Grande é uma zona não urbanizável e, em situações normais, não poderá ser urbanizada.
3) Ter em consideração a preservação do ponto mais alto e do corredor visual das paisagens costeiras, nomeadamente a paisagem entre a Taipa Grande e a costa da Zona E1 dos Novos Aterros Urbanos, a paisagem longínqua da Zona A dos Novos Aterros Urbanos até à Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, a paisagem entre a Taipa Grande e o Cotai, a paisagem desde o Centro de Ciência de Macau e a costa da Zona A dos Novos Aterros Urbanos até à Taipa Grande.
4) Incentivar a indústrias diversificadas do Parque Industrial de Pac On e integrar as actividades industriais em edifícios industriais de vários pisos e que se encontram actualmente dispersas, no sentido de promover o desenvolvimento das indústrias de alta tecnologia, elevar a eficiência da utilização dos solos e melhorar a imagem de ponto de entrada da cidade a nível internacional.
5) Em articulação com o "Plano geral de desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau", optimizar a conectividade entre o aeroporto, o terminal marítimo, o metro ligeiro e as paragens de autocarros, a fim de construir na RAEM um importante centro modal de transportes marítimo e aéreo.
6) Os edifícios do Parque Ciên-Tec de Macau, situados no lado Oeste da Zona E1 dos Novos Aterros Urbanos, devem adoptar-se uma concepção harmonizada com a passagem costeira, de modo a valorizar a imagem urbana e a criar uma linha de horizonte distintiva.

Artigo 39.º UOPG Taipa Central - 1

A UOPG Taipa Central - 1 abrange as zonas estatísticas da Vila da Taipa, das áreas do Hipódromo da Taipa e da Baixa da Taipa (área a Sul da Avenida Olímpica), tem actualmente uma área de cerca de 1,39 quilómetros quadrados[iii] e uma população de cerca de 5.800 pessoas[vii]. A finalidade dos solos é sobretudo para as instalações turísticas e de diversões e os equipamentos de utilização colectiva, existindo o Centro Desportivo Olímpico e a Piscina Olímpica. Os recursos naturais desta UOPG incluem as Terras Húmidas da Avenida da Praia na Taipa e bens imóveis classificados como patrimónios culturais, tais como o Templo de Pak Tai, o Templo de Tin Hau, o Templo de Kun Iam (Taipa), o Templo de I Leng, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e o Largo do Carmo/o conjunto arquitectónico da Avenida da Praia.

No futuro, a área de terrenos da UOPG Taipa Central - 1 permanecerá basicamente inalterada. Os usos predominantes dos solos são zona turística e de diversões e zona habitacional[ix]. À medida que se desenvolve na UOPG no futuro, prevê-se que a população aumente. Através de um aproveitamento melhor dos terrenos não desenvolvidos situados na Estrada Governador Albano de Oliveira, visa articular com o rumo do desenvolvimento urbano, promover o desenvolvimento diversificado da indústria e elevar a qualidade global de vida da população. Para preservar as características singulares do tecido urbano e da paisagem das ruas da Vila da Taipa, o plano propõe manter o estilo arquitectónico e a altura existentes das construções. Simultaneamente, propõe optimizar o sistema de mobilidade suave nesta UOPG.

As directivas do planeamento urbano da UOPG Taipa Central - 1 são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas da servidão aeronáutica previstas na Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010 e ao cumprimento da servidão cartográfica prevista na Portaria n.º 226/92/M de 28 de Outubro.
2) As Terras Húmidas da Avenida da Praia na Taipa constituem zonas não urbanizáveis e, em situações normais, não poderão ser urbanizadas.
3) Uma vez que esta UOPG abrange bens imóveis classificados como patrimónios culturais, os projectos de planeamento urbanístico dos respectivos terrenos e dos terrenos adjacentes ficam sujeitos à coordenação com o Instituto Cultural.
4) A cota altimétrica dos novos empreendimentos na zona costeira deve ser baixa, nomeadamente na Vila da Taipa e nos lotes adjacentes.
5) Preservar as características singulares do tecido urbano e dos arruamentos da Vila da Taipa.
6) Reforçar a acessibilidade e a conectividade aos locais onde se realizam actividades comunitárias (Centro Desportivo Olímpico e Casa – Museu da Taipa).
7) Propõe-se a extensão da Zona de Lazer da Marginal da Taipa (Pista de Bicicletas) até Sul, e a ligação à pista de bicicletas "Flôr de Lótus".

Artigo 40.º UOPG Taipa Central - 2

A UOPG Taipa Central - 2 abrange as zonas estatísticas da maior parte da área da Baixa da Taipa (excluindo a área a Sul da Avenida Olímpica), tem actualmente uma área de cerca de 0,83 quilómetros quadrados[iii] e uma população de cerca de 75.600 pessoas[vii]. A finalidade dos solos é sobretudo habitacional. O Templo de Kuan Tai e Tin Hau, localizados nesta UOPG, são bens imóveis classificados como patrimónios culturais.

No futuro, a área da UOPG Taipa Central - 2 permanecerá inalterada. A finalidade predominante dos solos é zona habitacional[ix]. Com o desenvolvimento da zona habitacional junto à Povoação de Cheok Ká da Taipa, prevê-se um aumento da população. O Plano Director propõe o desenvolvimento activo desta UOPG para se tornar numa comunidade habitacional agradável. Planeia-se reforçar a acessibilidade aos locais onde se realizam actividades comunitárias através da optimização contínua dos equipamentos de utilização colectiva e respectivas instalações complementares e dos sistemas de mobilidade suave, a fim de concretizar a criação de uma comunidade habitacional agradável.

As directivas do planeamento urbano da UOPG Taipa Central - 2 são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas da servidão aeronáutica previstas na Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010 e ao cumprimento da servidão cartográfica prevista na Portaria n.º 226/92/M de 28 de Outubro.
2) Uma vez que esta UOPG abrange bens imóveis classificados como patrimónios culturais, os projectos de planeamento urbanístico dos respectivos terrenos e dos terrenos adjacentes ficam sujeitos à coordenação com o Instituto Cultural.
3) Optimizar o ambiente pedonal desta UOPG e reforçar a acessibilidade e a conectividade aos locais onde se realizam actividades comunitárias (tais como o Parque Central da Taipa)
4) Construir sistema de mobilidade suave, ligando com o sistema de transportes públicos tais como metro ligeiro e autocarros públicos, promover a facilidade de transbordo entre os diferentes meios de transporte.

Artigo 41.º UOPG Cotai

A UOPG Cotai abrange as zonas estatísticas da maior parte da Zona de Aterro entre Taipa e Coloane (incluindo a Zona Ecológica II no Cotai, mas excepto o Parque Industrial da Concórdia junto do lado Sul da Avenida Marginal Flor de Lótus) e a Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço Hengqin e suas zonas contíguas[iv]. Actualmente a UOPG Cotai tem uma área de cerca de 5,90 quilómetros quadrados[iii] e não existem ainda quaisquer habitantes. A finalidade dos solos é sobretudo para as instalações turísticas e de diversões e as infra-estruturas públicas,

sendo a finalidade dos solos na Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço de Hengqin e nas suas zonas contíguas para infra-estruturas públicas de posto fronteiriço terrestre. Nesta UOPG encontram-se a Nave Desportiva dos Jogos da Ásia Oriental e a Zona Ecológica do Cotai.

Com a alteração dos limites de aterro da zona de aterro para resíduos de materiais de construção, no futuro, a área de terrenos da UOPG Cotai irá aumentar ligeiramente, mantendo-se, em cerca de 5,96 quilómetros quadrados. As finalidades predominantes dos solos são zona turística e de diversões e zona de infra-estruturas públicas[ix], mantendo-se sem população planeada. O Plano Director propõe o desenvolvimento activo desta UOPG para se tornar num núcleo de desenvolvimento de turismo e de diversões, de indústrias diversificadas e de ciclo verde e no "Centro Modal de Cooperação Regional do Cotai e de Hengqin", construindo a Cintura de Conhecimento - Indústria - Ciência, a Cintura Verde e Resiliente e a Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens, bem como articulando com a criação da imagem de entrada internacional de Macau.

Em articulação com a implementação do respectivo plano, planeia-se manter o conjunto de instalações turísticas e de diversões de grande dimensão existentes e desenvolver o local original do Posto Fronteiriço do Cotai e as zonas envolventes para se tornar num complexo comercial, mediante o modelo de desenvolvimento orientado para os transportes públicos, a fim de reforçar a cooperação regional e construir a Cintura de Conhecimento - Indústria - Ciência, conjuntamente com o Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin. Através da disponibilização das instalações complementares das zonas turísticas e de diversões envolventes, haverá empenho em construir a Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens. Além disso, reforçar-se-á o desenvolvimento coordenado com as zonas turísticas e de diversões, as zonas industriais e instituições de ensino superior envolventes, no sentido de concretizar de forma activa o posicionamento de desenvolvimento do centro mundial de turismo e lazer. Planeia-se que a zona Leste desta UOPG se destine a infra-estruturas públicas que sirvam toda a população de Macau e a construção da zona de exposição de círculo verde, promovendo-se assim o desenvolvimento sustentável da cidade.

As directivas do planeamento urbano da UOPG Cotai são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas da servidão aeronáutica previstas na Portaria n.º 233/95/M. de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010 e ao cumprimento da servidão cartográfica prevista na Portaria n.º 226/92/M de 28 de Outubro.
2) As Zonas Ecológicas no Cotai constituem zonas não urbanizáveis e, em situações normais, não poderão ser urbanizadas.
3) É a zona onde estão concentradas as instalações turísticas e de diversões da RAEM, devendo a arquitectura dos edifícios adjacentes às Zonas Ecológicas no Cotai estar em harmonia com o ambiente natural.
4) A zona Leste da UOPG Cotai está planeada para ser uma zona de exposição de círculo verde, destinando-se, preferencialmente, a uma zona onde haverá uma concentração de infra-estruturas públicas que sirvam toda a população de Macau. Uma vez que a sua localização se situa a Sul do Aeroporto Internacional de Macau, os projectos para as suas instalações devem ser inovadores e de alta tecnologia, a fim de criar a Imagem de entrada internacional.
5) Optimizar o sistema de mobilidade suave, nomeadamente a concepção dos arruamentos da Estrada do Istmo, a fim de aumentar as experiências recreativas ao ar livre por parte dos cidadãos e fazer a interligação às zonas habitacionais da Taipa, aos conjuntos de habitação pública de Seac Pai Van e aos equipamentos de utilização colectiva.
6) Preservar a paisagem entre a Colina da Taipa Grande e a UOPG Cotai.
7) Recomenda-se que se mantenha o perfil da altura das instalações turísticas e de diversões simbólicas existentes.

Artigo 42.º UOPG Coloane

A UOPG Coloane abrange as zonas estatísticas de Coloane e da Zona de Aterro entre a Taipa e o Coloane (Parque Industrial da Concórdia junto do lado Sul da Avenida Marginal Flor de Lótus), tem actualmente uma área de cerca de 7,94 quilómetros quadrados[iii] e uma população de cerca de 39.800 pessoas[vii]. A finalidade dos solos é sobretudo para a conservação ecológica. Nesta UOPG existem o Parque Industrial da Concórdia e o Parque Industrial de Ká-Hó. Os recursos

naturais desta UOPG incluem o Alto de Coloane, a Praia de Hác-Sá, etc., assim como uma rica orla costeira natural. Além disso, existem também bens imóveis classificados como patrimónios culturais, nomeadamente os Estaleiros Navais de Lai Chi Vun, a Igreja de S. Francisco Xavier, o Templo de Kun Iam (Coloane), o Templo de Tam Kong e o conjunto arquitectónico do Largo Eduardo Marques/Rua dos Negociantes/Largo do Presidente António Ramalho Eanes, entre outros.

No futuro, a área da UOPG Coloane permanecerá basicamente inalterada. A finalidade predominante dos solos é zona de conservação ecológica[ix]. Com o desenvolvimento da zona habitacional de Seac Pai Van, prevê-se um aumento da população. O Plano Director propõe o desenvolvimento activo desta UOPG para se tornar numa comunidade habitacional agradável, com núcleos de lazer verde e indústria diversificada, a fim de construir a Cintura de Conhecimento – Industria – Ciência, Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens e a Cintura Verde e Resiliente. Planeia-se que os Estaleiros Navais de Lai Chi Vun se destinem a instalações culturais e, em conjugação com os ricos recursos naturais e as zonas verdes ou de espaços públicos abertos, se construa uma zona pedonal natural onde se desenvolverá o turismo ecológico e cultural. Ao mesmo tempo, propõe-se que em princípio através de desenvolvimento verde e de lazer, se preservem as características singulares do tecido urbano da Vila de Coloane, a fim de proteger ainda mais a orla marginal natural e os recursos naturais para que esta UOPG continue a ser considerada como o jardim da RAEM. Além disso, pretende-se fortalecer o Parque Industrial da Concórdia e o Parque Industrial de Ká-Hó, elevando-se assim a eficácia de aproveitamento dos terrenos e a sua funcionalidade. Através de um planeamento racional das zonas habitacionais, promover-se-á o equilíbrio entre as funções profissional e residencial. Em articulação com o sistema do metro ligeiro, será reforçada a ligação do trânsito com as zonas envolventes.

As directivas do planeamento urbano da UOPG Coloane são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas da servidão aeronáutica previstas na Portaria n.º 233/95/M, de 14 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 295/2010 e ao cumprimento da servidão cartográfica prevista na Portaria n.º 226/92/M de 28 de Outubro.
2) A Colina de Coloane, o Reservatório de Seac Pai Van, a Barragem de Hác-Sá, a Barragem de Ká-Hó, a Zona de Conservação de Terras Húmidas do Alto de Coloane e a Zona Ecológica de Terras Húmidas de Água Doce da Barragem de Ká-Hó constituem zonas não urbanizáveis e, em situações normais, não poderão ser urbanizadas.
3) Uma vez que esta UOPG abrange bens imóveis classificados como patrimónios culturais, os projectos de planeamento urbanístico dos respectivos terrenos e dos terrenos adjacentes ficam sujeitos à coordenação com o Instituto Cultural.
4) Ter em consideração a preservação dos pontos mais altos das colinas e a ligação visual das paisagens urbanas, nomeadamente a Estátua da Deusa A-Má que tem vista para a paisagem de «montanha, mar e cidade» da RAEM.
5) A cota altimétrica dos novos empreendimentos na zona costeira deve ser baixa.
6) Preservar as características singulares do tecido urbano da Vila de Coloane.
7) Proteger a orla marginal natural e os recursos naturais.
8) Reforçar as acessibilidades aos locais onde se realizam actividades comunitárias (tais como a Vila de Coloane e os Estaleiros Navais de Lai Chi Vun), transformando estes num núcleo cultural para disponibilizar ao público mais locais de lazer e para demonstrações dos barcos e exposições culturais.
9) Separar adequadamente ou criar uma zona de protecção entre o Parque Industrial da Concórdia e os terrenos envolventes destinados ao uso habitacional.
10) Manter o âmbito dos espaços verdes das montanhas e das instalações recreativas ao ar livre existentes nas zonas turísticas e de lazer, evitando a construção de edifícios de grande dimensão.

Artigo 43.º UOPG Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin

A UOPG Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, delimitada de acordo com a Decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China relativa à delegação de poderes na Região Administrativa Especial de Macau para o exercício de jurisdição no novo campus da Universidade de Macau a

instalar na Ilha de Montanha, publicada pelo Aviso do Chefe do Executivo n.º 19/2009, tem actualmente uma área de cerca de 1,04 quilómetros quadrados[iii], a finalidade dos solos é zona de equipamentos de utilização colectiva para fins educativos.

No futuro, a área da UOPG Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin permanecerá inalterada. A finalidade dos solos é zona de equipamentos de utilização colectiva[ix], mantendo-se sem população planeada. O Plano Director propõe a construção activa do Centro Modal de Cooperação Regional do Cotai e da Ilha Hengqin e da Cintura de Conhecimento - Indústria - Ciência. Através do reforço da cooperação regional nas imediações do Posto Fronteiriço Hengqin, promover-se-ão activamente a cooperação e o desenvolvimento coordenado com instituições educativas, comerciais e de estudos tecnológicos, alcançando-se assim uma maior eficácia e benefícios integrais.

As directivas do planeamento urbano da UOPG Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin são as seguintes:

1) Condicionada ao cumprimento das cotas altimétricas da servidão aeronáutica.
2) Dar continuidade à disposição dos núcleos integrados do ensino e da vida quotidiana e à estrutura de desenvolvimento tridimensional de estilo universitário, criar espaços humanizados baseados nos critérios de caminhada confortável, construindo deste modo um campus modernizado, ecológico e humanístico.
3) Em conjugação com o lago ecológico e o meio aquático, interligar de forma eficiente as diversas partes do campus, formando assim um campus ecológico tridimensional a vários níveis, integrado com a arquitectura, a paisagem e a arborização.
4) Optimizar o largo corredor marginal no lado Leste desta UOPG, através da coordenação e integração com a paisagem costeira e a paisagem da zona do Cotai, promovendo assim a paisagem urbana de um rio e duas margens.

Observações:

[i] Segundo as Projecções da População de Macau 2022-2041, a população de Macau é composta pela população local, pelos trabalhadores não residentes que habitam em Macau e pelos estudantes não residentes.

[ii] "Resposta Oficial do Conselho de Estado respeitante ao consentimento para o exercício de jurisdição pela Região Administrativa Especial de Macau nas áreas terrestre e marítima relevantes do lado Sudeste do Posto Fronteiriço de Gongbei da Cidade de Zhuhai da Província de Guangdong", publicada pelo Aviso do Chefe do Executivo n.º 19/2024.

[iii] A área actual do terreno é calculada com base nos dados relevantes (nomeadamente a linha costeira) fornecidos pela anterior Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro (DSCC) em 2025, relativos à área de intervenção.

[iv] A Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço de Hengqin e suas zonas contíguas incluem: a área de controlo de passageiros situada na Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço Hengqin e nas suas zonas contíguas, a segunda fase da Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço Hengqin e as suas zonas contíguas, bem como a terceira fase da Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço Hengqin.

[v] A maior parte da área da Zona Ecológica II no Cotai é pântano e, de acordo com as informações da anterior DSCC, existem nela apenas três pequenas ilhas artificiais consideradas como terrenos. Uma vez que a Planta de Classificação dos Solos se destina à delimitação de terrenos localizados na área de intervenção, deste modo, foram delimitadas somente estas três pequenas ilhas artificiais como zona não urbanizável na respectiva planta.

[vi] Devido ao arredondamento, a soma dos valores pode apresentar uma ligeira diferença em relação a 100%, o que constitui um fenómeno estatístico normal.

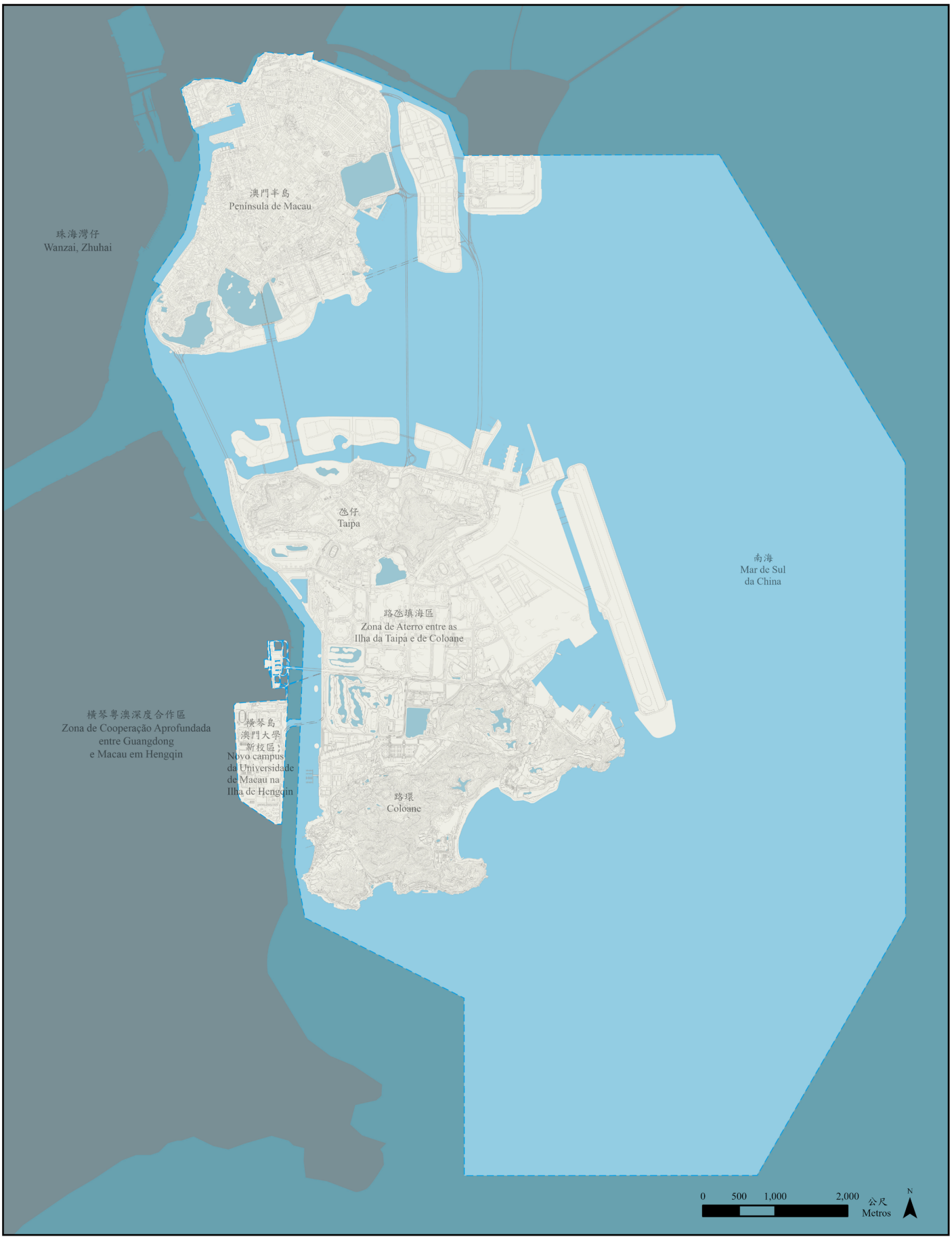
[vii] Ter como referência os dados do Anuário Estatístico de 2024 e das Estatísticas Demográficas de 2024 da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC).

[viii] Nas UOPG Zona do Porto Exterior - 1 e UOPG Zona do Porto Exterior - 2 existem também zonas habitacionais, porém, a percentagem de ocupação não é elevada, razão pela qual não foram mencionadas no texto.

[ix] A finalidade principal dos solos de uma UOPG corresponde à categoria de uso dos solos que ocupa mais de metade da área total dos solos desta UOPG; caso nenhuma das categorias ocupe mais de metade da área total dos solos daquela UOPG, as finalidades principais dos solos da UOPG correspondem às categorias com as maiores percentagens de ocupação, contanto que a soma destas ocupe mais de metade da área total dos solos daquela UOPG;

圖一——規劃範圍
Planta 1 - Delimitação da área de intervenção

2026年修訂
Revisão de 2026



圖例
Legenda

規劃範圍界線
Limite da Área de Intervenção

圖二—區位圖
Planta 2 - Planta de localização

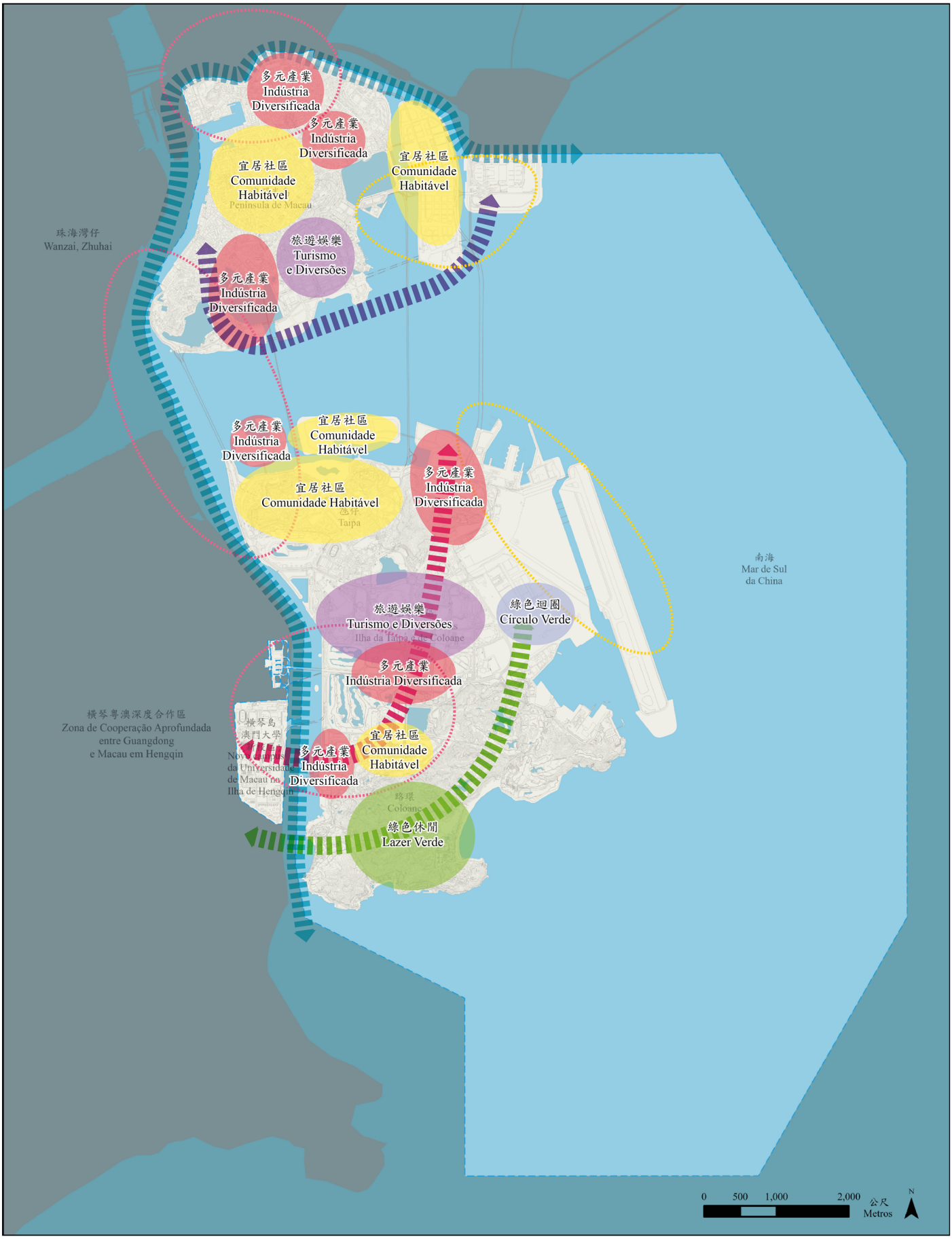


圖例
Legenda

粵港澳大灣區範圍
Delimitação da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau

大灣區城市
Cidades da Grande Baía

圖三—城市結構佈局
Planta 3 - Estrutura física urbana

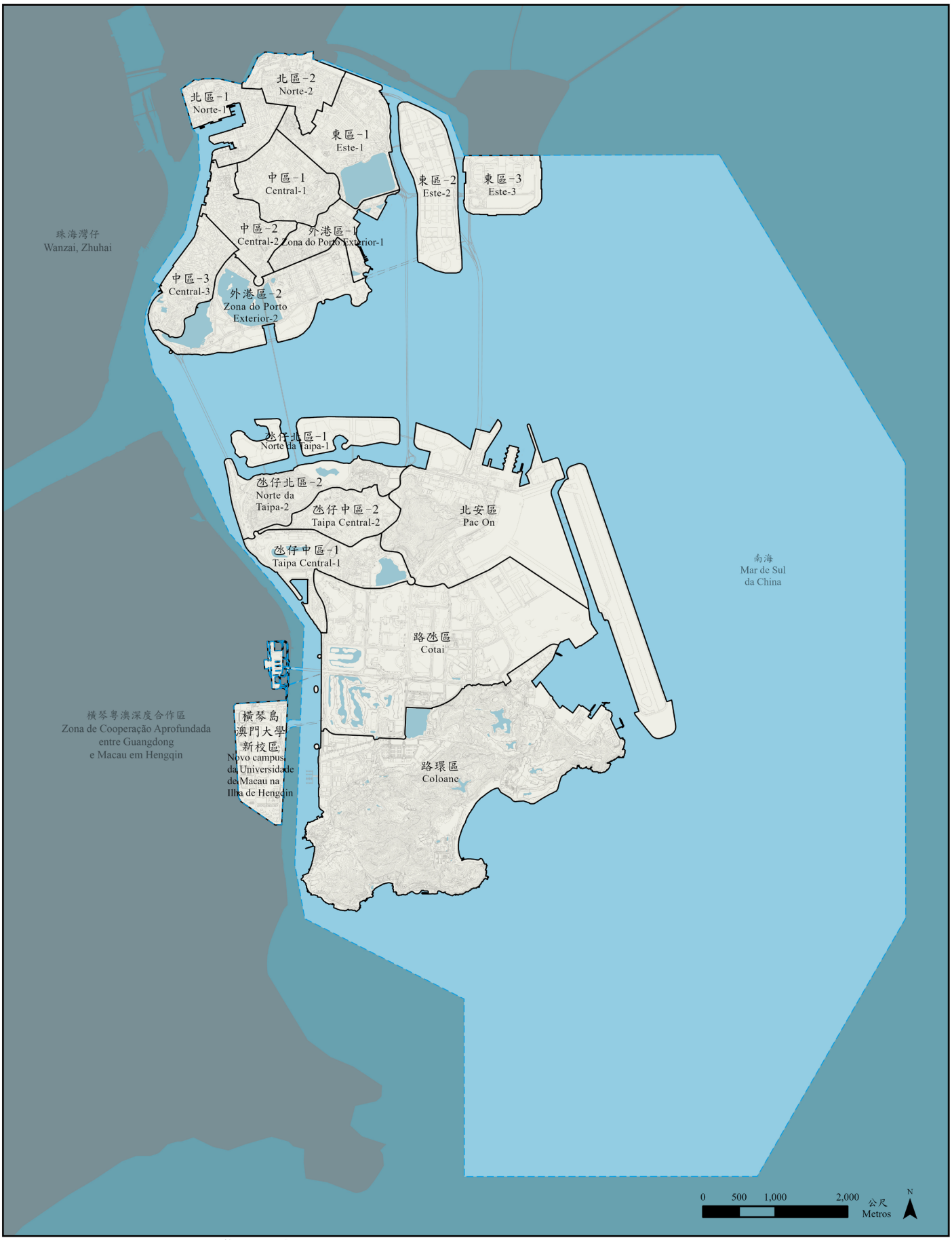


圖例
Legenda

- 規劃範圍界線 Limite da Área de Intervenção
- 區域合作樞紐 Centro Modal de Cooperação Regional
- 城市門戶 Ponto de Entrada da Cidade
- 發展核心 Núcleos de Desenvolvimento
- 知識產業科技軸帶 Cintura de Conhecimento - Indústria - Ciência
- 濱水歷史旅遊軸帶 Cintura de Turismo Histórico na Zona Costeira
- 一河兩岸合作軸帶 Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens
- 綠色韌性軸帶 Cintura Verde e Resiliente

圖四—規劃分區
Planta 4 - Zonamento

2026年修訂
Revisão de 2026



圖例
Legenda

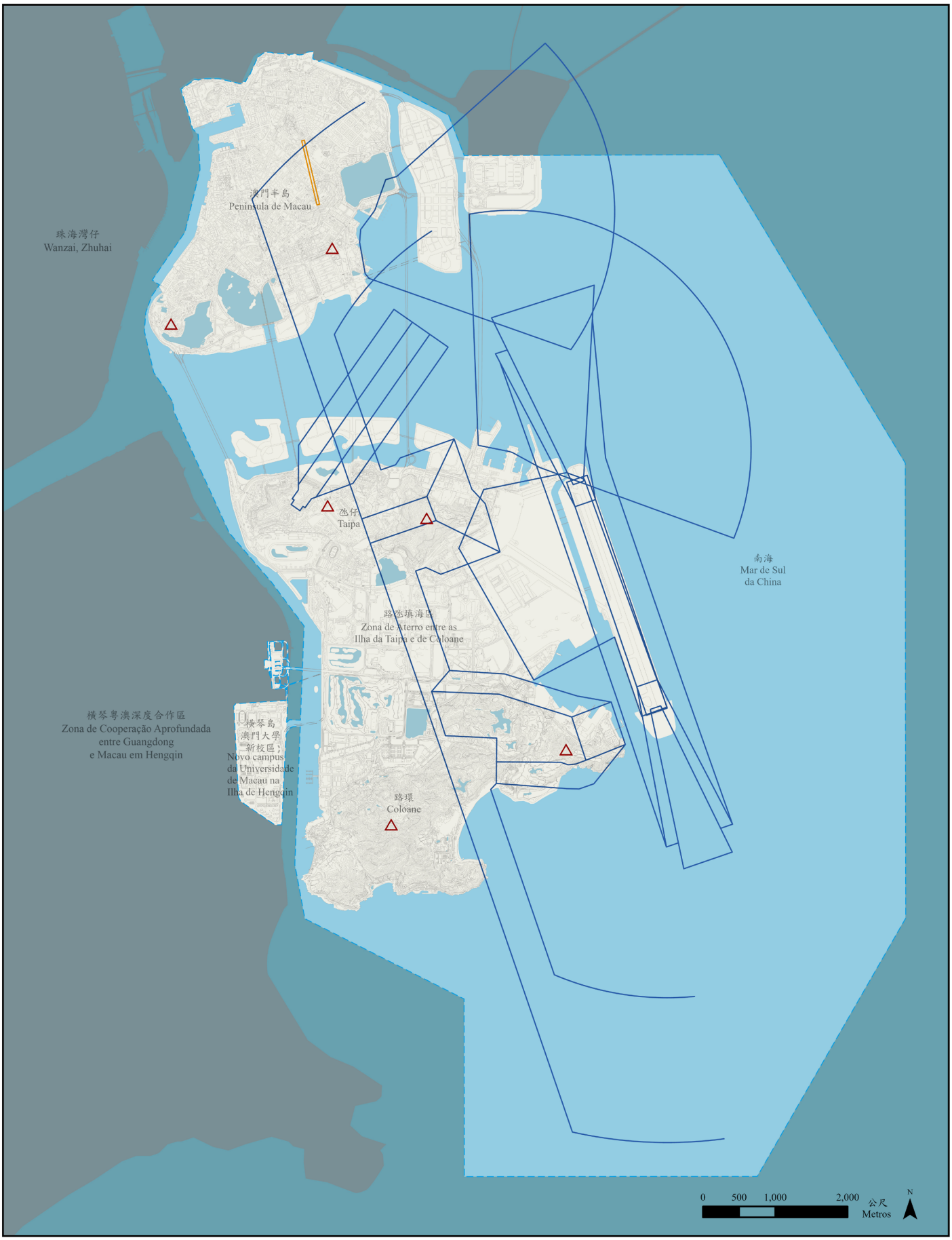
註1：鑑於本圖的圖面比例，在編製詳細規劃時可能對界線作出微調。
Nota 1: Atendendo à escala gráfica da presente planta, as delimitações poderão ser objecto de pequenos ajustamentos aquando da elaboração dos planos de pormenor.

規劃範圍界線
Limite da Área de Intervenção

規劃分區界線
Limite das UOPG

圖五—行政地役權
Planta 5 - Servidões administrativas

2026年修訂
Revisão de 2026



圖例
Legenda

規劃範圍界線
Limite da Área de Intervenção

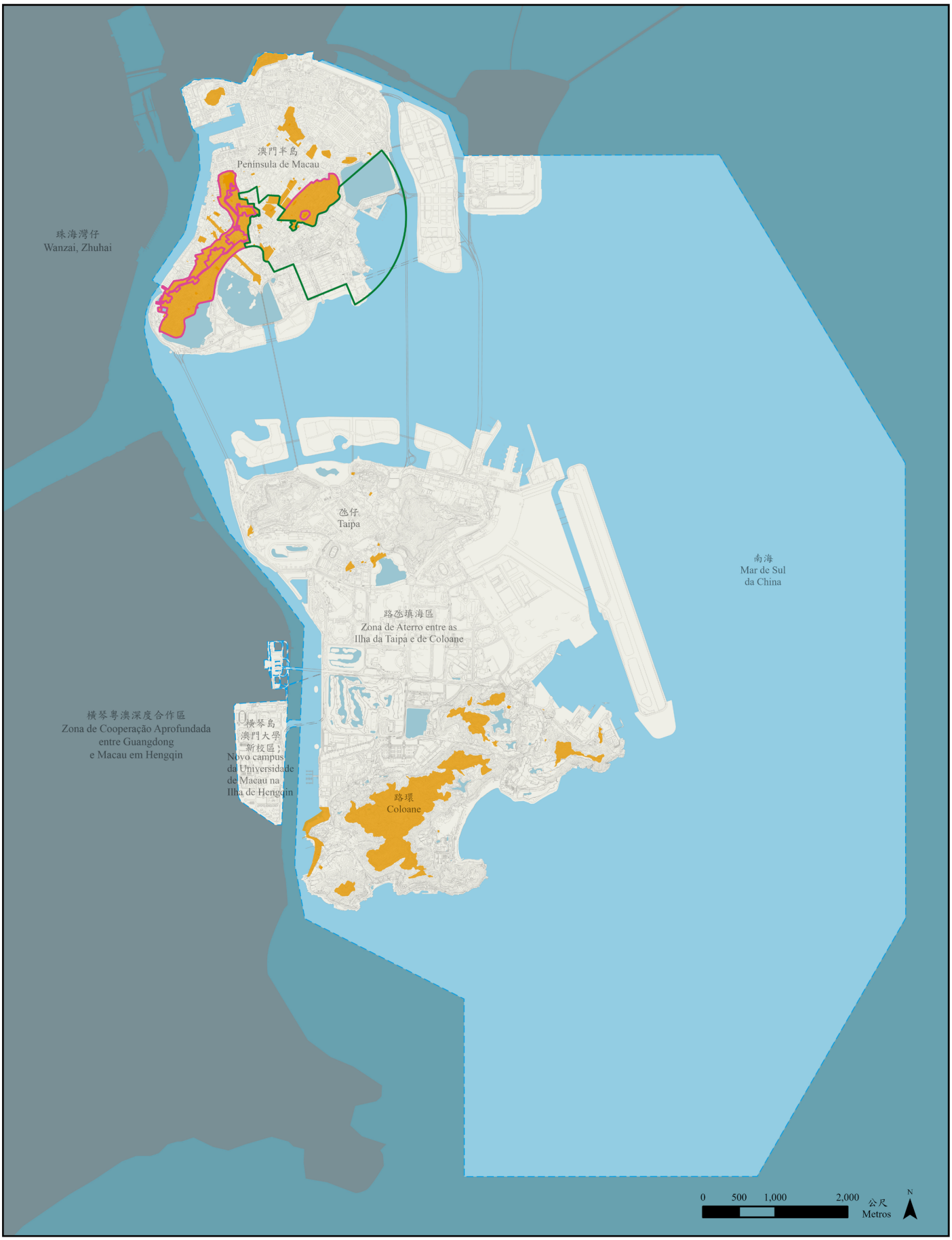
第226/92/M號訓令設定的製圖役權
Servidão cartográfica constituída pela Portaria n.º 226/92/M

第233/95/M號訓令設定的航空役權
Servidão aeronáutica constituída pela Portaria n.º 233/95/M

第53/87/M號法令設定的無線電役權
Servidão radioeléctrica constituída pelo Decreto-Lei n.º 53/87/M

圖六—公用限制
Planta 6 - Restrições de utilidade pública

2026年修訂
Revisão de 2026



圖例
Legenda

規劃範圍界線
Limite da Área de Intervenção

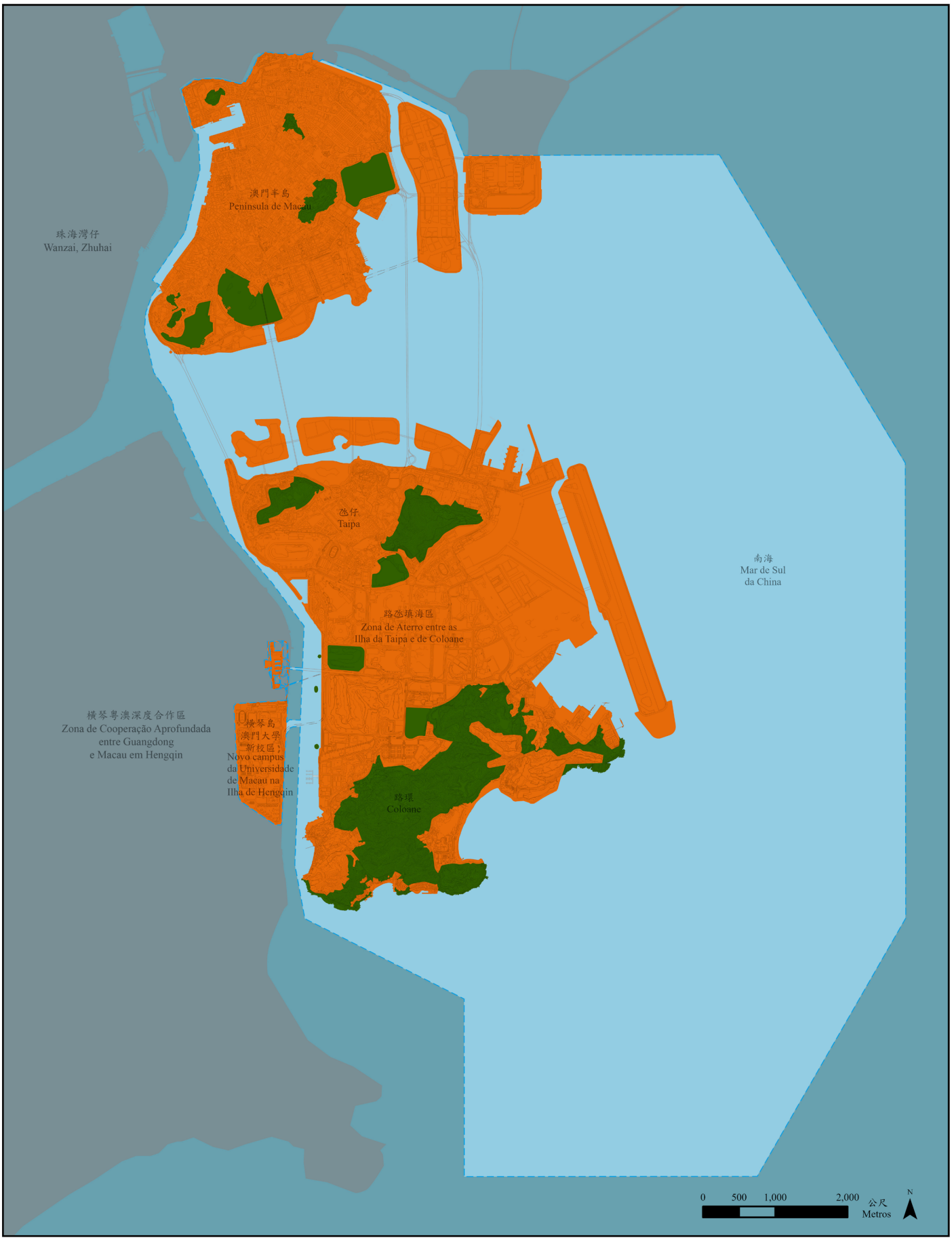
第11/2013號法律文化遺產保護法（澳門歷史城區圖示範圍）
Lei n.º 11/2013 (Lei de Salvaguarda do Património Cultural) -
Delimitação gráfica do Centro Histórico de Macau

第83/2008號行政長官批示（東望洋燈塔周邊興建的樓宇訂定容許的最高海拔高度）
Despacho do Chefe do Executivo n.º 83/2008 (Fixa as cotas altimétricas máximas permitidas
para a construção de edifícios nas zonas de imediações do Farol da Guia)

不動產的評定（包括第1/2017號行政法規、第31/2018號行政法規、第33/2018號行政法規、第31/2019號行政法規、
第37/2021號行政法規、第6/2024號行政法規）
Classificação de bens imóveis (incluindo os Regulamentos Administrativos n.ºs 1/2017, 31/2018, 33/2018, 31/2019, 37/2021 e 6/2024)

圖七—土地分類
Planta 7 - Classificação dos solos

2026年修訂
Revisão de 2026



圖例
Legenda

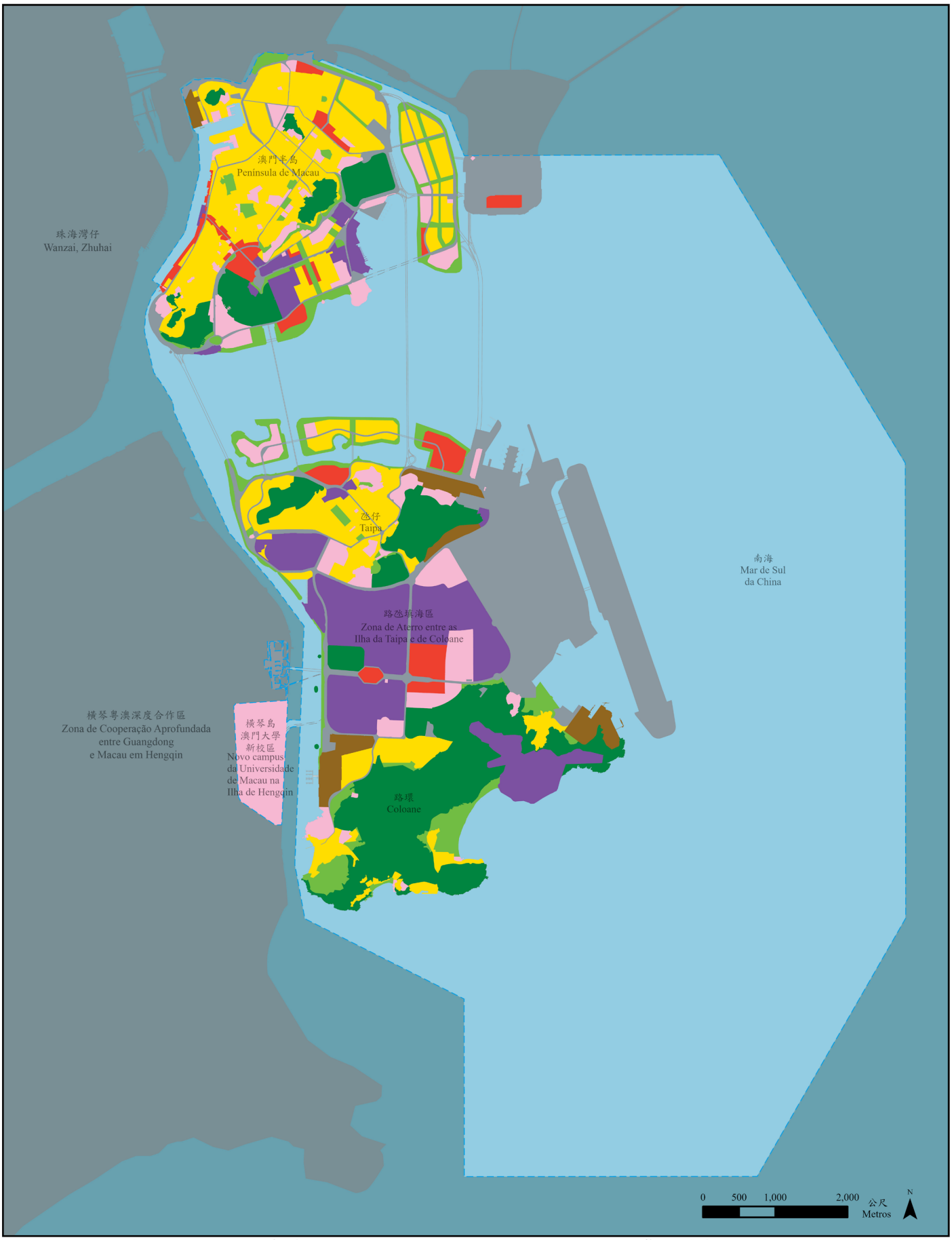
規劃範圍界線
Limite da Área de Intervenção

都市性地區
Zona Urbana

不可都市化地區
Zona Não Urbanizável

圖八—土地用途
Planta 8 - Finalidade dos solos

2026年修訂
Revisão de 2026



圖例
Legenda

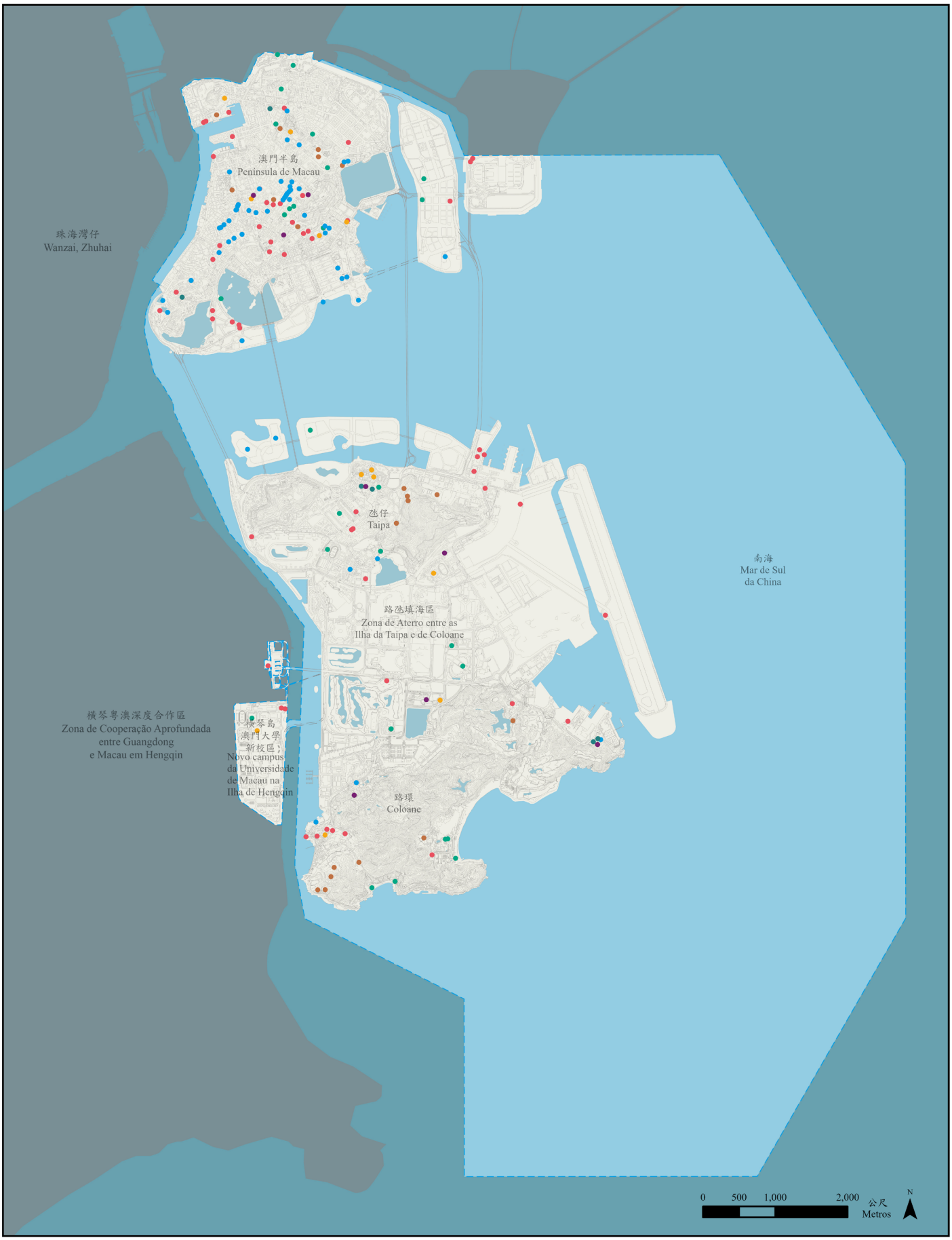
註1：本圖所示為主要的土地用途，亦允許兼容其他次類別的土地用途。
Nota 1: A presente planta indica as finalidades principais dos solos, podendo ser compatíveis com finalidades dos solos de outras subcategorias.

註2：鑑於本圖的圖面比例，在編製詳細規劃時可能對界線作出微調。
Nota 2: Atendendo à escala gráfica da presente planta, as delimitações poderão ser objecto de pequenos ajustamentos aquando da elaboração dos planos de pormenor.

- 規劃範圍界線 Limite da Área de Intervenção
- 居住區 Zona Habitacional
- 商業區 Zona Comercial
- 工業區 Zona Industrial
- 旅遊娛樂區 Zona Turística e de Diversões
- 公用設施區 Zona de Equipamentos de Utilização Colectiva
- 生態保護區 Zona de Conservação Ecológica
- 綠地或公共開放空間區 Zona Verde ou de Espaços Públicos Abertos
- 公共基礎設施區 Zona de Infra-estruturas Públicas

圖九—主要公用設施規劃示意圖
Planta 9 - Planta relativa ao planeamento dos principais equipamentos de utilização colectiva

2026年修訂
Revisão de 2026

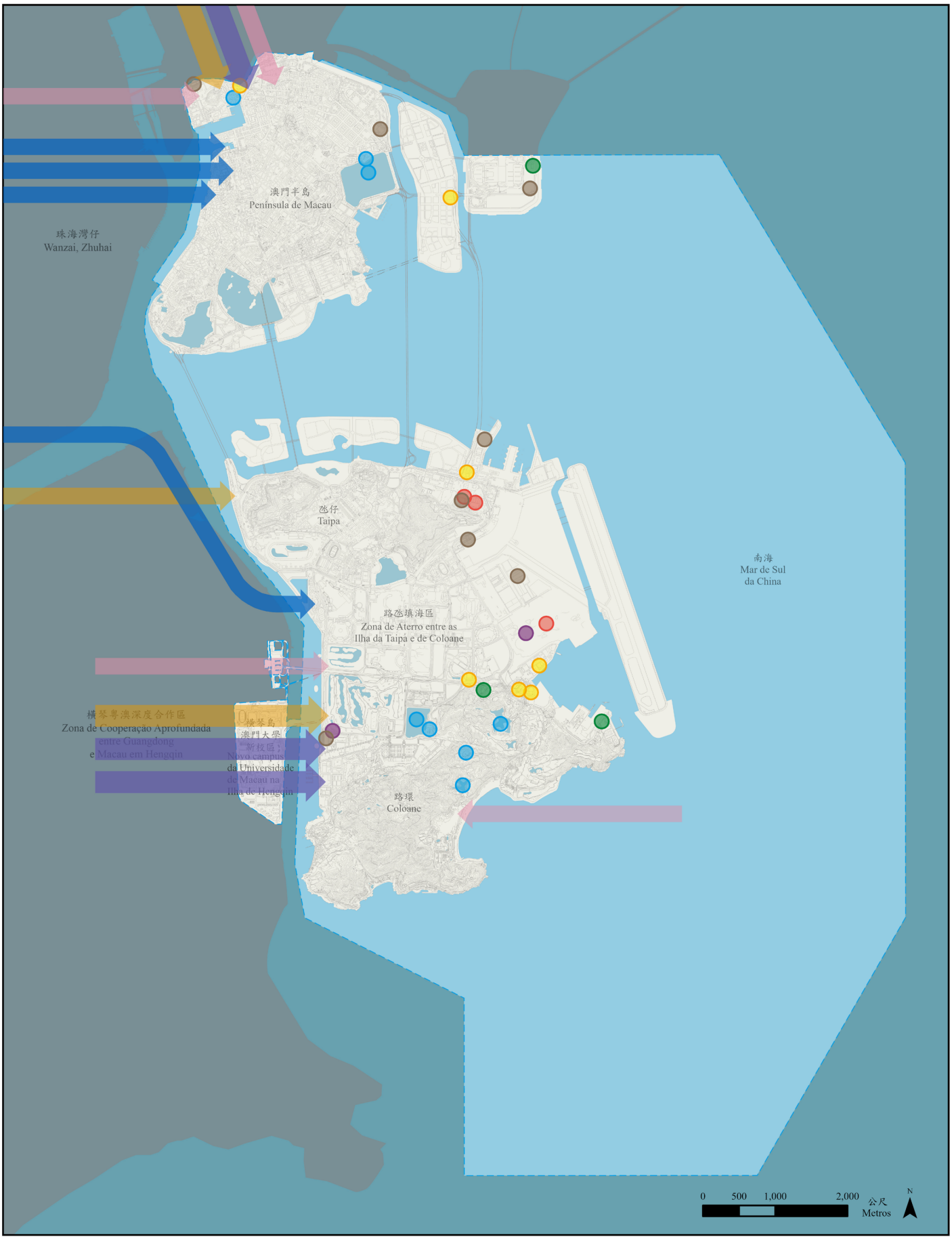


圖例
Legenda

- 規劃範圍界線 Limite da Área de Intervenção
- 康體設施 Equipamentos Recreativos e Desportivos
- 教育設施 Equipamentos Educativos
- 文化設施 Equipamentos Culturais
- 市政設施 Instalações Municipais
- 衛生醫療設施 Equipamentos de Saúde
- 社會設施 Equipamentos Sociais
- 政府機關設施 Equipamentos e Instalações das Entidades Públicas

圖十一主要公共基礎設施規劃示意圖
Planta 10 - Planta relativa ao planeamento das principais infra-estruturas públicas

2026年修訂
Revisão de 2026



圖例
Legenda

- 規劃範圍界線 Limite da Área de Intervenção
- 供電設施 Instalações de Fornecimento de Energia Eléctrica
- 供水設施 Instalações de Abastecimento de Água
- 污水處理設施 Instalações de Tratamento das Águas Residuais
- 供氣設施 Instalações de Abastecimento de Gás
- 固體廢物處理設施 Instalações de Tratamento dos Resíduos Sólidos
- 其他設施 Outras Instalações
- 供電管道 Condutas de Fornecimento de Energia Eléctrica
- 供氣管道 Condutas de Abastecimento de Gás
- 供水管道 Condutas de Abastecimento de Água
- 光纖管道 Condutas de Fibra Óptica

圖十一—綜合防災減災規劃示意圖
Planta 11 - Planta relativa ao planeamento de prevenção e redução de desastres

2026年修訂
Revisão de 2026



圖例
Legenda

- 規劃範圍界線 Limite da Área de Intervenção
- 緊急救援/避險路線 Caminhos de Evacuação
- 內港擋潮閘 Barragem de Marés no Porto Interior
- 消防據點 Postos Operacionais do Corpo de Bombeiros
- 避險據點 Centros de Acolhimento de Emergência
- 醫療據點 Centros de Tratamento Médico
- 藍綠基建 Infra-estruturas terrestres e marítimas
- 警察據點 Postos Operacionais da Polícia
- 蓄水池 Reservatórios de água
- 指揮據點 Postos de Comando

圖十二—藍綠網絡規劃示意圖
Planta 12 - Planta relativa ao planeamento do sistema de rede verde e azul

2026年修訂
Revisão de 2026



圖例
Legenda

規劃範圍界線
Limite da Área de Intervenção

綠化節點
Pontos de Recursos Verdes

水系節點
Pontos de Recursos Azuis

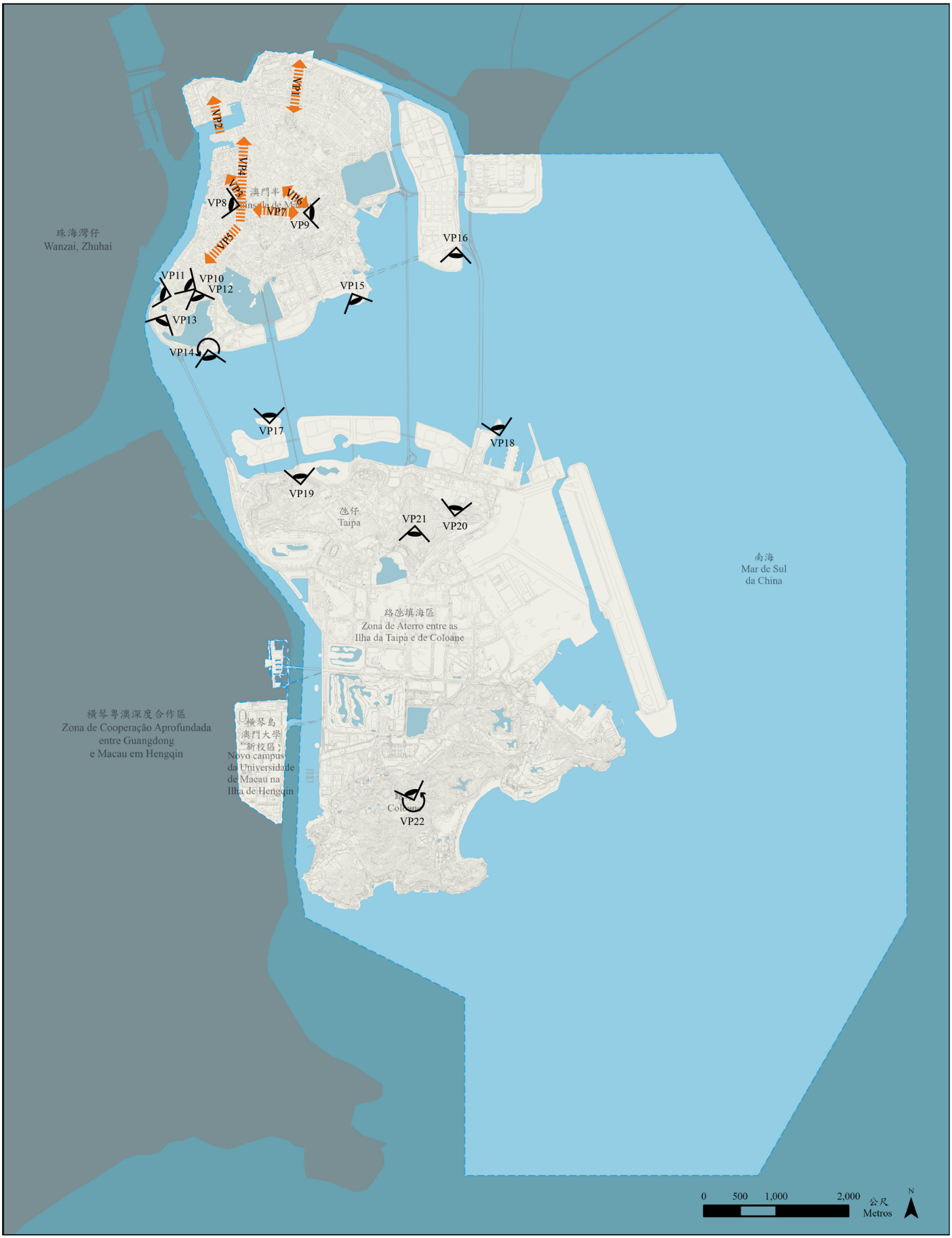
綠網
Rede Verde

水系
Rede Azul

綠廊
Corredores Verdes

圖十三—主要景觀視點規劃示意圖
Planta 13 - Planta relativa ao planeamento das principais vistas panorâmicas

2026年修訂
Revisão de 2026

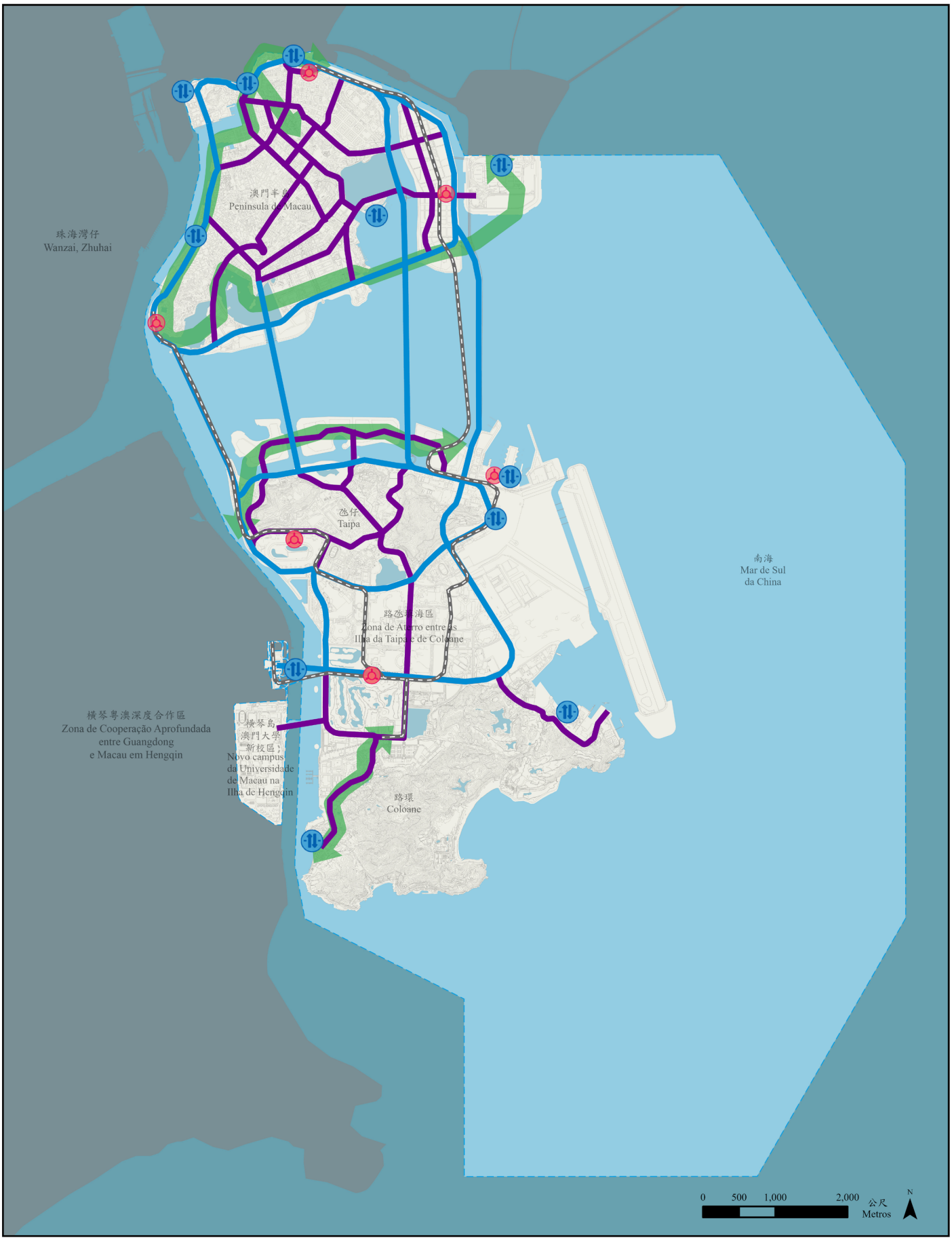


圖例
Legenda

- 規劃範圍界線 Limite da Área de Intervenção
- 視廊 Corredores Visuais
- 特定方向的視域 Visualização Panorâmica com Direcções Especificas
- 360度的公眾景觀 Vista Panorâmica de 360°

圖十四—綜合交通規劃示意圖
Planta 14 - Planta relativa ao planeamento de transportes

2026年修訂
Revisão de 2026



圖例
Legenda

- 規劃範圍界線 / Limite da Área de Intervenção
- 輕軌走線 / Traçados do Metro Ligeiro
- 構思中的輕軌走線 / Traçados do Metro Ligeiro em Fase de Concepção
- 主要道路 / Vias Principais
- 跨區道路 / Vias Interzonais
- 對外交通點 / Pontos de Ligação ao Exterior
- 主要交通設施 / Principais Instalações de Transportes

Envie-nos as suas opiniões

Convidamo-lo a apresentar à Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana as suas opiniões sobre o Projecto da 1.a alteração ao Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau (2020-2040). Pode fazê-lo mediante o preenchimento online do formulário ou enviando-o por correio postal, fax, e mail, ou entregar pessoalmente, até ao dia 27 de Agosto de 2026, utilizando um dos seguintes meios:

Entrega presencial ou por correio	Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana, Estrada de D. Maria II, n.º 33, Macau
Fax	(853) 2834 0019
E-mail	pd@dsscu.gov.mo
Página electrónica temática	https://www.dsscu.gov.mo/planorev/pt/revpage1/revpage1
Telefone para informações	(853) 8590 3800

Página electrónica temática